



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA SOBRAL

**A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO: uma Proposta de Ensino a  
partir da Educação Patrimonial**

Recife

2023

FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA SOBRAL

**A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO: uma Proposta de Ensino a  
partir da Educação Patrimonial**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Recife

2023

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S677p Sobral, Francisco José Almeida.  
A pré-história do Brasil no ensino médio : uma proposta de ensino a partir da educação patrimonial / Francisco José Almeida Sobral. – 2023.  
151 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Ricardo Pinto de Medeiros.  
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Recife, 2023.

Inclui referências e apêndice.

1. Ensino de história. 2. Pré-história - Brasil. 3. Arqueologia e história. 4. Agreste (Pernambuco). 5. Educação patrimonial. I. Medeiros, Ricardo Pinto de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-067)

FRANCISCO JOSÉ ALMEIDA SOBRAL

**A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NO ENSINO MÉDIO: uma Proposta de Ensino a partir da Educação Patrimonial**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em: 24/02/2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Edson Hely Silva (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Sandro Guimarães de Salles (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

Para Dona Diva, Zé Alexandre, Laura, Aquiles e familiares que nunca desistiram de mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais pelas cobranças e incentivos de sempre continuar se “esforçando nos estudos”, especialmente a minha mãe, Dona Diva, pessoa que nunca descreditou de mim e que me pôs – iluminadamente – no caminho de Clio em 2001.

A minha família, principalmente por seguir uma tradição de pessoas que “gostam de estudar”, mantendo um costume que se ancora nas memórias das pessoas mais velhas de minha cidade, Cachoeirinha/PE.

Aos professores e professoras do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior por fomentarem conhecimentos, afetos e ensinamentos imprescindíveis para a vida em sociedade. Aos mestres e mestras que cruzaram o meu caminho, muito obrigado.

Ao Professor Josué Euzébio, da Licenciatura em História da saudosa FAFICA, que através de uma aula de campo me possibilitou conhecer o sítio arqueológico Furna do Estrago, em Brejo da Madre Deus, fazendo brotar em mim uma paixão ainda incompreendida.

Aos Professores Janssen Felipe, Michele Guerreiro e Denise Xavier que permitiram assistir a sua disciplina Tópicos em Educação: Educação Intercultural no CAA/UFPE como aluno especial do Mestrado em Educação. Foram aulas não só de teorias e conteúdos, mas de imersão no universo da pós-graduação, alimentando ainda mais um sonho pessoal.

A todos e todas que fazem parte do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem Viver (LAAB) do Centro Acadêmico do Agreste por partilharem seus saberes, experiências e por me incentivarem a fazer seleção para o mestrado.

Ao Professor Sandro Guimarães Salles, Coordenador do LAAB/CAA/UFPE que me convidou pra fazer parte do Projeto de Pesquisa Educação Patrimonial e Cartografia Arqueológica do Agreste Central de Pernambuco e integrar o Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem Viver, permitindo novas experiências pessoais e profissionais, sobretudo um novo olhar entre os sítios arqueológicos e comunidades.

A todos e todas do colegiado do PROFHISTÓRIA que através de suas aulas desmistificaram o estereótipo de inferioridade do Mestrado Profissional e por sempre nos tratar como professores-pesquisadores. O convívio com essas pessoas promove uma transformação

considerável em nossas vidas, por ir além de conteúdos, teorias e metodologias revelando-nos a importância dos afetos e amor a docência. Jamais esquecerei de vocês.

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por fomentar bolsas de estudos para mim e colegas, subsídio tão necessário para aquisição de livros, deslocamentos, alimentação e outras demandas fundamentais para consolidação de nosso objeto de pesquisa.

As pessoas das comunidades São Benedito e Vila do Pará, localizadas nas zonas rurais dos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe por terem me recebido e acolhido com muito carinho nas pesquisas empreendidas nos sítios arqueológicos espalhados por essa região.

Ao Professor Ricardo Pinto de Medeiros, por ser uma pessoa incrível e compreensível com minhas dificuldades e que sempre teve paciência com meus erros me orientando da melhor forma possível. Sempre o considerei como uma autoridade da Arqueologia e História, mas como toda humildade, ele dizia não ser, é um profissional admirável e que merece toda a minha gratidão.

“Para todos os seres: aqueles que já se foram, aqueles que estão vivos e aqueles que ainda virão. Nossos ancestrais fizeram do mundo o que ele é. Cabe a nós decidir o que ele se tornará”.

(HARARI, 2022, p. 05)

## RESUMO

O Ensino da Pré-História do Brasil é um tema historicamente ausente no currículo da Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio e nas licenciaturas de História. Nossa pesquisa procura entender o que promove esse desinteresse pelos primórdios da história do país analisando essa negligência nos livros didáticos de História para a 1ª série do Ensino Médio adotados na região Agreste Central de Pernambuco. Consultamos essas obras didáticas através dos PNLD's 2018 e 2021 verificando sua pertinência temática ou apagamento antes e depois da nova BNCC. Para entender melhor esse paradigma enfatizamos o início das pesquisas arqueológicas no território brasileiro destacando os resultados obtidos na Região Nordeste. Região de relevância para compreensão sobre os primeiros *brasileiros* reunindo o maior número de sítios arqueológicos no país e com vários patrimônios arqueológicos na região Agreste Central de Pernambuco. Uma das áreas geográficas mais importantes para compreensão e estudo da Pré-História de nosso país, principalmente os sítios arqueológicos com registros rupestres por não figurarem em nenhum livro didático de História para o Ensino Médio. Incluímos na pesquisa esses bens culturais no Agreste Pernambucano pensando em ações da Educação Patrimonial com proposições didáticas para o Ensino Médio. Portanto, reunimos os conhecimentos da Arqueologia e da História, as duas áreas de estudos que melhor discutem os registros materiais dos povos pré-coloniais do século XVI problematizando-os com os achados de cultura material encontrados no Agreste Pernambucano. Entendemos que com a publicização, divulgação e indicação dos patrimônios arqueológicos na região Agreste de Pernambuco no ensino da Educação Básica serão fomentadas novas informações e conhecimentos a partir das aulas da Pré-História do Brasil. Concluímos a pesquisa com a elaboração do material *Ensino da História dos Povos Originários a partir do Patrimônio Arqueológico da região Agreste de Pernambuco*, reunindo sugestões leituras, documentos audiovisuais e atividades didáticas para o Ensino Médio a partir de sítios arqueológicos e museus na região pesquisada.

**Palavras-chave:** pré-história do Brasil; ensino de história; patrimônio arqueológico; agreste de Pernambuco; educação patrimonial.

## ABSTRACT

The Teaching of Prehistory in Brazil is a theme historically absent from the Basic Education curriculum, especially in High School and in History degrees. Our research seeks to understand what promotes this lack of interest in the beginnings of the country's history by analyzing this negligence in History textbooks for the 1st grade of High School adopted in the Agreste Central region of Pernambuco. We consulted these didactic works through the 2018 and 2021 PNLDs, verifying their thematic relevance or deletion before and after the new BNCC. To better understand this paradigm, we emphasize the beginning of archaeological research in the Brazilian territory, highlighting the results obtained in the Northeast Region. Region of relevance for understanding the first Brazilians, bringing together the largest number of archaeological sites in the country and with several archaeological heritage in the Agreste Central region of Pernambuco. One of the most important geographic areas for understanding and studying the prehistory of our country, especially archaeological sites with rock records because they are not included in any history textbook for high school. We included these cultural assets in the Agreste region of Pernambuco in the research, thinking about Heritage Education actions with didactic propositions for High School. Therefore, we bring together the knowledge of Archeology and History, the two areas of study that best discuss the material records of pre-colonial peoples in the 16th century, problematizing them with the findings of material culture found in the Agreste of Pernambuco. We understand that with the publication, promotion and indication of archaeological heritage in the Agreste region of Pernambuco in the teaching of Basic Education, new information and knowledge will be fostered from classes on Prehistory of Brazil. We concluded the research with the elaboration of the material Teaching the History of Originating Peoples from the Archaeological Heritage of the Agreste region of Pernambuco, gathering suggested readings, audiovisual documents and didactic activities for High School from archaeological sites and museums in the researched region.

**Keywords:** prehistory of Brazil; history teaching; archaeological heritage; agreste of Pernambuco; heritage education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sítios arqueológicos registrados no Brasil por estado (2014).....	54
Figura 2 - Proposta de atividades sugeridas para estudantes no Ensino Médio.....	62
Figura 3 - Pedra da Concha, registros rupestres da Tradição Nordeste, Vale do Catimbau, Buique/PE. Foto do autor.....	75
Figura 4 - Antropomorfos reunidos, um deles provavelmente com adorno na cabeça, Tradição Nordeste. Imagem com tratamento gráfico. Serra do Caboclo, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus/PE.....	75
Figura 5 - Antropomorfo de grandes dimensões isolado, Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Sítio Serrote Liso, Cupira/PE.....	76
Figura 6 - Antropomorfos estáticos e com grandes dimensões, Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Serra do Caboclo, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus/PE.....	76
Figura 7 - Pedra dos Astros, grafismos puros da Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Vila São Benedito, Toritama/PE.....	77
Figura 8 - Serra do Pará, grafismos puros, Tradição Agreste. Imagem do com tratamento gráfico. Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.....	78
Figura 9 - Para o arqueólogo André Prous, as gravuras rupestres como a Pedra do Ingá, fazem parte da Tradição Geométrica. Ingá/PB.....	80
Figura 10 - Painel com gravuras rupestres, algumas possibilitam o reconhecimento, como dois braços. Esse sítio arqueológico localizado no curso do Rio Gaiola, tributário do Rio Una. Sítio São José, Jurema/PE.....	81
Figura 11 - Gravuras rupestres em área bastante elevada e sem qualquer relação de proximidade com cursos d'água. Sítio arqueológico Pedra da Lua, Lagoa dos Gatos/PE.....	82
Figura 12 - Localização geográfica da Vila São Benedito, município de Toritama/PE.....	86
Figura 13 - Localização dos painéis com registros rupestres no sítio arqueológico Cacimbas 1. ....	87
Figura 14 - Mancha gráfica com possível representação de zoomorfo, sítio arqueológico Cacimbas 1, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	88
Figura 15 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), Toritama/PE.....	89

Figura 16 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), representação de sol? Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	89
Figura 17 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), outra representação de sol? Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	89
Figura 18 - Sítio Cacimbas 3 (Pedra do Chapéu), grafismos puros, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	90
Figura 19 - Localização do Sítio arqueológico Matumbos, Toritama/PE.....	91
Figura 20 - Representação de antropomorfo sem os membros superiores, Sítio Arqueológico Matumbos, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	91
Figura 21 - Representação de antropomorfo, Sítio Arqueológico Matumbos, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	91
Figura 22 - Pedra dos Sóis, Sítio Roncador, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico...	92
Figura 23 - Formações rochosas com registros rupestres da Tradição Agreste, Sítio Arqueológico Roncador, Toritama/PE. ....	93
Figura 24 - Mancha gráfica com figuras geométricas, Sítio Roncador, Toritama/PE.....	94
Figura 25 - Cartaz do filme Cidade de Pedra, de Valderiza Pereira.....	94
Figura 26 - Abrigo sob rocha onde foram realizadas escavações, sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.....	96
Figura 27 - Antropomorfo em posição fletida, sítio arqueológico Pedra do Letreiro, Brejo da Madre de Deus/PE.....	97
Figura 28 - Crânio humano ainda com fragmentos de cabelo e esteiras que revestiam seu corpo, sítio arqueológico Furna do Estrago, Museu Histórico Municipal Dulce Pinto, Brejo da Madre de Deus/PE.....	98
Figura 29 - Localização geográfica da Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.....	98
Figura 30 - Pannel rupestre com representações de zoomorfos e figuras não identificáveis. Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE. Imagem com tratamento gráfico.....	100
Figura 31 - Placas informativas do Monumento Natural Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.....	101
Figura 32 - Crânio do indivíduo chamado flautista e alguns artefatos de seu enxoval funerário. Museu de Arqueologia e Ciência Naturais da UNICAP.....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Cronologias eurocêntricas da Pré-história, segundo FUNARI, NOELLI, 2002. Adaptado.....	37
Tabela 2 -	Quadro de distribuição dos livros didáticos de História para o 1º ano do Ensino Médio no Brasil.....	44
Tabela 3 -	Distribuição de escolas por modalidade de ensino GRE Agreste Centro Norte, sede Caruaru/PE.....	46
Tabela 4 -	Quadro com as obras escolhidas por docentes na Região Agreste Central de Pernambuco. Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Rede (CGGR) da Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte.....	48
Tabela 5 -	Quadro demonstrativo das obras de História analisadas conforme os dois últimos PNLD's para o Ensino Médio (2018 e 2021). .....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Antes do Presente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGGR	Coordenação Geral de Gestão de Rede
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GRE	Gerência Regional de Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAAB/CAA	Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem Viver do Centro Acadêmico do Agreste/UFPE (Caruaru)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MEC	Ministério da Educação
MUSARQ	Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da Universidade Católica de Pernambuco
NEA	Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>O CONCEITO DE PRÉ-HISTÓRIA, ADVENTO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL E A PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>De “primitivos” à sujeitos históricos.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>O início da Arqueologia no Brasil .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>A Pré-História do Brasil.....</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1</b>	<b>Vestígios eurocêntricos no ensino da Pré-História do Brasil.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2</b>	<b>As narrativas sobre o povoamento do Brasil.....</b>	<b>52</b>
<b>3.3</b>	<b>A Pré-História do Brasil nos livros didáticos de História para o Ensino Médio a partir da BNCC.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>ENSINO DA PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>64</b>
<b>4.1</b>	<b>O Ensino da Pré-História do Brasil no Ensino Médio e a Educação Patrimonial .....</b>	<b>66</b>
<b>4.2</b>	<b>O início das pesquisas arqueológicas na região Agreste Central de Pernambuco</b>	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>Os sítios arqueológicos com registros rupestres e suas caracterizações na região Agreste de Pernambuco.....</b>	<b>72</b>
<b>4.4</b>	<b>Os sítios arqueológicos pré-históricos da região Agreste de Pernambuco .....</b>	<b>84</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
	<b>APÊNDICE A – ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS A PARTIR DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Guardo nas minhas memórias uma excursão pedagógica (pesquisa de campo) realizada pela cadeira Antropologia quando era estudante na Licenciatura em História em 2002 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Essa atividade foi promovida pelo professor Josué Euzébio e nos proporcionou a visitação *in loco* ao sítio arqueológico Furna do Estrago, no município de Brejo da Madre de Deus/PE. Essa experiência foi única e é muito difícil transformar em palavras os impactos ou significados em minha vida. No mais, essa viagem revelou aos meus olhos a existência de sítios arqueológicos “pertinho de casa” e no interior deste país. Quando aluno na Educação Básica, o currículo de História sempre iniciava com a chamada Pré-História e esse tema me atraía de uma forma instigante, no entanto, estudávamos bastante os vestígios humanos encontrados no continente africano e na Europa, especificamente os primeiros fósseis de hominídeos encontrados na África, a conhecida linha evolutiva até os *Sapiens* e os registros rupestres dos sítios arqueológicos em Altamira, na Espanha, e Lascaux, na França.

Não consigo descrever, mas estudar os primeiros grupos humanos e suas estratégias de sobrevivência era e continua sendo muito significativo pra mim. Retornando à minha experiência visitando o sítio Furna do Estrago, fiquei encantado ao saber que no nosso estado, Pernambuco, e em todo o restante do país existem muitos sítios arqueológicos e vim compreender a importância deles tardiamente, no Ensino Superior. Sei que os tempos são outros, as informações são rápidas e alcançam lugares remotos numa celeridade impressionante, mas esse passado de nossa História continua com poucos espaços nos currículos escolares, especificamente no Ensino Fundamental e Médio.

A forma como o conceito de Pré-história é empregado nos livros didáticos destinados a primeira série do Ensino Médio apresenta narrativas excludentes em relação aos grupos humanos que viveram no período pré-colonial no Brasil. Comumente, conceitos, termos e periodizações de origem eurocêntricas dominam o âmbito escolar desconsiderando as novas abordagens historiográficas e pesquisas recentes da Arqueologia.

Os livros didáticos de História, geralmente, apresentam o tempo histórico dividido no velho modelo eurocêntrico quadripartite, a saber: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Na última escolha de livros didáticos realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018), muitas obras de História não continham capítulos específicos

sobre a chamada Pré-História, tampouco sobre a pré-história brasileira. A Pré-História, o período com maior duração quando pensamos na História da humanidade é pouco abordada por esses manuais e quando contemplada se limita a apresentar uma linha evolutiva da espécie humana. Mormente, apresenta-se a chamada Pré-História africana, europeia e, em raros casos, a história da ocupação humana do continente americano. Ainda nesses livros, a chamada Pré-História do Brasil se resume aos achados de vestígios materiais na região do Parque Nacional Serra da Capivara, a região de Lagoa Santa/MG, os sambaquis litorâneos e sítios arqueológicos encontrados na região coberta pela floresta Amazônica.

Em todo o território brasileiro existem registros de presença humana durante o período pré-colonial, mas a atenção se concentra nos locais acima mencionados. Existem vestígios de ocupações humanas em toda a Região Nordeste do Brasil, com inúmeros lugares de memórias, com resquícios de culturas materiais deixadas em períodos recuados no tempo. Esses locais são patrimônios arqueológicos, históricos e culturais<sup>1</sup>, cujos valores precisam de atenção específica para que não sejam destruídos antes mesmo do conhecimento pelas comunidades, órgãos responsáveis e estudantes da Educação Básica. Sendo necessário, portanto, perceber a importância de não perder esses documentos/arquivos da Pré-História, pois é necessário não esquecer o passado e transmiti-lo às gerações futuras, pois os que viveram antes de nós já não o podem fazer. (COIMBRA, 2011)

No estado de Pernambuco, existem centenas de sítios arqueológicos exaustivamente pesquisados e com artigos publicados, estudos tornados em dissertações, teses e divulgados nos jornais locais. No entanto, há uma região onde as pesquisas foram iniciadas e não tiveram uma continuidade, a região Agreste Central de Pernambuco. Em Toritama, por exemplo, menor município no estado, com sítios arqueológicos ainda não constando no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA<sup>2</sup> e, para nossa surpresa, comunidades, professores, estudantes e poder municipal desconhecendo a existência *in loco* desses patrimônios socioculturais.

A região onde está inserida o município de Toritama é conhecida como Polo de Confecções de Pernambuco. Este é composto pelos municípios de Caruaru, Toritama, Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe. É uma região de grande expansão econômica e demográfica. Além disso, a vegetação da Caatinga foi quase toda destruída para aquisição de

---

<sup>1</sup> Conforme Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e vigorando.

<sup>2</sup> Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, base de dados do IPHAN que armazenando as informações sobre os sítios arqueológicos por município/estado. A Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos, editada nos termos da Portaria Iphan nº 241, de 19 de novembro de 1998, em uma atualização migrando para uma nova plataforma.

lenha destinadas as confecções de jeans, ocorrendo ainda muitas atividades de extração de minérios para produção de paralelepípedos, britas e pedras ornamentais, uma gigantesca ameaça aos afloramentos rochosos graníticos onde existem grafismos rupestres. A participação efetiva de pessoas das comunidades, a corresponsabilização dos poderes públicos e ações de Educação Patrimonial na Educação Básica pode evitar depredação e destruição dos sítios arqueológicos protegidos por Lei<sup>3</sup> e Patrimônios da Humanidade.

No primeiro capítulo, *Discutindo o conceito de Pré-História*, foi proposta uma análise do conceito de pré-história e suas inúmeras caracterizações, iniciando com o primeiro uso da palavra na Europa e as alterações de sentidos no decorrer do tempo. Longe de propor uma nova definição ou substituição do termo “pré-história”, entendemos ser importante problematizações e reflexões sobre conceito para perceber o quanto é crucial a compreensão da historicidade dessa expressão. Na sequência, apresentamos uma análise a partir de novas abordagens historiográficas na perspectiva de desnaturalização do conceito e da ideia ainda corrente segregando e definindo pessoas *sem escrita* como inferiores. Como a “pré-história” foi entendida em referência a um período anterior à História, momento de fortes influências do eurocentrismo, elevando indivíduos e coletividades com capacidades de escrever num patamar de superioridade em relação aos povos ágrafos.

Ao discutir o eurocentrismo, etnocentrismo e qualquer possibilidade de superioridade sociocultural, evidenciando reconhecemos a condição de sujeitos históricos à todas as pessoas, independentemente de recorte geográfico e temporal. A História pensada como uma ciência é propensa a mudanças, ressignificações metodológicas e epistêmicas. Uma delas no século XIX legitimava a tessitura das narrativas históricas apenas por meio das fontes históricas escritas, mas a noção de fonte histórica foi alargada e os vestígios de culturas materiais também são fontes para os registros e reflexões históricas. O documento não sendo o único elo para o passado e a História pensada com um sem-número de vestígios que são selecionados conforme as demandas do presente. Na sequência, apresentamos uma seção dedicada ao *Início da Arqueologia no Brasil*. Como a ideia de pré-história está umbilicalmente associada ao trabalho de arqueólogos(as), julgamos necessário entender o processo de amadurecimento dessa área do conhecimento no Brasil. O capítulo sendo finalizado com algumas abordagens sobre a Pré-História no Brasil, tecendo considerações e evidenciando a distinção em relação à pré-história noutros lugares e as discussões sobre os primeiros humanos na América. A concepção de

---

<sup>3</sup> Lei Federal Nº 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

inferioridade dos povos indígenas pretéritos pelos primeiros arqueólogos e as polêmicas acerca das datações de sítios arqueológicos no Brasil encerrando o capítulo.

No capítulo 2 *A Pré-história do Brasil nos livros didáticos de História para o Ensino Médio*, analisamos como o tema foi abordado a partir das obras escolhidas por docentes de História na região Agreste Central de Pernambuco nos PNLDS 2018 e 2021. Conforme informações da Gerência Regional de Educação (GRE Agreste Centro Norte), foi possível circunscrever as quatro obras mais escolhidas por professores(as) de História nos municípios jurisdicionados pela referida GRE. Nossa intenção foi observar como o tema, A “Pré-História do Brasil”, vem sendo tratada por seus autores e se o patrimônio arqueológico na região foi citado nessas coleções.

O eurocentrismo nesses livros didáticos também foi tema de nossa pesquisa para perceber se os autores ainda usam cronologias, teorias e modelos europeus ou se dialogam com outras abordagens historiográficas. Além disso, observamos se a temática problematizou a ideia de Pré-História e se os marcos temporais ainda são vinculados as narrativas do chamado Velho Mundo.

O item *As narrativas sobre o Povoamento do Brasil* versa sobre como o tema tem sido explorado pelos diversos autores, se estão em consonância com as pesquisas recentes da Arqueologia e como as caracterizações dos povos indígenas no período pré-contato foram transformadas em narrativas históricas. Por fim, concluímos o capítulo analisando as mesmas coleções sob as Diretrizes da BNCC e do Novo Ensino Médio. A proposta de Reforma do Ensino Médio e da BNCC advogam uma renovação curricular, para os conteúdos e do ensino defendendo uma maior integração entre as diversas áreas do conhecimento. E analisamos o tema da Pré-História do Brasil conforme a Base Nacional Comum Curricular, para observar se o tema foi ressignificado e reestruturado ou, como em anos anteriores, negligenciado.

No terceiro capítulo *Ensino da Pré-História do Brasil e Patrimônio arqueológico na Região Agreste Central de Pernambuco* analisamos as relações entre ensino de História e os patrimônios culturais. A Educação Patrimonial possibilita unir os bens culturais existentes na região Agreste de Pernambuco ao currículo do Ensino Médio refletindo as concepções de patrimônios culturais e suas metodologias. Na sequência apresentamos o início das pesquisas arqueológicas na região Nordeste do Brasil e conseqüentemente as primícias dessas pesquisas na região tema deste estudo. Devido à quantidade expressiva de sítios arqueológicos rupestres, a região Agreste de Pernambuco nomeou uma classificação de registros rupestres. Finalizamos

o capítulo com as caracterizações e taxonomias empregadas pela arqueologia brasileira aos grafismos rupestres e fazemos uma descrição de alguns sítios arqueológicos relevantes para o ensino da Pré-História do Brasil no Ensino Médio.

A pesquisa pretende contribuir com discussões diante da ausência de reflexões historiográficas e arqueológicas sobre o tema através da construção de uma cartografia arqueológica na região Agreste Central de Pernambuco. Objetivamos a construção de uma cartilha para estudantes e professores(as) n Educação Básica, com textos, imagens, localização geográfica e sugestões de atividades educativas para o Ensino Médio. Com a cartilha elaborada pretendemos contribuir com as comunidades, docentes e estudantes para o conhecimento e compreensão das legislações referentes à proteção dos sítios arqueológicos, subsídios teóricos de arqueólogos(as) e historiadores(as) sobre os grupos humanos e as estratégias de vida daqueles habitantes na atual região Agreste Central de Pernambuco, muito anos antes da colonização portuguesa.

## 2 O CONCEITO DE PRÉ-HISTÓRIA, ADVENTO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL E A PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA

A expressão Pré-História é uma palavra polissêmica, por isso pode ser entendida como um conceito universalizante e um recorte temporal da História. É uma palavra que alude tanto a uma fase da História da humanidade quanto a um estágio anterior a invenção da escrita<sup>4</sup>. Nesse caso, em específico, a Pré-História é costumeiramente representada como um período de transição entre povos ágrafos<sup>5</sup> e o surgimento da escrita, em geral, na chamada Antiguidade Oriental. A ausência de escrita é a marca que define toda uma fase da história humana, como as variadas expressões socioculturais inseridas nesse contexto, derivando termos como culturas, povos e seres pré-históricos, usando-se unicamente a destituição das palavras escritas como um referencial sociocultural. Chris Gosden (2019) definiu a pré-história como um período onde:

Obviamente, não sobrevivem palavras escritas nem orais desse período (na ausência de nossos hipotéticos viajantes do tempo), e esta é a definição de pré-história. É a época antes das palavras. A pré-história é o que compreendemos com base em nossos indícios físicos. Que forma a pré-história deve assumir, se não podemos escrever os tipos de relatos detalhados do passado que são possíveis quando contamos com histórias orais ou escritas? A totalidade de vestígios pré-históricos dá conta de sua profundidade humana, de nossa falta de acesso às sensações, ideias e experiências cotidianas? (GOSDEN, 2019, p. 19)

O autor reproduziu uma percepção ainda corrente na qual define a Pré-História como *a época [da História] antes das palavras*. Para algumas pessoas, a Pré-História é somente tema de estudos da Arqueologia. Essa definição parte das terminologias do presente, sempre o *tempo atual* é o que *fala sobre* os outros ausentes. Consistindo numa representação de mundos remetendo aos vestígios materiais e do trabalho da Arqueologia como meios vinculando o *mundo sem palavras* ao das *palavras*. Como citado, nessa visão, a Pré-História é compreendida como uma fase onde o não uso das palavras escritas definiu inúmeras expressões socioculturais num único período da História. Essa homogeneização ou universalização dos povos *sem escrita* atribuindo-lhes um rótulo, um estereótipo e uma palavra incorrem num problema discutido mais adiante. Porém, uma autora e um autor definiram Pré-História noutra perspectiva, “ela se tornou, durante o decorrer do século XX, uma disciplina histórica com metodologia própria, definida muitas vezes como ciência autônoma” (SILVA; SILVA, 2009). O arqueólogo franco-

<sup>4</sup> Conforme as pesquisas arqueológicas, a escrita é uma invenção dos Sumérios por volta de 4.000 a. C. na região da Mesopotâmia. A escrita se caracteriza como um meio de registro em algum tipo de suporte: tabuinhas de argila, pedras, papiros, papéis etc., esses registros consistiam em marcações de contabilidade, mitos, crenças, feitos heroicos, nomes reais e assim por diante.

<sup>5</sup> Palavra derivada do grego *ágraphos*, significando não escrito; que não é ou não está escrito; que não tem escrita. Dicionário de Língua Portuguesa Porto Editora [versão digital].

brasileiro André Prous (2000) pensou de forma semelhante: a Pré-História é uma cadeira ou componente curricular não sendo exclusividade da Arqueologia. Em muitos cursos de Licenciatura em História, por exemplo, existe o componente curricular Pré-História reforçando esse parecer.

No componente curricular História na Educação Básica, é bastante consagrada a divisão dessa área de conhecimento em períodos, cujos marcos históricos são eventos ocorridos – a maioria das vezes – no continente europeu. Nessa repartição, os períodos históricos foram organizados na seguinte ordem: Pré-História<sup>6</sup>, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Apesar de se limitar a eventos ocorridos no chamado Velho Mundo/Europa (com exceção da Pré-história e História Antiga), muitos livros didáticos de História destinados a Educação Básica no Brasil ainda apresentam nas capas esses períodos como História Geral. Essa é uma discussão que será ampliada mais adiante.

Existem controvérsias sobre o surgimento da palavra “pré-história” na literatura acadêmica. Contudo, registrou-se, quando foi citada pela primeira vez, no século XIX e na região Norte da Europa, segundo os arqueólogos Leroi-Gourhan (1995), Bruce G. Trigger (2004) e Chris Gosden (2019). A região da Escandinávia era o *locus* onde ocorria muitos estudos *arqueológicos* para conhecer melhor a antiguidade “primitiva” da Dinamarca. Uma contribuição ainda mais influente para a arqueologia Escandinava foi de Jens J. A. Worsaae (1821 – 85) (TRIGGER, 2004, p. 79), quando escreveu seu primeiro livro *Danmarks Oldtid* [Antiguidades primitivas da Dinamarca] em 1843, realizando escavações na Bretanha e Irlanda em busca de vestígios Vikings financiado pelo Rei Cristiano VIII (1846 – 1847). Sendo nomeado Inspetor da Dinamarca para a Conservação de Monumentos Antiquários (1847) e o primeiro professor de Arqueologia da Universidade de Copenhague (1855), em resumo, foi um proeminente arqueólogo e estudioso da Pré-História na Europa (TRIGGER, 2004).

Contatos com Worsaae inspiraram o antiquário escocês Daniel Wilson (1816 – 92) a valer-se do esquema das três idades para reorganizar a grande coleção de artefatos pertencente à Sociedade dos Antiquários da Escócia, sediada em Edimburgo. O trabalho serviu de base para o livro *The Archaeology and Pre-historic Annals of Scotland* [Anais de arqueologia e pré-história da Escócia], publicado em 1851. [...] Nessa obra, Wilson **cunhou o termo pré-história**, que ele definiu como o estudo da história de uma região antes da primeira aparição de registros escritos sobre ela. (TRIGGER, 2004, p. 80 – 81, *grifo nosso*)

---

<sup>6</sup> A partir das novas abordagens historiográficas na segunda metade do século XX, alguns autores optaram por não utilizar o termo Pré-História como capítulo de livro substituindo-o por outras expressões correlatas (AZEVEDO, SERIACOPI, 2016; BOULOS JÚNIOR, 2016; BRAICK, MOTA, 2016; COTRIM, 2016). Noutros casos, decidiram não incluir capítulo algum com essa abordagem. Embora criticando sobre as divisões da História por serem eurocênicas, a expressão permanece nos livros didáticos para a Educação Básica por *força da tradição escolar*.

Mas para Chris Gosden (2019), as origens ocorreram noutro período

A palavra foi usada pela primeira vez em 1832, mas só adquiriu uso corrente após a publicação em 1865 de *Prehistoric Times*, de Sir John Lubbock (ainda em circulação em 1912, um verdadeiro best-seller vitoriano). Termos alternativos, tais como ante-história, nunca deslancharam. O conceito tornou-se realmente necessário devido a uma expansão do universo imaginativo durante o século XIX e à revelação de espaços de tempo maiores para a história da humanidade (GOSDEN, 2019, p. 27).

O termo Pré-História é inegavelmente uma construção europeia do século XIX e surgiu com o início das pesquisas arqueológicas por escandinavos, franceses e ingleses. Essas foram as primeiras iniciativas científicas procurando vestígios de culturas materiais e elaborando técnicas e métodos de estudos próprios da Arqueologia. De um conceito técnico, o termo Pré-História transmutou para um conceito abrangente à fase de desenvolvimento humano que não utilizava ainda a escrita. Entretanto, embora surgindo como um conhecimento científico, na própria pré-história havia correntes divergentes, como arqueólogos evolucionistas e criacionistas. Os primeiros tentavam comprovar a antiguidade humana em 6 milhões de anos e os segundos datavam a origem humanas conforme os escritos bíblicos.

O surgimento da Pré-História como um período de longa duração também floresceu na Europa do século XIX, nos bastidores e na repercussão do lançamento da obra *A origem das espécies* de Charles Darwin. Nesse período, a visão dominante sobre as origens da espécie humana estava assentada na narrativa bíblica, que definia o ano de 4.004 a.C. como marco das origens humanas. Debates calorosos ocorreram entre a ciência e a religião cristã. O saldo foi uma vitória da razão sobre a fé. Esses debates intensos escondiam um interesse maior por parte dos religiosos, na construção de uma identidade relacionada aos valores bíblicos. As pesquisas científicas confrontaram essas narrativas hegemônicas com evidências de cultura material apresentando aspectos novos e sem amparo nas crenças religiosas.

Portanto, a construção do termo Pré-História acompanhou ideias originárias do chamado Velho Mundo e carregou no interior os valores daquele continente. Influenciada pelas ideias positivistas, cresceu nessas bases delimitando estágios culturais “lineares” e progressistas, como selvageria-barbárie-civilização, a última fase seria constituída através do marco da escrita, símbolo da civilidade. Quais são as implicações de olhar a Pré-História como uma divisão da História antes e depois da escrita? Aparentemente, apenas um marco tecnológico tal qual o fogo, a roda, a bússola, o computador etc. Contudo, essa divisão, carrega consigo, marcas da ideia de progresso (ARAGÃO, 2019, p. 31). Não podemos deixar de enfatizar que essas definições são permeadas por valores etnocêntricos, conferindo poder aos europeus como a civilização em estágio sociocultural mais avançado em relação aos povos de outros continentes.

Sendo evidente que foi na Europa onde cresceu o embrião da Ciência Histórica, as periodizações e os marcos são dirigidos para acontecimentos documentados exclusivamente naquele continente. As cronologias hegemônicas sobre a História da humanidade são invenções na Europa e não são válidas em todos os lugares da Terra. Essa persistência somente reforça a tese de fortes influências do eurocentrismo noutros continentes. Todavia, foi também na Europa onde cresceu o racismo, o etnocentrismo e preconceitos com outros povos e expressões socioculturais não-europeias, sobretudo, povos nos continentes Asiático, Africano e Americano. Nesses termos, embora a História, a Arqueologia e outras Ciências Humanas tenham “nascido” no chamado Velho Mundo, a Europa não é a referência sociocultural para todo o resto do mundo. Apesar da chamada História Geral não referir-se a todos os continentes, no currículo da Educação Básica brasileira ela possui um peso enorme, figurando o maior número de capítulos nos livros didáticos, representando um enraizamento consolidado há bastante tempo. Na sequência iremos problematizar as ideias que o conceito de Pré-História apresentou desde o seu surgimento.

## 2.1 De “primitivos” a Sujeitos Históricos

Vimos na seção anterior que a palavra Pré-História é polissêmica, universalizando grupos humanos sem uso de escrita num mesmo suposto “estágio de desenvolvimento” sociocultural, sendo um período da História. Mas o conceito Pré-História por ser amplamente conhecido como uma parte da História na qual os humanos desconheciam a escrita carrega em si, todavia, vários problemas, preconceitos e termos de cunho pejorativo. Como a Pré-História é largamente entendida como um período da História, todos os humanos circunscritos nessa fase são denominados de seres pré-históricos. Outras palavras negativas acompanham esse enredo, como *povos sem escrita e história, povos inferiores, primitivos, selvagens, sem cultura* e, mais comumente, *não civilizados*.

A Escola Metódica ou corrente histórica positivista do século XIX desenvolve na Europa a ideia de linearidade e progresso da humanidade pelos quais os humanos seguiriam um curso *natural* nessa ordem: selvageria-barbárie-civilidade. Os seres humanos cumpririam o estágio evolutivo: da selvageria, *evoluindo* paulatinamente para a barbárie, até culminar na civilização. O estágio civilizatório é identificado com a criação da escrita como um marco

tecnológico (TRIGGER, 2004, p. 106 *apud* OLIVEIRA, ANDRADE, ARAGÃO, 2020, p. 287). Como a Europa era a zona em maior crescimento industrial, os pressupostos da modernidade pregavam essa visão de estágios de desenvolvimentos humanos, e na Europa esse processo estava na última fase de desenvolvimento, a civilização. Logo, a visão da Pré-história como ausência da escrita implica ver o outro como o não civilizado, iletrado, defendendo a escrita como o aperfeiçoamento dos seres humanos (ARAGÃO, 2019, p. 31).

O aparecimento da escrita foi pensado como um elo de segregação (conforme o eurocentrismo), pois separou culturas humanas simplesmente pela materialização das expressões socioculturais em palavras escritas. Aliás, a Pré-História enquanto uma fase *anterior* da História, período situando os estágios de mudanças físicas, biológicas e socioculturais da espécie humana, sendo encerrado com a invenção da escrita, mas ela não ocorreu da mesma forma no tempo e espaço. Esse é um dos problemas que o conceito implica. Por ser conhecido através dos vestígios de cultura material, a Arqueologia situa as origens da escrita na região da Mesopotâmia, por volta de 4.000 a.C., mas essa definição não pode ser universal, pois a escrita surgiu noutras partes do planeta em tempos posteriores. Portanto, essa homogeneização como período histórico totalizante não é aplicável em toda parte. Essa proposta de homogeneizar povos ágrafos distantes geograficamente e temporalmente como entes num mesmo horizonte sociocultural é inaplicável, representando um problema que deve ser questionado frequentemente por historiadores e professores desde a Educação Básica.

Durante grande parte da história escrita, a capacidade de ler e escrever foi restrita à elite e apresentando um registro (parcial, aliás) de seus interesses e visões de mundo. Da massa da humanidade, aprendemos pouco ou nada (GOSDEN, 2019, p. 26). A capacidade de ler e escrever – historicamente – foi uma condição privilegiada de um fragmento da sociedade, possibilitando inferir que o emprego do termo Pré-História e seus derivados converte-se em um instrumento de segregação sociocultural, pois quem lê está num patamar social e cognitivo infinitamente maior que a massa da sociedade. Aliás, como a citação acima evidenciou, os ágrafos não têm História ou são negligenciados? Pretendemos discorrer sobre esse aspecto. Chris Gosden (2019) sintetizou bem essa imagem, onde a posse da escrita pressupõe que

A pré-história tem relações implícitas com a ausência da escrita. Ser civilizado é ser letrado e, portanto, ler e escrever são a base de toda a educação e grande parte de nosso aperfeiçoamento como seres humanos cultos e sensíveis. As pessoas que não têm a capacidade de ler e escrever são tolhidas de muitos mundos de imaginação, educação e experiência. Os períodos pré-históricos são não só aqueles dos quais temos indícios insuficientes, como também períodos em que a vida das pessoas era deficiente, já que carecia das influências civilizadoras das palavras

escritas. Tais visões, antes de serem preconceitos explicitamente declarados, estão implícitas em nossas atitudes para com o passado [...] (GOSDEN, 2019, p. 28)

Essa visão preconceituosa embora seja uma criação do século XIX e do continente europeu, permanece produzindo efeitos hodiernamente. O ato de periodizar a História significa, em outras palavras, preconizar quais pessoas devem entrar e quais ficam de fora da História. Esse ato delimita quem são e não são sujeitos históricos. Não sendo possível aceitar que o uso e desuso da escrita, seja *o fio da navalha* definindo quem fica à margem nas sociedades. “A periodização produz o lugar da história e, como ele, o da origem legitimada do poder vigente” (CHAUÍ, 1986, p. 7, *apud* OLIVEIRA, ANDRADE, ARAGÃO, 2020, p. 280).

Portanto, o ato de selecionar, periodizar, oficializar etc., consiste em meios para legitimação dos poderes instituídos, pois, é assim definido por meio da periodização o que deve ser oficialmente registrado para constar na História. O conceito de Pré-História não pode ser usado como “agente” discriminador contra expressões socioculturais com níveis tecnológicos diferentes. “A comparação de diferentes culturas e diferentes avanços tecnológicos não é um fator científico válido para estabelecer uma relação de superioridade e inferioridade entre os povos”. (OLIVEIRA, ANDRADE, ARAGÃO, 2020, p. 298)

Um instrumento tecnológico, o nível de avanços ou mesmo a ausência não pode ser aspecto de segregação sociocultural. A escrita não pode ser manejada como um meio cindindo expressões socioculturais fragmentando-as em níveis hierárquicos. A Europa não pode definir para todo o mundo a noção de tempo histórico. O compreendido conceitualmente como pré-história *in loco* no chamado Velho Mundo não pode ser uma referência *sui generis* para África, América, Ásia e Oceania, por exemplo. Esse debate pode parecer resolvido conforme as novas abordagens historiográficas do século XX, mas na prática o eurocentrismo, etnocentrismo, o evolucionismo e todos os valores desse continente continuam transpondo o Atlântico para pensar criticamente em muitos currículos escolares de países pós-colonizados.

Por muito tempo, a premissa de que História só seria possível mediante os documentos escritos foi uma sentença quase irrevogável, herança da escola metódica ou Positivista. Essa corrente teórica serviu de base para a Historiografia Ocidental por vários anos. Para muitos historiadores não havia a possibilidade de escrita da história sem recorrer aos documentos. “Não há história sem documentos”. (SAMARAN, 1961, p. XII *apud* LE GOFF, 2003, p. 529). No século XIX, história e documentos era uma regra, sem exceções. “Não há notícia histórica sem documentos. [...] Pois, se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados

ou escritos, aqueles fatos perderam-se”. (LEFEBVRE, 1971, p. 17, LE GOFF, 2003, p. 529 – 530).

Desse período surgiu o pressuposto de “se não há documentos, não há história”, as bases para o arcabouço teórico evocando os povos anteriores à escrita pelo rótulo de pré-históricos ou afirmando de forma menos enfática, “povos sem história”. Conforme as citações acima, pessoas diferentes, mas de uma mesma época e lugar, assumem preceitos parecidos sobre o necessário para se efetuar a história, os documentos. Porém, na transição do século XIX para o XX, a ideia de História enquanto ciência ocorreu mediante o manejo de textos escritos sobre um passado, caso contrário, os historiadores deveriam vasculhar ainda mais para encontrar outras fontes, pois só assim a história seria verdade.

O movimento liderado pela chamada Escola dos *Annales* problematizou a forma como a História era erigida, criticando, sobretudo, a história factual [praticamente hegemônica] propondo a *história problema*. Surgiram várias críticas aos documentos e escritos oficiais como as únicas fontes “seguras” para a história/verdade. A noção de fonte histórica foi ampliada, pois “documento, registro, vestígios são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 158). A história não seria possível se o [passado] não tivesse deixado traços, testemunhos, vestígios da memória coletiva. Os vestígios da cultura material, são indícios de um passado possível de ser trazido à luz a partir das metodologias empregadas por historiadores, arqueólogos e áreas afins.

Os documentos eram a própria história, bastava deixarem *falar por si mesmos*, essa era a concepção de documento/verdade da escola metódica ou Positivista. Os documentos, sobretudo, os oficiais era a *própria verdade*, assim cabia aos historiadores apenas *escutar* as vozes emanadas dos escritos. A escola dos *Annales* e a chamada História Nova ressignificaram, repensaram e alargaram o conceito de documento incorporando também os vestígios da cultura material. Nessa percepção, cabia aos historiadores perguntar, questionar e interrogar as fontes históricas para extrair delas as evidências latentes.

O registro das memórias coletivas é fruto do trabalho da História, a ciência dedicada em selecionar o que será posto novamente à luz [no presente] por meio de métodos próprios. Os traços dessa memória coletiva estavam à margem das forças da Natureza regendo o mundo e do trabalho daquelas pessoas que vasculhando os *escombros* do passado o não apagado

totalmente pelo tempo. Os documentos escritos não resistem tanto ao tempo, dependendo bastante do tipo de suporte utilizado. Mas os vestígios das culturas materiais são mais *imunes* ao tempo, *aguardando* a serem interrogados por quem tece a história. Os escritos e os vestígios materiais são as fontes de um passado a ser reintegrada no presente a partir dos rigores próprios da História, Arqueologia e outras ciências.

Para o historiador Jacques Le Goff (2003), os monumentos são heranças do passado, já os documentos, escolhas dos historiadores. Ao explicar as origens filológica do documento e monumento, o citado autor elaborou a concepção de documento/monumento e entendendo que os monumentos como representações de memórias coletivas cujas finalidades era torná-las indelévels, em outras palavras, para as gerações seguintes. Os documentos escritos recebem um tratamento específico da história para análise. Portanto, o documento deixa de ser o único elo para o passado e a História passa a contar com um sem-número de vestígios, selecionados conforme as demandas do presente. Mesmo assim, o historiador é quem seleciona as fontes, porque

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1949, 1953, p. 428 *apud* LE GOFF, 2003, p. 530)

A partir dos anos 1960 ocorreu uma ampliação da noção do documento na historiografia. Antes a História era vinculada unicamente aos documentos escritos, mas com a renovação e ressignificação conferida ao conceito de documento, essa definição foi alargada. Se antes a História somente era possível com a presença de documentos, agora não mais. Destarte, os grandes homens, feitos heroicos, acontecimentos e personagens antes consagrados por essa história *factual* cedeu espaço também para as massas, para os “povos subalternizados”, em outros termos, as pessoas comuns. Se antes a história era vertical por hierarquizar as pessoas num determinado espaço, tornou-se – a partir da chamada História Nova – horizontal, com espaço, atenção e vozes para as histórias das pessoas comuns integrantes daquele mesmo espaço.

A História como é uma ciência, vivenciou eventuais crises exigindo por ressignificações de métodos, *olhares* outros e novas epistemologias. Essa mudança típica dos conhecimentos científicos possibilitou a integração dos chamados povos ágrafos e pessoas comuns como

sujeitos históricos. A escrita enquanto único meio de construção do conhecimento histórico caiu no ostracismo. Os ditos povos pré-históricos, sem escrita ou povos sem história são pensados na atualidade como sujeitos históricos, sem hierarquizações. E por não dispor de um alfabeto ou código linguístico para a definição socioculturalmente não é componente único de uma identidade sociocultural. O acesso ao passado jamais pode ser exclusividade de apenas um segmento privilegiado da sociedade, sobretudo, por aquelas pessoas praticantes da leitura. As pessoas destituídas desse processo devem e precisam ter suas histórias ouvidas igualmente. Cabendo às reflexões históricas transformar os vestígios, testemunhos e traços do passado em textos e publiciza-los.

No chamado período da pré-história, fase consagrada onde pessoas desconheciam a escrita, com a vida social somente pode ser lida através das *leituras* realizadas nos solos, nas florestas, nas marcas gravadas em pedra, madeira, ossos e artefatos diversos. Como não temos acesso a esses códigos ou uma espécie de Pedra de Roseta, resta-nos decifrar a vida dessas pessoas com inferências e deduções obtidas em meio à análise de sua cultura material. Sendo um trabalho imenso mas, possibilita despir do presente para se aventurar em lugares desconhecidos por nós. Para a História, as fontes escritas são os documentos indispensáveis para sua constituição. Para os pré-historiadores<sup>7</sup>, seus documentos são retirados do ambiente, precisam ser “lidos” *in loco*, com muito rigor interpretativo e racional, talvez por isso o trabalho que historiadores ou pré-historiadores realizam na lida da fase anterior à escrita seja mais instigante que simplesmente ler um dado texto que tenhamos acesso com mais facilidades.

Dessa forma, a revolução encontra-se na pesquisa de métodos de leitura do documento bastante complexo que uma superfície descoberta num sítio pré-histórico constitui. (LEROI-GOURHAN, 1995, p. 91) Uma nota importante adicionada por esse autor: o documento do pré-historiador é a superfície estratigráfica para lidar com rigor metodológico por quem examina. Portanto, para a Arqueologia e História, os documentos são os vestígios materiais [testemunhos] deixados por antepassados longínquos. Nesse sentido, o citado autor entendeu que as culturas ágrafas podem ser estudadas, para isso precisa aplicar um método próprio, pois

Se se considera o documento pré-histórico não mais como um calendário mas como um texto, a atividade essencial da pesquisa não se encontra mais na reflexão interpretativa sobre objetos devidamente recuperados na sua ordem estratigráfica, mas na leitura do documento que é constituída pela superfície descoberta pela escavação, documento efêmero, amálgama de poeira, pedras, restos de ossos, cujo valor fundamental reside apenas nas relações mútuas dos elementos

---

<sup>7</sup> Utilizamos o termo por entender que pré-historiador pode ser uma pessoa graduada em História, Arqueologia ou de qualquer outra de uma área pesquisando os vestígios de cultura material, assim como pensaram Leroi-Gourhan (1995) e Prous (2000).

que o compõe. O texto vale o que valeu o trabalho de preparação do manuscrito e a interpretação valerá o que valia o texto; em outras palavras, a superfície do solo posta a descoberto falará na medida em que o pesquisador souber torná-la legível e, uma vez o documento inexoravelmente destruído, daí não se poderá tirar dele mais que aquilo que a dissecação minuciosa terá sabido colocar em estado que possibilite um registro. (LEROI-GOURHAN, 1995, p. 92 – 93)

Assim como os documentos precisam ser lidos e interpretados pelos historiadores, os vestígios de culturas materiais analisados pelos pré-historiadores assumem a mesma tarefa na produção de documentos. A única diferença: o historiador lê o que está escrito e o pré-historiador interpreta, extrai, lê e infere o que os *testemunhos* materiais *podem dizer*. Em ambos os casos, a documentação é produzida por quem analisa os testemunhos.

Portanto, Arqueologia não é uma ciência auxiliar da História, mas parceiras nos processos de produção de fontes adicionando os olhares e rigores científicos próprias de cada conhecimento específico. O historiador e arqueólogo têm algo em comum, na ausência das fontes, recorrendo aos inúmeros vestígios do passado humano, intencionalmente ou não. [...] apenas a escavação, enquanto disciplina etnológica, revela novos materiais históricos em domínios dos quais os textos nada falam, como as técnicas e a economia camponesa, mas os materiais exumados e os textos se auxiliam e se esclarecem mutuamente. (LEROI-GOURHAN, 1995, p. 93)

## 2.2 O início da Arqueologia no Brasil

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil foram tributárias das correntes teóricas europeias. Desde o seu “nascimento” enquanto discussões científicas, sempre apresentou os valores eurocêntricos, desde as correntes teóricas até os primeiros professores das universidades brasileiras recém-criadas. Por sua vez, como afirmou a autora Cristiana Barreto (2000, p. 34) “[...] a arqueologia brasileira, ao longo de sua história, tem sido muito pouco brasileira”.

A citada autora teceu duras críticas sobre a Arqueologia brasileira. Com muito respaldo histórico, comparou nosso processo de nacionalização com o de outros países, como México e Peru. No Brasil, o percurso foi diferente, seguindo uma construção ferindo, apagando e eliminando as heranças socioculturais das populações indígenas em nome de interesses paternalistas de uma elite egressa de estruturas colonialistas europeias. Ademais, a Arqueologia se concentrou, por muito tempo, em estudos acadêmicos nas Regiões Sul e Sudeste do país.

Posteriormente, com a incorporação de novas metodologias, epistemologias e críticas aos pressupostos anteriores a Arqueologia se disseminou em todo o território nacional, com enormes contribuições para compreensão do passado arqueológico do Brasil. No entanto, a tutela da Arqueologia, em grande parte, se concentra nas mãos de órgãos de governo, muitas vezes atrapalhando a expansão da arqueologia brasileira.

O conhecido sobre os primeiros contatos com as populações nativas ameríndias resultou dos relatos de cronistas, viajantes e exploradores. Dentre as crônicas dos séculos XVI e XVII, destacaram-se os relatos de Hans Staden (1554), Soares de Souza (1971), Thevet (1970) e Fernão Cardim (1978) (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p. 13). Algumas narrativas são importantes por apresentarem evidências de culturas materiais dos povos indígenas, como suas localizações, habitações e expressões socioculturais. Destarte, algumas narrativas estavam “contaminadas” com o imaginário religioso ou etnocêntrico dos cronistas. Exemplos não faltam, alguns associaram os povos indígenas como remanescentes das tribos de Israel, atlantes, andinos, gregos, fenícios etc. E essas percepções eram visões etnocêntricas sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil. Contudo, apesar dos relatos dos cronistas do descobrimento constituírem importantes fontes para a Arqueologia e a etno-história, essas crônicas não possuem ainda um olhar arqueológico (BARRETO, 2000, p. 34).

Robrahn-González (2000) chama de período especulativo (1492 – 1840) no qual ocorreram interesses pelas curiosidades originadas dos vestígios do passado de outras expressões socioculturais. Uma curiosidade para além do compreendido como origens da Arqueologia, no século XIX foi destacado que gregos e babilônios já se interessavam por temas semelhantes. No início da colonização da América e após os encontros entre europeus e asiáticos, algumas peças arqueológicas foram levadas à Europa para constituir os chamados “gabinetes de curiosidades” os prenúncios dos museus.

Assim, durante o período especulativo, o Brasil representou, juntamente com outros países no continente americano, uma fonte de informações para as discussões realizadas na Europa, não apresentando, ainda, uma produção própria de conhecimento (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p. 14). As ruínas encontradas na Ásia, Oriente Próximo e os encontros com as expressões socioculturais nativas da América ampliaram as discussões sobre as origens da humanidade questionando suas ausências na Bíblia. Em resumo, aparentemente, a Arqueologia teve uma origem mais recuada, considerando que essas especulações estão no cerne da história dessa ciência.

Na Europa [...] escavações realizadas por Jacques B. de Perthes apresentaram as primeiras evidências de associação entre artefatos de pedra lascada produzidos por humanos e ossos de paleofauna (animais extintos) (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p. 14). Em 1841, Perthes publicou os primeiros resultados de suas escavações abrindo uma ruptura no paradigma bíblico de origens da humanidade. Os estudos evidenciaram uma “pré-história” da humanidade e exigindo – doravante – mais pesquisas. A obra de Darwin foi outro motivo apresentando novas evidências sobre as origens da humanidade e por influenciar os novos métodos empregados na Arqueologia, pois a espécie humana foi classificada conforme a explicação evolutiva, alguns arqueólogos entenderam que o mesmo seria pensado na Arqueologia, surgindo as classificações tipológicas da indústria lítica e outras caracterizações concernentes as produções humanas. Etnólogos e antropólogos, como mencionado, também foram influenciados pela pesquisa de Darwin, classificando os seres humanos em estágios socioculturais na seguinte ordem: selvageria-barbárie-civilidade. Porém, uma corrente seguia no caminho contrário a partir de pensadores como Franz Boas, preferindo uma perspectiva mais detalhista e descritiva ou particularismo histórico.

As primeiras pesquisas de cunho científico foram realizadas no Brasil por naturalistas influenciados pelo Iluminismo e a busca por compreensão da Natureza através da razão. Floresceram as primeiras pesquisas arqueológicas em território brasileiro no final do século XVIII. Dentre os inúmeros trabalhos produzidos, são citados os de Eschwege (1809), Wied Neuvied (1815), Koster (1816), Saint-Hilaire (1816-1822), von Martius (1818-1821), Rohde (1885), Kupfer (1870), Badariotti (1898), Vogt (1902), von den Steinen (1894), entre tantos outros (BARRETO, 2000; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Eduardo Neves (2000) destaca que a Arqueologia na Bacia Amazônica era realizada há bastante tempo em relação às demais regiões do Brasil. As pesquisas arqueológicas na Amazônia foram pioneiras e o de mais avançado por abordar questões antropológicas e etnográficas, neste caso, em conexões com outras áreas de conhecimentos. Nas demais regiões, em linhas gerais, a Arqueologia incipiente era meramente descritiva.

[...] a arqueologia brasileira nasceu praticamente na Amazônia, durante a segunda metade do século XIX (Barreto 1992; Prous 1992; Mendonça de Souza 1991). Assim, já na década de 70 do século XIX, as primeiras sínteses de arqueologia brasileira apresentavam discussões prolongadas sobre o registro arqueológico amazônico (Netto 1885). Na década de 80 do mesmo século, monografias inteiras foram escritas com foco em problemas de arqueologia amazônica (Hartt 1885; Barbosa Rodrigues 1888). Os esforços de pesquisa destes e de outros pioneiros culminaram já no século XX, com a breve porém relevante síntese de Nordenskiöld (1930), baseada em grande parte nos trabalhos de campo realizados por Curt Nimuendajú no baixo Amazonas (Linné 1928) (NEVES, 2000, p. 88).

O naturalista Karl Von Martius foi um dos pioneiros nos estudos das populações indígenas sob a ótica da Arqueologia. Contudo, como era europeu, carregava consigo os valores e ideologias daquele continente, interferindo nas suas análises sobre as populações nativas. Acreditava ser os indígenas descendentes de asiáticos e num processo de involução sociocultural. Essa crença perdurou por muito tempo, inclusive, alguns autores definiram os indígenas como “povos em ruínas”, em processo de recrudescimento, degeneração e fadados ao desaparecimento pela suposta inferioridade sociocultural.

O pioneirismo de Peter Lund na região de Minas Gerais encontrando ossos de animais extintos associados com presença humana colocou o país no mapa da Arqueologia. As pesquisas do dinamarquês foram importantes não só para o contexto nacional, mas para a Arqueologia e Paleontologia mundial, pois trouxe ao “mundo” evidências pleistocênicas de associação entre ossos humanos e de animais da megafauna. As evidências arqueológicas e paleontológicas coletadas por Lund e analisadas por Cuvier, seu mestre, foram responsáveis pela revisão das teorias dominantes sobre as origens da humanidade circunscrita nos limites temporais bíblicos. As evidências em Minas Gerais possibilitaram o conhecimento de expressões socioculturais humanas anteriores ao dilúvio bíblico.

A polêmica que se seguiu à publicação das obras de Lund na Europa, por sua vez, acabou por sensibilizar também os governantes brasileiros, em especial D. Pedro II, que se mostrou particularmente interessado no assunto, resolvendo incentivar a pesquisa arqueológica no país, através tanto do Museu Nacional como da promoção de expedições brasileiras. (BARRETO, 2000, p. 36)

No final do século XIX a arqueologia nacional foi chamada por Cristiana Barreto (2000) de Era dos Museus, por ser um período marcado pelo surgimento de museus expressivos no país, como o Museu Paulista (1894), o Museu Paraense (Emílio Goeldi) e o Museu Real (posteriormente Museu Nacional). Nesses espaços a Arqueologia cresceu em importância sendo uma parte integrante das pesquisas financiadas pelas instituições museológicas. Salientando que os museus brasileiros herdaram práticas naturalistas de origens alemã, sendo percebido ainda na atualidade essa herança metodológica. As ideias emanadas do eurocentrismo continuaram a vigorar no Brasil no início do século XX. As pesquisas fomentadas pelas instituições museológicas não escondiam a influência eurocêntrica, prática não questionada na época. O Museu Paraense não assumiu uma postura diferente dos demais, continuava a ser uma instituição reproduzindo as ideias e correntes teóricas europeias. Com boletins repletos de estudos realizados por estrangeiros, raramente apresentando estudos de arqueologia brasileira, realizada por pesquisadores nativos. A década de 1920 marcou o final da “era dos museus”

nacionais, com o abandono do modelo enciclopédico e projetos grandiosos, transformando-se em museus exclusivamente de Ciências Naturais (SCHWARCZ, 1989 *apud* BARRETO, 2000, p. 39).

A Arqueologia pré-acadêmica tem longa trajetória no Brasil, desde os primórdios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século passado (FUNARI, 2000, p. 77). Já em 1935, Luis de Castro Faria, uma das personalidades mais atuantes na defesa do patrimônio arqueológico, fundou o Centro de Estudos Archeológicos, mais tarde absorvido pelo Museu Nacional e que, pela primeira vez no Brasil, conferia nível acadêmico à arqueologia (BARRETO, 2000, p. 40).

Contudo, apenas no pós-Segunda Guerra Mundial ensaia-se o início da arqueologia acadêmica, graças às iniciativas de Paulo Duarte, fundador da Universidade de São Paulo, político, intelectual e humanista, sob cuja égide surge a Comissão de Pré-História, que se transformaria no Instituto de Pré-História, à imitação do IPH de Paris. (FUNARI, 2000, p. 77)

O arqueólogo Pedro Funari (2000) foi muito crítico ao mencionar as reflexões acadêmicas no Brasil anterior e no decorrer do período da Ditadura Civil-Militar. Descrevendo a universidade brasileira como uma herança maldita do paternalismo secular envolvendo o espaço de conhecimentos com o compadrio político, inclusive citando os números de bolsas do CNPq que não correspondiam ao número de teses defendidas. A mudança somente ocorreu com a retomada do poder pelos civis, quando a universidade revisou e aprimorou as conduções dos estudos arqueológicos.

A Arqueologia – enquanto reflexão acadêmica – surgiu no Brasil seguindo um caminho bastante diferente das outras Ciências Sociais. Enquanto as ciências sociais já estavam estabelecidas e num constante crescimento, a Arqueologia apareceu como uma necessidade de proteção dos patrimônios socioculturais visivelmente sendo destruídos. A Arqueologia acadêmica passa a figurar entre as universidades na região Sul-Sudeste do país e como não havia arqueólogos especializados no Brasil, foram “importados” pesquisadores de outros países, a maioria europeus: Paul Rivet, Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire. Como consequência, a arqueologia acadêmica nascente herdou as correntes teóricas de origens norte-americana e europeia.

Portanto, a Arqueologia enquanto reflexão acadêmica foi importada da Europa, principalmente da França, em virtude da inexistência de arqueólogos profissionais no país e adotou-se correntes teóricas, métodos e epistemologias amplamente utilizadas naquele continente, como o estudo dos primeiros ancestrais humanos, derivando daí o conceito de pré-

história, fase anterior a escrita, que mais tarde foi substituída – embora não se traduza em unanimidade – pelos arqueólogos por período ou História Pré-Colonial do Brasil.

A arqueologia acadêmica brasileira no advento isolou-se teoricamente, limitando-se as descrições dos sítios arqueológicos. Embora a Arqueologia fosse próxima da História, não absorveu no início as novas abordagens historiográficas marxistas, da Escola dos Annales ou qualquer aproximação com a Antropologia já consolidada em nosso país. As primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil foram de pouco interesse público, pois em geral empregavam-se esforços em escavações esparsas pelo país na busca por vestígios humanos bastante remotos que não se relacionava com os povos indígenas atuais.

As escavações eram demoradas. O conhecimento das estratigrafias tropicais era incipiente e os resultados pouco animadores. Embora a arqueologia acadêmica brasileira tenha começado os primeiros passos na década de 1950, com fortes influências das correntes teóricas francesas e norte-americanas, no final do século XX as pesquisas arqueológicas no Brasil continuaram realizadas em parcerias com missões arqueológicas estrangeiras (maioria francesa) em Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso. O “treinamento” dos primeiros arqueólogos brasileiros foi realizado pelo casal Betty Meggers e Clifford Evans, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Pronapa:

O programa, promovido pelo Smithsonian Institution, CNPq e Iphan, foi realizado por arqueólogos brasileiros de quase todos os estados fora da Bacia Amazônica e dirigido pelo casal. Entre 1965 e 1970, as pesquisas foram realizadas dentro de uma metodologia padronizada de levantamentos de um máximo de sítios arqueológicos em cada região, com o material sendo datado e organizado por métodos de seriação em categorias denominadas “tradições”, “fases” e “subfases” (Dias 1995 *apud* BARRETO, 2000, p. 44 – 45).

Apesar de Betty Meggers ter treinado muitos arqueólogos brasileiros e por ser uma ex-orientanda de Julian Steward, suas correntes teóricas formuladas para explicar o povoamento e disseminação das expressões socioculturais amazônicas em torno do determinismo ambiental, ecologia cultural e neoevolucionismo teve pouco impacto nas práticas arqueológicas subsequentes no Brasil. A arqueologia brasileira rejeitou as teses de determinismo ambiental, ecologia cultural e neoevolucionismo das correntes teóricas norte-americanas, assim como categorias evolutivas como arcaico, formativo e clássico. Entretanto, o Pronapa, como mencionado, herdou concepções norte-americanas, ordenando as expressões socioculturais humanas a partir de suas tecnologias, como "fases" e "tradições".

As pesquisas arqueológicas realizadas em território brasileiro nos anos 1960 - 1970 concentravam-se em identificar, descrever e classificar os sítios arqueológicos distribuídos

espacialmente (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; BARRETO, 2000; NEVES, 2000). E como era previsível uma interpretação, contextualização e teorias sobre o tema não prosperou, sucumbindo à dualidade descritiva-classificatória. As pesquisas brasileiras não conseguiram extrapolar os limites nacionais, obtendo êxito apenas com as datações antigas de alguns sítios arqueológicos, evidenciando o isolamento da arqueologia brasileira, pois

Mantendo-se isolada, a arqueologia brasileira não só absorveu muito pouco dos debates e avanços teóricos do cenário internacional das últimas décadas, como também não chegou a se constituir em uma arqueologia nacional, particularmente concebida para os problemas do passado brasileiro e, menos ainda, em uma arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de ideais nacionais. (BARRETO, 2000, p. 49)

Sendo evidente que um grupo defendendo o Pronapa como uma formação profícua e importante para a Arqueologia no Brasil (SCHMITZ 1989:47; DIAS 1995:35; LIMA 1998:25). Enquanto outros, como Funari, Lewgoy (1997: 248), Noelli (1999), associaram o Pronapa a questões políticas vinculadas ao regime militar no Brasil, inclusive Walter Neves (1999, comunicação pessoal) afirmou “a primeira geração de arqueólogos profissionais brasileiros não tem formação teórica nenhuma”. (*apud* FUNARI, 2000, p. 77)

O crescimento considerável das pesquisas arqueológicas ocorreu nas duas últimas décadas do século XX com a segunda geração de arqueólogos egressos de formações de âmbitos nacionais e internacionais. As demandas passaram a ser outras, como as teorias acerca do início do povoamento humano na América, inferências sobre as formas de vida e organização social das diversas expressões socioculturais humanas, uma maior cobertura de pesquisas arqueológicas em praticamente todo território nacional. Somado a isso, ocorreram congressos a níveis nacional e continental reunindo pesquisadores de todas as partes. Com as mudanças estruturais no país e as obras de dimensões consideráveis obrigou a inserção de arqueólogos nas pesquisas de identificação do patrimônio sociocultural brasileiro.

Agências de fomento a pesquisas nacionais têm contribuído bastante na formação de arqueólogos brasileiros. Intercâmbios promovidos pelo CNPq, Fapesp e outras agências de fomento, como a CAPES, têm trazido cientistas estrangeiros e financiado jovens ao exterior, tecendo experiências ricas em significado científico. Essa mudança de perspectiva renova as esperanças da Arqueologia no Brasil.

O futuro da arqueologia brasileira é incerto. A Arqueologia no Brasil até o final do século XX isolou-a do restante da América Latina. As pesquisas realizadas em território brasileiro têm pouco impactos no exterior. Aparentemente, a arqueologia no Brasil somente terá uma maior aceitação quando conseguir penetrar nos meios de comunicação de massa (sem

folclorismos ou messianismos) gerar políticas públicas voltadas à salvaguarda dos sítios, à formação de pesquisadores e à produção de conhecimentos, em diálogo com as comunidades do entorno dos sítios, além de inserir a discussão sobre o patrimônio arqueológico no currículo da Educação Básica.

A Arqueologia no Brasil assume um dever de se aprofundar na história da sociedade brasileira por meio das evidências das culturas materiais. Portanto, cabe ao arqueólogo, historiador ou pesquisador de qualquer natureza construir um conhecimento acessível à população brasileira. Isso é um dever inegociável.

### **2.3 A Pré-História do Brasil**

O termo pré-história do Brasil é apenas uma construção humana, assim como o Brasil, evitando a armadilha do anacronismo, destacando que no tempo analisado não existia ainda o Brasil, nem tampouco a América. Uma observação válida para nortear as publicações com o tema pré-história do Brasil é referenciar o emprego dessa definição enquanto uma localização geográfica e temporal do território brasileiro. Embora saibamos ser o Brasil uma invenção do século XIX (Funari, 2002), o emprego do termo se faz necessário nesse sentido, valorizando o trabalho da Arqueologia – enquanto ciência – e enfatizando que outras áreas, como a História e Antropologia, não têm se ocupado, majoritariamente, em dar respostas significativas aos vestígios materiais. Dependemos, portanto, exclusivamente dos vestígios materiais que eles deixaram, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores nem antropólogos estão acostumados a tratar. (PROUS, 2006, p. 08). E também validando as pesquisas da Arqueologia, Linguística, Etnologia, Antropologia e os escritos dos cronistas dos séculos XVI e XVII como fontes para a pré-história do Brasil (FAUSTO, 2005).

Um aspecto importante a ser mencionado é a variabilidade e a distinção do emprego do termo pré-história. Na Europa se refere ao período desde as origens dos primeiros ancestrais humanos até a invenção da escrita. Na América se refere ao período anterior à chegada dos europeus. Portanto, a palavra pré-história embora soando como algo universal, não pode ser usada da mesma forma em todos os lugares. O uso do termo pré-história da América como uma generalização para todo o continente é problemático, pois se pré-história significa o período anterior à escrita, o mesmo não pode ser aplicado à América, pois povos nativos utilizavam a

escrita desde antes do início da colonização europeia. Mesmo assim, esse termo continua aparecendo nos livros didáticos e nas pesquisas sobre o tema até a atualidade.

Neste caso, na Europa, “a Pré-história trata dos últimos 100 a 200 mil anos, período em que existe a espécie humana, o *Homo Sapiens sapiens*, e também dos milhões de anos anteriores, em que existiram os hominídeos, espécies que antecederam à nossa: 99,9% do passado [...]” (FUNARI, NOELLI, 2002, p. 13). Por sua vez, [...] “no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais” (BARRETO, 2000, p. 33). Portanto, essas distinções são necessárias para não incorrer num conceito de pré-história universalizante. Como enfatizado, a pré-história na Europa e na América tratam de temas de pesquisas distintos. Outra especificidade são as cronologias, sendo as de origem eurocêntricas dominantes e citadas com maior frequência em muitos livros didáticos. Periodizações da pré-história:

Tabela 1 - Cronologias eurocêntricas da Pré-história.

Paleolítico Inferior	2 milhões a 120 mil anos (hominídeos)
Paleolítico Médio	130 a 35 mil anos (surgimento do <i>Homo sapiens</i> )
Paleolítico Superior	35 a 12 mil AP <sup>8</sup> (época de início da presença humana na América)
Mesolítico	12 a 9 mil AP.
Neolítico	9 a 5.500 anos na Europa, Ásia e África; 7 a 2 mil AP na América.

Fonte: FUNARI, NOELLI, (2002). Adaptado pelo autor.

A imagem dos primeiros grupos humanos ocupando o território brasileiro anteriormente a chegada no século XVI dos europeus era de inferioridade. Os primeiros estudos sobre a antiguidade desses povos foram realizados por pesquisadores de origem europeia e a visão da época (século XIX) era que os povos indígenas no Brasil não teriam conhecimentos necessários para produzirem vestígios arqueológicos encontrados em Marajó, Amapá e no litoral do país. A explicação da época era que essas evidências foram produzidas por gregos, fenícios e povos andinos.

<sup>8</sup> Antes do Presente é um termo internacional (BP *before present*), mundialmente usado a partir de 1950, ano em que Willard Frank Libby (1909 – 1980) obteve a primeira datação radiocarbônica na Universidade de Chicago. Libby recebeu o prêmio Nobel de Química em 1960 (MARTIN, 2013, p. 67). É a cronologia utilizada por arqueólogos(as) em seus trabalhos.

De início, não se acreditava na possibilidade de ocupação do território brasileiro anterior ao dilúvio bíblico. Coube a Peter Lund, em 1843, realizar as primeiras pesquisas na região de Lagoa Santa/MG, Emílio Goeldi no Amapá e Von Den Steinen em Santa Catarina, situando os achados como sendo provas da realização pelos ameríndios. Uma dessas teorias, provocando polêmicas na comunidade científica, foi a hipótese de presença do gênero *Homo erectus* no Brasil, pesquisa realizada pela professora Maria Conceição Beltrão. Outra foi o surgimento do gênero *Homo sapiens* na Argentina, hipótese formulada por Florentino Ameghino, no século XIX. As duas foram amplamente questionadas e paulatinamente rechaçadas pelos arqueólogos.

É impossível discutir o tema da pré-história do Brasil sem mencionar a polêmica acerca do povoamento com os primeiros humanos no continente americano. A passagem pelo Estreito de Bering foi a primeira teoria explicativa baseada nas “[...] semelhanças físicas existentes entre os grupos americanos e as populações da Mongólia e, em 1637, a sugestão de uma via migratória pelo Estreito de Behring era seriamente considerada” (WAUCHOPE apud ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p. 13). O naturalista Humboldt foi um dos primeiros a empreender expedições na região amazônica e por meio de suas observações também sugeriu uma semelhança entre as populações nativas com os povos asiáticos.

As primeiras pesquisas realizadas no continente evidenciaram uma proximidade morfológica entre os indígenas atuais com os habitantes asiáticos, surgindo o termo populações mongoloides. O povoamento teria ocorrido no período pleistocênico, usando o corredor de Bering, ligando o Nordeste da Ásia [Sibéria] ao Noroeste da América do Norte [Alasca]. As pesquisas em Lagoa Santa, município localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, inauguraram um novo capítulo da história do povoamento do Brasil. As pesquisas posteriores na mesma localidade, realizadas por uma missão franco-brasileira, exumaram muitos esqueletos humanos estudados em laboratório arqueológicos (PROUS, 2006).

A reconstituição de um crânio repercutiu mundialmente, Luzia. Nesse contexto, o estudo do crânio de Luzia e de outros da mesma época apresentaram novidades: informações sugerindo outra (pré) História e um outro modo de refletir sobre a ocupação humana na América (FUNARI, NOELLI, 2002, p. 35). A morfologia, antiguidade e aparência forneceram as bases para a hipótese de povoamento na América com grupos humanos distintos, a poligenia. A teoria mais aceita era de populações com feições mongoloides, chegando à América por Bering, por volta de 20 mil anos AP. Uma análise dos crânios de Lagoa Santa associou aqueles povos com australianos e sugeriu uma nova teoria para o povoamento na América através de navegação

transpacífica. Contudo, como os sítios na região do Pacífico não apresentaram datações remotas essa teoria foi amplamente criticada.

A pesquisa realizada por Walter Neves e colaboradores significou uma ruptura de narrativa acerca do povoamento na América. Mesmo assim, o povo de Luzia, como ficou conhecido na literatura acadêmica, tem traços morfológicos assemelhados aos povos australo-melanésios, possibilitando uma nova hipótese sobre o povoamento. O citado pesquisador ainda defende que essas populações, possivelmente, chegaram a América por Bering, num período anterior da passagem das populações mongoloides (NEVES *apud* FUNARI, 1999).

O sítio arqueológico Pedra Furada em São Raimundo Nonato/PI é o mais controverso, polêmico e discutido pela comunidade científica. Por apresentar uma suposta datação anterior a 50 mil anos AP, a arqueóloga Niède Guidon defende o povoamento na América ocorrido há mais tempo que a narrativa convencional. Além disso, acreditando que esse povoamento não ocorreu unicamente por Bering, mas por navegação transpacífica, citando o exemplo do povoamento na Austrália para endossar os argumentos, pois os primeiros seres humanos estavam naquele continente há pelo menos 50 mil anos. Supondo-se que se os seres humanos alcançaram a Austrália em períodos tão remotos, por que não também na América? A comunidade científica, comumente não aceita as datações da Pedra Furada questionando se as fogueiras e materiais líticos não resultaram de ações da própria Natureza. A antiguidade da presença humana no sítio Pedra Furada foi vista com ceticismo, pois

Guidon apresenta-nos a vinda do homem para a América como uma aventura impressionante. Sempre em busca do sol nascente, de ilha em ilha, inspirado pelo messianismo, ou seja, pela crença em individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social. [...] talvez por ser a visão mais romântica e gloriosa do homem americano, no Brasil, “o homem da Pedra Furada” continua popular, a julgar pelo destaque que recebe nos livros didáticos e nos meios de comunicação de massa. No meio científico internacional, a teoria de Guidon não é plenamente aceita e, no Brasil, a maioria dos estudiosos tampouco considera aceitável a antiguidade atribuída por essa estudiosa ao “homem da Pedra Furada”. (FUNARI, NOELLI, 2002, p. 40 – 41)

O sítio arqueológico Pedra Furada também é questionado por apresentar um sem-número de porquês à sua antiguidade. As fogueiras e material lítico supostamente seriam obras das próprias forças da Natureza, com os carvões queimados naturalmente, os instrumentos líticos forjados de quedas dos paredões, que cercam o próprio sítio (PROUS, 2006). Em resumo, as datações longínquas da Pedra Furada são questionadas. Porém, evidências de 11.000 anos são consideradas. Qualquer datação ultrapassando 13.000 anos é posta em dúvida pela comunidade científica nacional e norte-americana.

Foi apresentado um contraponto às críticas sobre o sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Furada por ser uma área com pesquisas continuadas e datações longínquas, questionando estudos conservadores. “Também, neste caso, os estudos realizados por Guidon se impõem, aos desejosos em pesquisar o Nordeste, como marcos de referência, e mesmo aqueles que os questionam não poderiam deixar de considerá-los” (ETCHEVARNE, 2000, p. 117).

Na transição do período Pleistoceno para o Holoceno, o ambiente era muito diferenciado do atual. Os locais que supostamente servindo de passagem entre a Sibéria e Alasca estavam submersos. A América do Norte e do Sul era coabitada por animais gigantes para os padrões atuais, a megafauna. As pesquisas sugerem que esses animais foram extintos no Brasil há cerca de 10.000 mil anos, ocorrendo uma grande discussão sobre o desaparecimento: foi por modificações climáticas ou antrópicas? Aparentemente, os primeiros sul-americanos caçavam animais de megafauna, embora as poucas e escassas evidências arqueológicas sugiram essa hipótese. No mais, somente os avanços das pesquisas arqueológicas poderão dizer sobre a morfologia dessas primeiras populações definidas como paleoindígenas (PROUS, 2006).

Arqueólogos historicizaram e situaram o uso do termo paleoíndio ou paleoindígena como um indicador de grupos humanos que viveram entre 12 e 5 mil AP, final do Pleistoceno e início do Holoceno. Desse modo, discutem e problematizam o conceito de índio, destacando que, para não incorrerem em anacronismo, usam o prefixo paleo (FUNARI; NOELI, 2002). Mas, como todo conceito há uma história sobre o mesmo. Encontrar um termo, palavra e conceito, para classificar, nomear povos em tempos remotos no Brasil não é uma tarefa fácil. Alguns autores preferem ameríndios, outros paleoíndios ou paleoindígena e nenhuma expressão consegue universalizar. Outra característica do termo é a associação dos paleoindígenas aos povos com morfologia mongoloide.

### **3 A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO**

A Pré-História do Brasil é comumente nomeada como o período anterior à colonização europeia a partir de meados do século XVI. Nesse recorte temporal, ainda inexistia o Brasil e, consequentemente, a América. Mas a título de referência geográfica e temporal essa definição ainda é corrente na Arqueologia e na História. A chamada Pré-História do Brasil nem sempre foi destaque nos livros didáticos de História no Brasil. Nessa presença e ausência nos livros didáticos de História “são identificados apenas três momentos de valorização da pré-história nesses livros: ao final do século XIX, ao longo da era Vargas e na atual década de 90, como resultado de interesses distintos e em três contextos bastante diferenciados” (LIMA; SILVA, 1999, p. 92). Esse processo, segundo as autoras, consiste numa política de aniquilamento e silenciamento das expressões socioculturais nativas apagando-as dos textos sobre a História do Brasil.

Não foi de nosso interesse realizar uma análise geral da Pré-história do Brasil nos livros didáticos destinados à educação pública. Em nosso estudo, analisamos algumas obras de História do PNLD 2018, mas precisamente os livros didáticos de História escolhidos por Professores(as) de História na Região Agreste Central do estado de Pernambuco, jurisdicionada pela Gerência Regional de Educação<sup>9</sup> Agreste Centro Norte. Nosso interesse, portanto, foi pesquisar os livros didáticos de História para o Ensino Médio, verificando se seus conteúdos estão sintonizados com as pesquisas recentes na Arqueologia brasileira e se estão sintonizados com a arqueologia da sua região.

Por outro lado, sendo importante identificar como o patrimônio arqueológico brasileiro é discutido nesses livros. No final da década de 1990, já era um tema de preocupação a ausência da temática da pré-história brasileira nos currículos escolares por parte da comunidade de arqueólogos. Não somente apenas a omissão curricular do passado pré-colonial, mas a depredação corrente dos sítios arqueológicos em virtude do desconhecimento desse patrimônio por parte da população brasileira. Antes de iniciarmos essa análise, pretendemos expor um breve quadro da Educação Básica no país.

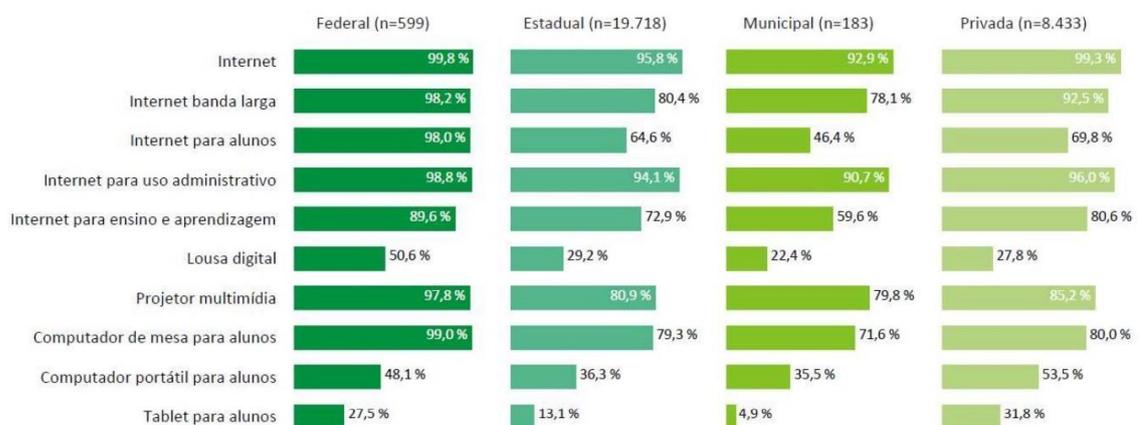
---

<sup>9</sup> Conforme definição do Decreto Nº 40.599, de 03 de abril de 2014. No Estado de Pernambuco são 16 Gerências Regionais de Educação (GRE) vinculadas a Secretaria de Educação e Esportes.

A situação na Educação Básica brasileira é muito desigual. São inúmeros fatores que explicam essa desigualdade: problemas nas estruturas físicas das escolas, salários baixos de professores, déficit de docentes, profissionais lecionando fora de sua área de conhecimento, limitação de recursos tecnológicos, de recursos materiais e pedagógicos, em resumo, essas informações evidenciam que a Educação Básica executada no país ainda é bastante limitada e necessita de mais investimentos. A Educação Básica em 2020, somada as redes públicas e privadas, apresentou um total de 47,3 milhões de matrículas<sup>10</sup>, com 7,55 milhões de estudantes no Ensino Médio, a rede pública estadual abrigando 6.351.444 matrículas, respondendo por 84,1% das matrículas no país. Na rede privada os números se aproximaram das 926 mil matrículas, correspondendo a 12,3% das matrículas.

O Censo Escolar 2020<sup>11</sup> apresentou dados sobre o uso de recursos tecnológicos disponíveis nas escolas com Ensino Médio, evidenciando ainda mais essa discrepância.

Gráfico 1 - Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de Ensino Médio.



Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

INEP

Fonte: Censo Escolar (2020).

Analisando alguns números da rede pública estadual, percebemos que apenas 80,4% das escolas dispõem de internet banda larga. Esse número é bastante menor quando a internet é destinada para uso de alunos(as), 64,6%. Quanto a amostragem de computadores portáteis para discentes, um pouco mais de um terço dos estudantes, 36,3% contavam com esse recurso. E o acesso aos *tablets* sendo ainda menor, 13,1%. Esses dois últimos índices demonstram a discrepância entre alunos(as) na rede pública estadual e privada. As regiões Norte e Nordeste

<sup>10</sup> Fonte: Censo Escolar 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020> Acesso em 20/07/2021.

<sup>11</sup> Ibid.

apresentaram os menores números do país concernente a internet para discentes, 44,5% e 57,1% respectivamente.

O mundo contemporâneo ainda vivencia uma pandemia de Covid-19 e um dos setores mais afetados foi a educação. Com todas as medidas necessárias ao enfrentamento do Novo Coronavírus, o isolamento social foi uma das prioridades dos governos estaduais. No entanto, mesmo diante das políticas públicas governamentais para combater os efeitos da Covid-19, os subsídios tecnológicos para estudantes da rede pública não foram suficientes, sobretudo porque muitos estudantes não têm acesso à internet nas residências. As aulas no Ensino Médio estavam ocorrendo no sistema híbrido e no atual abismo socioeconômico muitos estudantes não participavam das aulas remotas (on-line). Portanto, a pandemia acentuou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas da população brasileira, uma vez que o livro didático tem se tornado o único recurso de acesso ao conhecimento de uma parcela significativa de discentes na rede pública estadual.

Muito embora pareça uma política de Estado de longa data, o Ensino Médio nem sempre foi uma modalidade de ensino obrigatória e universal patrocinada pelo Estado brasileiro. Em seguida, serão apresentadas as resoluções e leis que tornaram o Ensino Médio obrigatório e responsabilidade do Estado, assim como a destinação de livros didáticos como direito à educação escolar.

Nos últimos quinze anos, o Programa Nacional do Livro Didático foi instrumento de inclusão e, conseqüentemente, de equidade na efetivação do direito à educação escolar. A distribuição de livros a milhões de estudantes do Ensino Médio se deu em paralelo às políticas de ampliação da escolarização básica, gratuita e obrigatória dessa etapa de ensino, estabelecida entre 2009 e 2013, como a resolução que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução n. 2/2012/CNE) e as leis que asseguram acesso “a todos os interessados ao Ensino Médio público” (Lei n. 12.061/2009). (BRASIL, 2017. p. 10)

O Programa Nacional do Livro Didático foi instituído em 1985 como política pública e em 1996 os livros passaram a ser avaliados para constar na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes das redes públicas de ensino. É importante sublinhar que o PNLD transformou radicalmente o processo de formação continuada para professores(as) e tema de pesquisas acadêmicas. Ocorrendo uma profunda mudança na ênfase do *ensinar história* para o *aprender história*.

O livro didático tem se tornado um instrumento importante para a aprendizagem histórica na Educação Básica e os usos variam conforme as metodologias empregadas pelos docentes. Munakata enfatiza as potencialidades e ampliação dos usos de livros didáticos:

O termo “uso”, empregado por Lajolo (1996), não é por acaso: o que na escola se faz com o livro didático não cabe na simples palavra “leitura”. Certamente é para ser lido, mas essa leitura pode ser silenciosa ou em voz alta, individual ou coletiva; o seu texto pode ser copiado na lousa ou no caderno; suas páginas podem ser rabiscadas, os exercícios e pesquisas que sugere são realizados (às vezes, à revelia do próprio professor); é transportado da casa à escola, da escola para casa; etc. – cada atividade implicando práticas escolares diversificadas. (MUNAKATA, 2012, p. 185 – 186)

Os livros didáticos, embora vistos como neutros e inofensivos, são poderosos instrumentos de controle social e de dominação sociocultural. A escola pode atuar como mecanismo de reprodução e difusão das ideologias dominantes, ou atuando em sentido contrário, combatendo e possibilitando a transformação e libertação. Ressaltando que esse processo, em geral, é direcionado pelo livro didático. O livro didático é o maior suporte educacional para o ensino básico. Em algumas situações, é o único meio que estudantes recorrem para a aprendizagem dos saberes escolares. Mas o livro didático assume uma dimensão ainda maior, pois apresenta os conteúdos a serem ensinados, situações didáticas, sugestões e atividades, outras referências, metodologias de ensino, em resumo, é um recurso com uma abrangência maior do que normalmente se supõe.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é realizado através de edital, sendo publicado dois anos antes do lançamento. As editoras se inscrevem e enviam as obras para análise. O PNLD 2018 recebeu ao todo 19 obras de História para análise, mas apenas 13 foram aprovadas. Até 2015, as obras eram analisadas por uma equipe técnica do MEC, mas atualmente são as universidades públicas que realizam a tarefa. Abaixo, quadro com os 13 livros didáticos de História aprovados no PNLD 2018 e sua respectiva distribuição em todo o país<sup>12</sup>.

Tabela 2 - Quadro de distribuição dos livros didáticos de História para o 1º ano do Ensino Médio no Brasil.

Editora	Obra	Livros distribuídos
<b>Ática S.A.</b>	História: passado e presente – dos primeiros humanos ao Renascimento, volume 1.	220.893
<b>Scipione S. A</b>	Olhares da História – Brasil e mundo, volume 1.	194.644
<b>Saraiva Educação LTDA</b>	História Global – volume 1.	451.895

<sup>12</sup> Fonte: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em 20/07/2021.

<b>Saraiva Educação LTDA</b>	História 1 – volume 1.	264.265
<b>Palavras Editoriais LTDA-ME</b>	Cenas da História 1 – volume 1.	47.753
<b>Base Editorial LTDA</b>	Caminhos do homem: das origens da humanidade à construção mundo moderno.	22.237
<b>Moderna LTDA</b>	Conexões com a História – volume 1.	209.766
<b>Edições Educacional LTDA</b>	Por dentro da História 1.	80.626
<b>FTD S.A.</b>	História Sociedade & Cidadania, volume 1.	714.214
<b>Quinteto LTDA</b>	#Contato História, volume 1.	235.104
<b>Leya Editora LTDA</b>	Oficina de História, volume 1.	209.382
<b>Editora do Brasil S.A.</b>	História em Debate 1.	63.693
<b>Moderna LTDA</b>	História: das cavernas ao terceiro milênio, volume 1.	423.053

Fonte: FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em 20/07/2021.

Em Pernambuco, são 1.115 escolas de Ensino Médio totalizando 342.892 matrículas, das quais 129.896 no 1º ano do Ensino Médio. A rede pública estadual de Pernambuco responde por 88% das matrículas de todo Ensino Médio. Em 2008, foi implantado o Programa de Educação Integral,<sup>13</sup> através da rede de escolas denominadas Escolas de Referência em Ensino Médio – EREM. O Programa de Educação Integral no ano da criação contava com apenas oito escolas e diante dos excelentes resultados obtidos na perspectiva do IDEB essa rede cresceu e atualmente conta com o número de 469 escolas, 54,6% dos estudantes estão matriculados no Ensino Médio Integral, correspondendo a maior rede de educação pública na modalidade semi/integral do país<sup>14</sup>.

A Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte com sede no município de Caruaru, gerencia 63 escolas com modalidades de ensino distintas nos municípios de Agrestina, Altinho, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Caruaru, Cupira, Ibirajuba,

<sup>13</sup> Lei Complementar Nº 125, de 10 de julho de 2008. Fonte: Alepe. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTOATUALIZADO> Acesso em 20/07/2021.

<sup>14</sup> Fonte: Apresentação do Censo Escolar 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2020/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf) Acesso em 20/07/2021.

Jataúba, Panelas, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, São Caitano, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte e Toritama. O quadro abaixo demonstra o número de escolas e suas respectivas modalidades de ensino distribuídas pela região Agreste Central de Pernambuco.

Tabela 3 - Distribuição de escolas por modalidade de ensino GRE Agreste Centro Norte, sede Caruaru/PE<sup>15</sup>.

<b>GRE AGRESTE CENTRO NORTE – SEDE CARUARU/PE</b>	
<b>MODALIDADE DE ENSINO</b>	<b>Nº de escolas</b>
<b>Ensino Médio jornada Semi ou integral (EREM)</b>	25
<b>Escola Técnica (Ensino Médio e profissionalizante)</b>	03
<b>Ensino regular (fundamental e médio)</b>	33
<b>Outras</b>	02
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A partir das informações obtidas junto à Coordenação Geral de Gestão de Rede (CGGR) da Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte, os livros didáticos de História para o Ensino Médio com maior adesão pelas escolas de nível médio foram as seguintes obras: *História: passado e presente – vol. 1. Dos primeiros Humanos ao Renascimento*, dos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. *História Global 1*, autor Gilberto Cotrim. *História – das cavernas ao terceiro milênio, vol. 1*, autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. *História Sociedade & Cidadania, 1º ano*, autor Alfredo Boulos Júnior.

As coleções de livros didáticos distribuídas para o Ensino Médio, geralmente são divididas em três volumes e nossa pesquisa versa a partir da análise do 1º volume das obras mencionadas. O tema de interesse de nossa pesquisa, A Pré-História do Brasil, frequentemente é citada entre os primeiros capítulos do volume *um* das citadas coleções de História.

Julgamos ser imprescindível uma análise aprofundada sobre como ocorre a educação formal dos brasileiros acerca do patrimônio arqueológico pré-histórico. É inegável que a partir de como esse tema é abordado nos livros didáticos de História para Ensino Médio sendo possível empreender medidas educativas que reparem o desprezo ou mesmo o apagamento da pré-história brasileira dos currículos de Educação Básica.

<sup>15</sup> Fonte: Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/RELACAO DAS ESCOLAS ESTADUAIS 2020 AGRESTE%20CENTRO%20CARUARU.pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/RELACAO%20DAS%20ESCOLAS%20ESTADUAIS%202020%20AGRESTE%20CENTRO%20CARUARU.pdf) Acesso em 20/07/2021.

### 3.1 Vestígios eurocêntricos no ensino da Pré-História do Brasil

O eurocentrismo é uma das consequências do etnocentrismo, visão centrada na superioridade sociocultural de um povo em relação aos *outros* povos. Cada povo possui um modo próprio de conceber o mundo, “mas quando um determinado grupo, com traços culturais característicos e uma visão de mundo própria entra em contato com outro grupo que apresenta práticas culturais distintas, o estranhamento e o medo são as reações mais comuns” (SILVA, SILVA, 2009, p. 127). Os seres humanos são entes socioculturais que forjando as identidades com acúmulo de muitas experiências e em alguns momentos são elevadas a um patamar como superiores, melhores e numa escala hierárquica acima das demais. Quando essas identidades socioculturais entram em confronto com outras, surge o etnocentrismo. Desse confronto, surgem preconceitos, conflitos e uma série de equívocos. Talvez o maior tenha sido o sentimento de soberba e escravização das expressões socioculturais *estrangeiras*, diferentes e concebidas como inferiores.

A África, Ásia e América colonizadas por europeus entre os séculos XV e XIX, tomadas por visões de mundo superiores em relação aos povos nativos nesses continentes, impuseram aos colonizados as heranças socioculturais egressas do chamado Velho Mundo. Desse modo, foram semeando valores socioculturais por séculos, embora continuem brotando os processos de emancipação política das antigas colônias. Assim, “a imagem do etnocentrismo quase sempre está associada ao eurocentrismo, ou seja, à atitude das diversas Nações europeias de imporem seus valores e de se considerarem superiores aos povos autóctones da África, da Ásia e da América” (SILVA, SILVA, 2009, p. 129). A presença de valores eurocêntricos existe até a atualidade em vários países da América Latina, o que é evidenciado pelos idiomas, nomes de países, cidades, lugares; pela maciça hegemonia religiosa do cristianismo, do patriarcado, dos feriados, dias santos e festividades que celebram feitos e pessoas da Europa; as crenças, os hábitos, estruturas políticas, econômicas, sociais etc. Como se isso não fosse suficiente, o currículo ensinado nas escolas da Educação Básica também carrega as marcas da colonização europeia.

O currículo de História na Educação Básica, especificamente na modalidade Ensino Médio melhorou bastante nas últimas décadas do século XXI por incluir novas abordagens historiográficas, problematizando as anteriores, principalmente o Positivismo. Mesmo assim, percebe-se que a divisão da História em períodos de origens europeia ainda é majoritária. O

próprio Guia de Livros Didáticos de História (PNLD 2018) reconhece essa presença acentuada do currículo eurocentrado nas 13 obras didáticas analisadas e aprovadas:

Observem que esses dois clássicos modelos de distribuição da matéria (integrada e temática) conservam a periodização em cinco partes: Pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Os autores veem tal divisão como “tradicional”, correspondente à “História ocidental” e relacionada à “História da Europa”. Explicitamente, para professores e estudantes, algumas coleções justificam as escolhas pela força do “hábito” e da “tradição”. Indiretamente, percebemos que são guiados também pela própria matriz do Enem que incorpora os acontecimentos relativos aos cinco recortes temporais, e pelos programas dos maiores exames vestibulares de universidades públicas e particulares. No esforço para distanciarem-se do eurocentrismo, justificam a inclusão das histórias da África, dos povos indígenas e afro-brasileiros (prescrições legais), e também as histórias da Índia e da China como meios de conhecimento e respeito à diversidade cultural. (BRASIL, 2017, p. 19)

Embora justificando o uso de recortes temporais eurocêntricos como divisões apoiadas na força da *tradição* e do *hábito*, a inserção de outras temáticas fugindo do eurocentrismo, como a história islâmica, dos povos indígenas, da América etc., todos esses temas ainda são inseridos a partir do marco temporal europeu. A ideia de temporalidade histórica apresenta uma superioridade da História linear e cronológica, através do calendário Gregoriano e tendo como linha cronológica balizadora o nascimento de Jesus. A forma como a História curricular está sendo posta deixa marcas profundas na construção de nossas existências.

Como disse Ferro (s/d:15), “ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida”. Os valores assim incutidos tornam-se elementos ordenadores, balizadores, que orientam o indivíduo em todos os níveis da sua existência (LIMA; SILVA, 1999, p. 94).

Analisamos quatro obras de História do PNLD 2018 para a 1ª série do Ensino Médio conforme as escolhas de docentes lecionando o Componente Curricular História, em Escolas Públicas na Rede Estadual de Ensino em Pernambuco, na área de abrangência da Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte, sediada no município de Caruaru/PE.

Nossa análise ocorreu sobre o tema da Pré-História Geral e da Pré-História do Brasil a partir da presença de aspectos remetendo a conceitos de origens eurocêntricos. Nosso objetivo não foi juízos de valores sobre a qualidade das obras, mas apontar possíveis alternativas para o ensino da Pré-história do Brasil sob uma perspectiva mais interdisciplinar com os conhecimentos da Arqueologia e integração com outras áreas de conhecimento, especificamente das Ciências Humanas.

Das obras analisadas, as duas primeiras dedicaram dois capítulos à pré-história (Pré-História geral e Pré-História do Brasil) e as outras duas abordaram a temática em capítulo único. Por força da “tradição” e do “hábito”, as obras seguiram uma História Linear e cronológica para discutir o tema, mesmo problematizando a prevalência da periodização eurocêntrica, apontando

a existência de outros *marcos históricos*. Todas as obras optaram por não utilizar o conceito de Pré-História nos títulos dos capítulos, substituindo-os por *Origens da humanidade e importância da agricultura, Origens do ser humano na América, Primeiros humanos, Primeiros povos da América, Primeiros passos da humanidade e A aventura humana: Primeiros tempos*. Observamos que a fase da História sobre as Origens da humanidade ainda recebe maior atenção pelos(as) autores(as) em detrimento da história dos primeiros povos na posteriormente chamada América, isso em número de páginas, sugestões de fontes complementares e atividades para estudantes.

Tabela 4 - Quadro com as obras escolhidas por docentes na Região Agreste Central de Pernambuco.

Nº	Título	Autores	Editora
01	<i>História: passado e presente – vol. 1 Dos primeiros humanos ao Renascimento.</i>	Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi.	Ática
02	<i>História Global 1.</i>	Gilberto Cotrim.	Saraiva
03	<i>História – das cavernas ao terceiro milênio, vol. 1.</i>	Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho.	Moderna
04	<i>História Sociedade &amp; Cidadania, 1º ano.</i>	Alfredo Boulos Júnior.	FTD

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Rede (CGGR) da Gerência Regional de Educação Agreste Centro Norte. Adaptado pelo autor (2022).

Para justificar o abandono do termo Pré-História, as autoras de um dos livros analisados questionaram a consagrada divisão eurocêntrica entre Pré-História e História:

Tradicionalmente se divide a história em Pré-história e História. Segundo essa divisão, a Pré-história corresponde ao período anterior à invenção da escrita e a história, ao período posterior. Contudo, como vimos no capítulo anterior, a história não se faz apenas de documentos escritos. Todos os vestígios deixados pelos seres humanos são fontes que nos ajudam a conhecer a vida das pessoas em outros tempos. Assim, se os sujeitos da história são todos os homens e mulheres que, com sua experiência, transformam a natureza para poder sobreviver, então a história existe desde o momento em que as primeiras espécies do gênero *Homo* surgiram no planeta, há cerca de 2 milhões de anos (BRAICK, MOTA, 2016, p. 25).

Alfredo Boulos Júnior (2016) apresentou uma profícua discussão sobre o tema através de tópico *Pré-história: um conceito discutível*. Enfatizando que os historiadores do século XIX creditavam a História apenas a partir dos documentos escritos produzidos pelos seres humanos, neste caso, os povos ágrafos, sem escrita, estariam num estágio anterior à História. Porém, os historiadores na atualidade não consideram mais a História viável somente com fontes escritas, mas, ao contrário, toda evidência material e imaterial como passível de tratamento para a escrita

da história. “Por isso, acredita-se, hoje, que a pré-história é parte da História e que os homens pré-históricos – seres dotados de imaginação, inteligência e sentimentos típicos da nossa espécie – também fizeram história” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 30).

O livro *História: passado e presente – dos primeiros humanos ao Renascimento e História, Sociedade & Cidadania* empregaram os termos *Homo sapiens sapiens* e *Homo sapiens arcaico* para citar a espécie *Sapiens*. A Arqueologia não emprega mais essas definições para se referir aos *sapiens* por entender se tratar da mesma espécie, isso refletindo a falta de sintonia das obras analisadas com as pesquisas recentes da Arqueologia. Outro detalhe observado consiste em definir as origens da sedentarização como consequência única da agricultura, quando a pesca e outras estratégias para obter fontes de energia e recursos alimentares também propiciaram a sedentarização. Outro mito presente nos livros didáticos analisados foi a lógica de que a sedentarização promoveu uma maior densidade demográfica e melhor qualidade de vida, uma vez que pesquisas apontaram outra perspectiva de análise:

Sabe-se hoje que nos primeiros Estados do Oriente Médio as populações tinham uma expectativa de vida menor que a do período Neolítico e menor ainda que a do Paleolítico. Com o crescimento demográfico dessas populações, aumentou a mortalidade por doenças e subnutrição. Nas sociedades caçadoras e coletoras, que sobreviviam em número reduzido mas controladas pelas condições ambientais, isso não acontecia (GUGLIELMO, 1991, p. 60).

O autor mitigou uma ideia ainda corrente de que o Período Neolítico consistiu numa fase de polimento dos artefatos líticos, inclusive, mencionando que essa ideia é ultrapassada, mas continua sendo expressa nos livros didáticos de História. O Período Neolítico foi uma fase de controle e reprodução de plantas e animais, como escreveu o autor, esses grupos humanos plantavam e tinham um grande retorno das fontes de alimentos.

Em nossa análise, um único autor desconstruiu essa narrativa mítica “equacional” na qual a agricultura, no Período Neolítico, gerou maior densidade demográfica, expectativa de vida e bem-estar social:

Todo esse processo não foi brusco nem transcorreu sem problemas nas comunidades. Estima-se que, em certas regiões do Oriente Próximo e da América, nas fases iniciais da agricultura, o predomínio de cereais na alimentação tenha provocado uma redução no tempo médio de vida das pessoas, devido a carências nutricionais. Além disso, o sedentarismo e o agrupamento de populações mais numerosas favoreceram a propagação de epidemias, pelo maior contato entre seus membros (COTRIM, 2016, p. 36).

A secular periodização da Pré-História em períodos Paleolítico e Neolítico permanece em três das quatro obras analisadas. A única ausência ocorreu no Livro *História: passado e presente – das origens humanas ao Renascimento*. Um autor citou as origens dessa divisão da Pré-História: “[...] o inglês John Lubbock (1834-1913) desenvolveu uma periodização que

adotou como critério o grau de habilidade tecnológica na produção de instrumentos. Essa periodização distingue pelo menos dois grandes momentos: Paleolítico e Neolítico” (COTRIM, 2016, p. 34). Ressaltando que o autor destacou recorrer ao uso da famosa divisão da Pré-História como definida pelo inglês John Lubbock, mesmo se tratando de uma generalização eurocêntrica. Ainda sobre a divisão da Pré-História em Período Paleolítico e Neolítico<sup>16</sup>, foi contestada a generalização de uma técnica como único meio definidor de aspectos socioculturais. “Hoje, no entanto, o termo neolítico não mais identifica métodos de trabalho em pedra e, sim, de produção de alimentos. Durante o Neolítico o controle sobre a reprodução de plantas e animais e a estocagem de proteína animal e vegetal tornou-se possível com a criação de rebanhos e o cultivo dos campos” (GUGLIELMO, 1991, p. 38).

Como citado, o mito do progresso sociocultural não se sustenta acerca do estudo das experiências históricas humanas. Outra ideia ainda corrente sobre a superioridade das expressões socioculturais urbanas, com grande densidade demográfica e índices de tecnologia, não confere superioridade em relação aos povos fora desses patamares. Outro ponto crucial é desmistificar a ideia de que o ambiente “faz” ou força o “fazer” sociocultural humano. Pelo contrário, não há determinismo, as experiências humanas são respostas criadas pelos próprios seres humanos às demandas que o ambiente constitui. Portanto, os seres humanos apresentam respostas novas frente aos relacionamentos com o meio ambiente, pois se fosse o contrário, todas as expressões socioculturais humanas teriam um mesmo percurso inicial e um final comum.

Observamos que na maioria dos livros as datações de fósseis, artefatos e demais fragmentos da cultura material foram classificadas conforme o calendário cristão (a.C.). Não observamos as temporalidades atualmente utilizadas pela Arqueologia, como AP (*antes do presente*). Em linhas gerais, nenhuma obra traçou conjecturas acerca das dispersões dos ancestrais humanos para além das fronteiras do continente africano. Como ocorreu as migrações dos *Homo erectus*, *Homo neanderthalensis* e *Homo sapiens*, por exemplo, não foram apresentadas, com exceção do povoamento da América pela espécie *sapiens*. As fontes

---

<sup>16</sup> Essa divisão da Pré-História surgiu no século XIX e tem produzido alguns efeitos ainda na atualidade. É comum algumas pessoas associarem materiais líticos lascados a povos caçadores-coletores. E os líticos polidos – em algumas partes do Brasil – são atribuídos a povos agricultores. Entendemos ser uma herança eurocêntrica ainda presente em alguns manuais didáticos a serem confrontados a partir de um maior diálogo entre a História e a Arqueologia.

complementares observadas no corpo do capítulo, são, em sua maioria, eram reportagens jornalísticas concernentes à Pré-História.

Observamos a ausência de textos, artigos e documentos audiovisuais elaborados por especialistas no assunto. No Livro *História: passado e presente – dos primeiros humanos ao Renascimento*, por exemplo, todas as referências para estudantes ampliarem seus conhecimentos acerca da temática eram sites de língua inglesa, com a única exceção do site do MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia). O livro que melhor indica outras fontes sobre a Pré-História é *História, Sociedade & Cidadania* (BOULOS JÚNIOR, 2016), com sugestões de vídeos, entrevistas, documentários produzidos no Brasil e no exterior.

### **3.2 As narrativas sobre o povoamento do Brasil**

Os avanços nas últimas décadas da Arqueologia em território brasileiro gerou excelentes resultados sobre as expressões socioculturais humanas antes da chegada dos colonizadores europeus. Foram apontados os principais temas mais recorrentes das últimas décadas nas pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, “as ocupações humanas, a mais antiga arte rupestre, outros assuntos pré-históricos, a arqueologia histórica, a arqueologia clássica, a arqueologia subaquática e a arqueologia pública” (FUNARI, 2013, p. 24). Os três primeiros assuntos são os mais abordados nos livros didáticos de História para a primeira série do Ensino Médio referente a Pré-História do Brasil. As teorias explicativas sobre os primeiros seres humanos no continente americano, quem eram esses povos, os registros rupestres, os principais sítios arqueológicos no Brasil e outros temas pré-históricos tiveram maiores destaques por autores(as) de livros didáticos de História avaliados no PNLD 2018.

Nos livros didáticos analisados, a parte dedicada a Pré-História do Brasil foi substituída por outros títulos: *Origens do ser humano na América*, *Primeiros povos da América*, *A origem do homem americano* e *Hipóteses sobre o caminho dos seres humanos para a América*. Essas mudanças nos títulos dos capítulos evidenciam sintonia com as novas abordagens historiográficas e não aceitação da ruptura entre Pré-História e História como dois períodos desconectados. Em todas as obras foram percebidas algumas similaridades sobre as narrativas a respeito dos primeiros humanos no continente americano.

A teoria da passagem pelo Estreito de Bering sendo apresentada como a mais plausível e amplamente aceita pela comunidade científica conservadora e as possíveis migrações transoceânicas, como a navegação pelas ilhas do Pacífico foram explicações teóricas repetidas em todas as obras. No entanto, quando ocorreu essa passagem pelo Estreito de Bering não existiu consenso. Algumas projeções citando migrações humanas possivelmente ocorridas entre 20, 15 e 12 mil anos evidenciando abordagens conservadores e outras datações entre 40 – 70 mil anos referidas aos estudos da pesquisadora Niède Guidon também foram destacados.

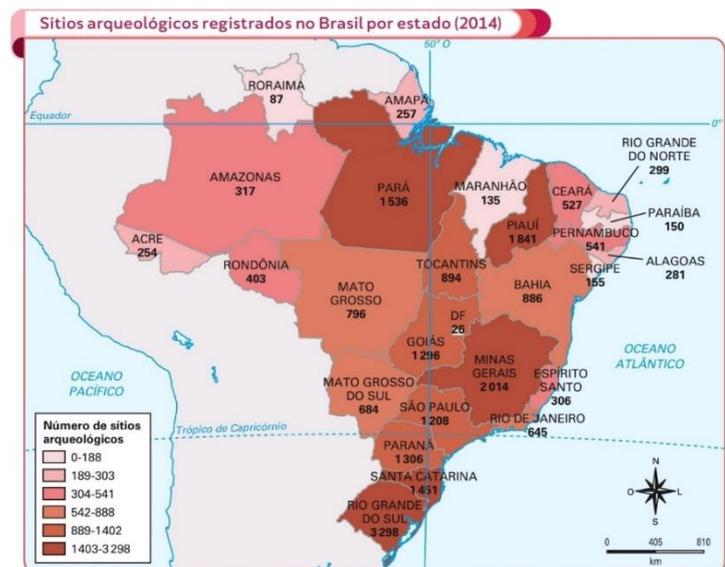
A cultura Clóvis, assim denominada pela proximidade da cidade americana Clovis, no estado do Novo México e pelos artefatos líticos peculiares, foi citada nos livros como os sítios arqueológicos mais antigos em território norte-americano. No entanto, duas autoras, contestaram os sítios arqueológicos da cultura Clóvis como mais antigos, “na década de 1990, com a análise de descobertas arqueológicas na América do Sul, a teoria de Clóvis passou a ser muito questionada. Em Monte Verde, no sul do Chile, foram encontrados vestígios que indicam a presença humana na região há pelo menos 12 mil anos (BRAICK, MOTA, 2016, p. 31). A teoria Clóvis foi por muito tempo a mais difundida nos livros didáticos e ainda na atualidade, muitos arqueólogos de origens norte-americana são relutantes em aceitar datações mais antigas, embora resultados de pesquisas arqueológicas realizadas na América do Sul tenham apresentado datações mais antigas. Ainda assim, “em sítios arqueológicos no sul da Argentina, foram descobertas pinturas rupestres e instrumentos de caça com aproximadamente 13 mil anos. Mais recentemente, em 2011, a descoberta de 16 mil artefatos no Texas, nos Estados Unidos, revelou a presença humana na região há pelo menos 15.500 anos” (BRAICK, MOTA, 2016, p. 31).

O Brasil é o país com as datações mais antigas sobre a presença humana na América Latina. Alguns desses sítios arqueológicos estão situados na Região da Serra da Capivara, no Piauí, outros vestígios do chamado Povo de Luzia estão concentrados na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, existem alguns sítios dispersos na região coberta pela Floresta Amazônica como as culturas Tapajônicas e Marajoaras, as tradições Umbu e Humaitá, as tradições Itararé no Sul do país e os sambaquis do litoral brasileiro. Nos livros analisados observamos que os autores optaram por apresentar mapas com os *principais sítios arqueológicos brasileiros*. O maior destaque foi para as pesquisas arqueológicas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara e na região de Lagoa Santa, área onde foi localizado o crânio de Luzia.

Uma possível explicação para o destaque aos dois referidos sítios arqueológicos seja por constantemente serem citados nos meios de comunicações e um sem-número de publicações: livros, artigos científicos, dissertações e teses em diversas áreas de conhecimentos. Inúmeros documentários já foram realizados sobre o Povo de Luzia, como chegaram na região, suas feições físicas e biológicas, como viviam etc., o mesmo acerca da Serra da Capivara. A região concentra o maior número de pesquisas arqueológicas em todo o país: “Hoje em dia, meras três décadas passadas, todos os livros escolares brasileiros se referem a esse sítio muito antigo, a Serra da Capivara. Não é apenas o tema arqueológico mais popular, mas o único bem conhecido por todas as crianças e muitos adultos” (FUNARI, 2013, p. 24).

Um autor e autora optaram por apresentar um mapa com a cartografia e distribuição dos sítios arqueológicos cadastrados espalhados pelo território brasileiro (figura 01), foi a única obra com esse cuidado para apresentar aos(as) alunos(as) a existência de vestígios de ocupações humanas por todo o país (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p. 44). Em todos os livros havia um mapa com a localização de *alguns ou mais importantes sítios arqueológicos*. Entendemos que a afirmação derivada de *sítios arqueológicos mais importantes* comumente citados nas obras talvez seja em razão deles terem um significativo lastro documental de pesquisas. No Estado de Pernambuco<sup>17</sup>, por exemplo, foram citados o nome e localizações de alguns sítios

Figura 1 - Sítios arqueológicos registrados no Brasil por estado (2014).



Adaptado de: SOUSA, Rodrigo Almeida de. *Gestão da geoinformação e o patrimônio brasileiro: a experiência do Centro Nacional de Arqueologia-Iphan*. Disponível em: <[www.ggp.uerj.br/2014/downloads/palestras/dia09/Apresentacao\\_GGP\\_09\\_12\\_ISP.pdf](http://www.ggp.uerj.br/2014/downloads/palestras/dia09/Apresentacao_GGP_09_12_ISP.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2015.

Fonte: AZEVEDO, SERIACOPI (2016, p. 44).

<sup>17</sup> O Estado de Pernambuco possui 737 registros de sítios arqueológicos, conforme o CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, base de dados gerenciada pelo IPHAN. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) Acesso em 23/08/2021.

arqueológicos, *Chã de Caboclo*, *Venturosa*, *Iati* e *Petrolândia* esses três últimos são nomes das cidades. A região Agreste Central de Pernambuco não teve qualquer citação, principalmente o sítio arqueológico Furna do Estrago, um dos mais conhecidos na arqueologia brasileira e mundial.

As maiores referências sobre as pesquisas arqueológicas no Brasil encontradas nos livros analisados, são as pesquisas coordenadas por Walter A. Neves e Niède Guidon. Localizamos nos textos sugestões de textos e vídeos com entrevistas desses pesquisadores. Não há como negar a importância das pesquisas realizadas por Neves e Guidon, especificamente quando citados os achados do chamado Povo de Luzia e o Parque Nacional Serra da Capivara. Funari (2013) apresenta um breve panorama de pessoas que realizaram pesquisas importantíssimas para a arqueologia brasileira, como as “principais escolas se desenvolveram desde os anos 1970, uma em Minas Gerais, dirigida por André Prous e a outra no Nordeste, liderada por Guidon e Anne-Marie Pessis (n. 1952), mas também em conjunto a outros acadêmicos, como Dénis e Águeda Vialou no Mato Grosso e Edithe Pereira na bacia amazônica” (FUNARI, 2013, p. 24). Cabendo ainda mencionar as pesquisas de Eduardo Neves na região amazônica e André Strauss em Lagoa Santa. Todos(as) pesquisadores(as) citados(as) são notavelmente reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

O arqueólogo Walter Neves defende que o território brasileiro foi habitado inicialmente por duas levas migratórias distintas, uma de pessoas com morfologias semelhantes aos povos africanos e outra de origens mongoloide, povos com feições físicas análogas aos asiáticos. Ainda segundo esse pesquisador, essas duas levas teriam passado pelo corredor de Bering em tempos distintos. Observamos nos livros didáticos de História analisados a adoção de nomenclaturas semelhantes para identificação desses povos, *paleoíndios*, *paleoamericanos* e *ameríndios*. “**Paleoamericano**: ou **paleoameríndio**, é o termo que denomina o primeiro grupo humano a migrar e se fixar no continente americano. **Ameríndio**: termo que designa o último grupo humano a migrar e a se estabelecer na América, além dos seus descendentes, os indígenas” (BRAICK, MOTA, 2016, p. 31, *grifo nosso*). Dentre os livros didáticos examinados, esse foi o único que apresenta uma periodização com cronologias da pré-história americana.

A periodização adotada para o estudo da Pré-história americana é diferente da empregada na Europa. Para facilitar a compreensão desse período na América, adotamos a divisão utilizada por alguns especialistas em arqueologia americana: Período Lítico, Período Arcaico e Período Formativo. Essa divisão considera características cronológicas e tecnológicas. O Período Lítico (até 8000 a.C.) é caracterizado pela existência de grupos de caçadores-coletores. [...] O Período Arcaico (8000-1000 a.C.) iniciou-se com a domesticação de algumas espécies vegetais. [...] O Período Formativo (1000 a.C.-500 d.C.) é caracterizado pelo aperfeiçoamento de práticas que se

iniciaram no Período Arcaico, como a passagem do cultivo incipiente de algumas espécies vegetais para uma forma de agricultura organizada (BRAICK, MOTA, 2016, p. 34).

Um único autor fez um excelente questionamento direcionado para estudantes: *por que devemos preservar os monumentos arqueológicos e pré-históricos do Brasil?* (COTRIM, 2016). Esse olhar para a necessidade de cuidar do patrimônio arqueológico é importante no sentido de se introduzir a educação patrimonial em sala de aula. Infelizmente, nenhuma das demais obras percebeu essa necessidade crucial, sobretudo acerca das constantes depredações e destruições dos monumentos arqueológicos brasileiros.

Em linhas gerais, as obras avançaram bastante tratando a Pré-História do Brasil, as teorias do povoamento, quais foram os povos no continente, as expressões socioculturais, crenças e imaginários estudados a partir do descarte não intencional de sua cultura material. A obra evidenciando maior conexão com as pesquisas recentes da Arqueologia foi *História – das cavernas ao terceiro milênio*. Inclusive as autoras reconhecendo as mudanças provocadas pelos conhecimentos científicos. “É importante lembrar que as discussões sobre o tema sofrem constantes reviravoltas, já que o aparecimento de novas evidências arqueológicas, associadas a estudos genéticos, acrescenta dados importantes ao que se sabe sobre a origem do homem americano” (BRAICK, MOTA, 2016, p. 32). Há muito ainda por avançar, sobretudo com a ampliação do diálogo entre a História, Arqueologia e Antropologia.

### **3.3 A Pré-História do Brasil nos livros didáticos de História para o Ensino Médio a partir da BNCC**

Ao finalizar os fundamentos e finalidades da História, componente curricular, no Guia de Livros Didáticos de História (PNLD 2018), foram apresentadas inúmeras críticas ao modelo como as coleções didáticas eram, até então, disponibilizadas para estudantes e professores(as) do Ensino Médio. Uma delas sobre as divisões estruturais com marcos temporais ainda eurocêntricos, inclusive contestam o emprego dessas divisões por ser força do hábito e das tradições. Outra, acerca do ensino ser pautado para “facilitar” a aprovação de estudantes nos vestibulares e no Exame Nacional para o Ensino Médio. Além disso, os conteúdos seguindo um curso linear, positivista e evolucionista na abordagem sobre a história da humanidade, até mesmo a divisão das coleções nos três volumes assumindo essa perspectiva.

Por fim, o ensino de História no Ensino Médio parecendo ser uma revisão do estudado no Ensino Fundamental (toda a história). As obras, no geral, apresentaram avanços e continuidades, sobretudo dos valores eurocêntricos, mas como exposto no Guia PNLD 2018, acreditando que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC<sup>18</sup> mudariam esse quadro desolador das coleções didáticas de História. “Para o nosso bem, a BNCC e o novo Ensino Médio podem corrigir essa disfunção da seleção e da distribuição do conteúdo substantivo” (BRASIL, 2017, p. 20). O documento que analisa os livros didáticos por ser um instrumento balizador construído pelo Ministério da Educação encerra com uma expectativa promissora sobre o Novo Ensino Médio e a BNCC com suas matrizes curriculares renovadas.

Com a implementação do Novo Ensino Médio a jornada de estudos diários foi ampliada e doravante os discentes escolhendo o percurso formativo. Essa medida parte da prerrogativa de respeito às pluralidades e singularidades dos estudantes no fomento e zelo pelos seus interesses conforme seus anseios pessoais e profissionais.

No Novo Ensino Médio, as finalidades permanecem as mesmas definidas na LDB em 1996, mas seu funcionamento passou por um processo amplo de reformulação, como alteração de carga horária mínima, que passa a ser de 5 horas diárias e flexibilização curricular, que significa que os estudantes podem escolher parte de seu percurso formativo e ênfase no acolhimento das culturas juvenis, considerando-se as singularidades e pluralidades dos estudantes, o respeito aos seus direitos, suas características, interesses, ritmos e papéis sociais. A formação assim volta-se para a resolução de demandas complexas do cotidiano, exercício da cidadania e atuação no mundo do trabalho. (BRASIL, 2021, p. 06)

O Novo Ensino Médio foi dividido em Formação Geral e Itinerários Formativos. O primeiro com uma carga horária máxima de 1.800 horas e os Itinerários Formativos 1.200 horas. Essa segunda etapa é organizada por áreas de conhecimentos, a saber: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação técnica e profissional. Não iremos descrever quais componentes curriculares fazem parte de todas as áreas de conhecimentos, apenas situamos que História, Geografia, Filosofia e Sociologia estão aglutinadas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em conformidade com as Competências Gerais da BNCC definiu quatro categorias: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Mais duas categorias devem compor as áreas de conhecimentos, à critério dos autores das coleções para nomeá-los.

---

<sup>18</sup> A promulgação da Lei nº 13.415/2017 institui o novo formato do currículo do Ensino Médio composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos.

Está explícito que um dos objetivos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é estimular nas culturas juvenis o hábito de argumentar, contra-argumentar, debater e ampliar o senso crítico sobre os desafios contemporâneos. Analisar os impactos positivos e negativos das tecnologias nos comportamentos sociais e enxergar as pluralidades socioculturais por meio da interculturalidade epistêmica. O eixo Tempo e Espaço sendo um dos temas centrais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas devido a sua relevância e complexidade. Nomear, conceituar e expor significados é uma tarefa fácil, difícil é entender como ocorreu essa construção sociocultural, quais as razões que propiciaram essas definições etc. Em resumo, cabendo a área de Ciências Humanas problematizar e desnaturalizar a ideia de tempo e espaço através de questionamentos e desafios motivando a cultura juvenil na direção de seus desvendamentos.

Buscaremos analisar como o tema da Pré-História do Brasil foi tratado nessa nova configuração através das propostas curriculares, para isso recorreremos apenas a algumas coleções, quatro obras ao todo. O critério que adotamos foi de verificar as obras de História escolhidas por docentes da área de circunscrição da GRE Agreste Centro Norte no PNLD 2018 para o Ensino Médio e suas readaptações nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. No PNLD 2018, cada área de conhecimento tinha sua própria coleção, doravante vários Componentes Curriculares foram aglutinados nas respectivas áreas de conhecimentos. Pretendemos observar se ocorreram avanços nessas coleções com as novas diretrizes curriculares da BNCC. Na sequência (tabela 05) apresentamos como essas obras eram referenciadas no PNLD 2018 e conforme as diretrizes da BNCC.

Tabela 5 - Quadro demonstrativo das obras de História analisadas conforme os dois últimos PNLD's para o Ensino Médio (2018 e 2021).

Nº	PNLD 2018	PNLD 2021 <sup>19</sup>
01	AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. <b>História: passado e presente – vol. 1, dos primeiros Humanos ao Renascimento.</b> São Paulo: Editora Ática, 2016.	RAMA, Maria Angela Gomez [et al.]. <b>Prisma – Ciências Humanas: ensino médio.</b> São Paulo: FTD, 2020.

<sup>19</sup> Em virtude da pandemia de Covid-19 cujo efeitos foram devastadores em inúmeros segmentos das sociedades, houve um atraso na escolha por docentes das coleções didáticas por áreas de conhecimentos e consequentemente sua implantação no país só ocorrerá no ano letivo escolar de 2022.

02	COTRIM, Gilberto. <b>História Global 1</b> . 3ª edição – São Paulo: Saraiva, 2016.	COTRIM, Gilberto [et al.]. <b>Conexões – Ciências Humanas e Sociais aplicadas: ciências, cultura e sociedade</b> . São Paulo: Moderna, 2020.
03	BRAICK, Patrícia Ramos/ BECHO, Myriam. <b>História – das cavernas ao terceiro milênio, vol. 1</b> . 4ª edição – São Paulo: Editora Moderna, 2016.	BRAICK, Patrícia Ramos [et al.]. <b>Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais aplicadas: natureza em transformação</b> . São Paulo: Moderna, 2020.
04	BOULOS JÚNIOR, Alfredo. <b>História Sociedade &amp; Cidadania, 1º ano</b> . 2ª edição – São Paulo: FTD, 2016.	BOULOS JÚNIOR, Alfredo; SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laércio. <b>Multiversos – Ciências Humanas: trabalho, tecnologia e sustentabilidade</b> . São Paulo: FTD, 2020.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Uma das premissas da BNCC concerne em estimular dez Competências Gerais em âmbito pedagógico. Assim como as competências e habilidades fundamentais para a prática da cidadania e inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Abaixo segue as definições de competências e habilidades conforme a BNCC para o Ensino Médio:

[...] **competência**<sup>20</sup> é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), **habilidades** (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 08, grifos nosso)

As coleções de livros didáticos de História para o Ensino Médio analisados nesse Capítulo 2 também foram aprovadas no PNLD 2021 recebendo outros títulos, adição de mais autores(as) de outras áreas de conhecimentos e em conformidade com a BNCC as coleções divididas por áreas de conhecimentos são compostas por seis volumes<sup>21</sup>. A coleção de História organizada por Gislane Campos Seriacopi e Reinaldo Seriacopi (nº 1 – tabela 05) abordando a temática da pré-história brasileira no PNLD 2018, na nova Base Nacional Comum Curricular,

<sup>20</sup> Para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foram criadas seis Competências Específicas.

<sup>21</sup> No Guia Básico de História (PNLD 2018) havia críticas fortes sobre a forma linear e cronológica pelas quais os livros estavam estruturados. As coleções distribuídas por áreas de conhecimentos ainda repetem as práticas anteriores com a seguinte mudança, os seis volumes serão divididos para as três séries do Ensino Médio, cabendo a docentes definir dois volumes para cada série, de acordo com as demandas regionais. Percebemos que o tema da pré-história figura ainda numa perspectiva linear.

os volumes foram organizados por Maria Angela Gomez Rama (2020) e, infelizmente, fizeram novos arranjos estruturais nas temáticas/conteúdos com as novas diretrizes curriculares e o tema da pré-história do Brasil foi retirado do conjunto da obra.

Na segunda coleção examinada (nº 2 – tabela 05) com a autoria de Gilberto Cotrim [et al.] (2020) observamos que apresenta três narrativas sobre as origens da humanidade, conforme as visões de Iorubás, do Cristianismo e o Tupi-Guarani. Do ponto de vista das discussões sobre as origens da humanidade significou um grande avanço ao não se limitar na visão monopolizada do Cristianismo. Contestando a visão linear acerca da evolução humana ao “destacar que, de acordo com a teoria de Darwin, a evolução humana não é uma linha contínua e única, na qual uma espécie evoluiu para outra até chegar à nossa” (COTRIM, 2020, p. 50). Desnaturalizando esse arquétipo da evolução de forma ponderada “pode-se comparar a evolução com uma árvore feita de múltiplos galhos, em que alguns se dividem em dois ou mais ramos e outros desaparecem ou ficam isolados” (COTRIM, 2020, p. 50).

Na abertura de cada temática, os autores sugeriram as Competências Específicas e as Habilidades para serem exploradas por docentes, assim como qual componente curricular deve mediar o estudo. Os autores destacaram a importância da Arqueologia para se conhecer essa parte da história da humanidade anterior à escrita. Descrevendo o que fazem os arqueólogos, os sítios arqueológicos, a obrigação de escavações para construções de obras públicas e privadas, o licenciamento ambiental e por fim conferindo um grande significado aos vestígios arqueológicos definindo-os como patrimônio histórico e sociocultural de um local. Essa abordagem representa um grande avanço nessa perspectiva temática.

Em relação à obra anterior (2016), esse volume apresentou boas considerações sobre a pesquisa interdisciplinar e assentado num horizonte intercultural realçando as conexões entre as múltiplas áreas de conhecimentos. Esse volume apresentou boas considerações sobre o papel da Arqueologia no fomento de pesquisas acerca do passado humano. Observamos na obra uma profunda valorização do patrimônio histórico e sociocultural da humanidade, ausente da obra avaliada no PNLD 2018. Na obra observamos que a chamada Pré-história geral e Pré-História do Brasil compoem o mesmo capítulo. Sobre a segunda, percebemos as mesmas narrativas do livro de Gilberto Cotrim do PNLD 2018.

Outra inovação no livro foi a integração das pesquisas genéticas (genoma humano) realizadas nos últimos anos para corroborar as pesquisas arqueológicas. Inclusive a proposta dos autores para esse tema ser mediado por professores(as) de História e Biologia. Em linhas

gerais, a adesão das obras a Base Nacional Comum Curricular promoveu a enorme redução dos conteúdos curriculares, especificamente de História. A pré-história do Brasil teve pouca atenção e limitada apenas aos sítios arqueológicos localizados na região da Serra da Capivara. Não existindo sugestões de materiais complementares próprios da temática. Dessa forma, a nosso ver, a BNCC indicou autores(as) para a seleção de alguns temas e eliminação de outros pelos próximos três anos de estudos. E na seção de suplemento para o(a) professor(a) não havendo qualquer fonte extra para pesquisar a temática Pré-História.

A terceira coleção examinada (nº 3 – tabela 05) foi organizada por Patrícia Ramos Braick (2020), observamos em comparação com a obra do PNLD 2018, onde as autoras optando por diminuir consideravelmente as páginas sobre a Pré-História e Pré-História do Brasil. Assim como na obra anterior, a periodização tradicional foi contestada e destacada que todos os homens e mulheres são sujeitos históricos, independentemente de usar ou não a escrita. Percebemos na obra utilização dos mesmos gráficos, mapas, infográficos e periodizações da pré-história americana contidos do PNLD 2018.

O livro apresenta um tópico importante sobre o passado do país, o povoamento inicial do espaço natural brasileiro cujo destaque foram os principais sítios arqueológicos no Brasil: Lagoa Santa e o Povo de Luzia, Serra da Capivara e as pesquisas arqueológicas na região da floresta amazônica. Enfatizando que no país existem sítios arqueológicos por todo o território brasileiro através de um mapa com o título *principais sítios arqueológicos brasileiros*. O volume apresenta um avanço grande em relação ao PNLD na sugestão de uma atividade (BRAICK, 2020, p. 21 – figura 02) em grupo para estudantes. Essa atividade valorizando o trabalho da Arqueologia e simulando uma pesquisa em sítios arqueológicos na região na qual os alunos residem. Assim como, com dois destaques: um sobre a necessidade de preservação dos sítios arqueológicos e a menção sobre patrimônios.

A quarta e última coleção analisada (nº 4 – tabela 05) autoria de Alfredo Boulos Júnior *et al.* (2020) também apresentou uma considerável redução de conteúdos. A tradicional divisão da Pré-História em Paleolítico e Neolítico continuou exposta no livro, assim como os modos de vida arraigados. Por exemplo, no Paleolítico as pessoas viviam no regime caçador-coletor, as divisões das tarefas eram definidas por uma ordem naturalizada, homens caçando e as mulheres coletando frutos e cuidando das crianças; no Neolítico a sedentarização surgindo e as mesmas divisões das tarefas se mantidas, destacando o aparecimento da agricultura, novos instrumentos e surgimentos das primeiras vilas posteriormente evoluindo para as cidades.

Figura 2 - Proposta de atividades sugeridas para estudantes no Ensino Médio.

**Você pesquisador**

Reúna-se com alguns colegas e realizem uma pesquisa sobre um sítio arqueológico brasileiro. Em seguida, elaborem uma ficha com as respostas às perguntas a seguir.

- a) Qual é o nome do sítio arqueológico pesquisado e onde ele se localiza?
- b) O que foi encontrado no local?
- c) Qual é o estado de conservação dos objetos encontrados?
- d) Que pesquisas foram realizadas na região?
- e) Existem políticas públicas para preservar esse patrimônio? Em caso afirmativo, quais?

Fonte: BRAICK (2020).

Percebemos a continuidade de uma narrativa linear e pouco foi alterada. Isso ocorrendo pela ausência de diálogo com as pesquisas recentes da Arqueologia? Na seção de suplemento para o(a) professor(a) apresentou mais algumas sugestões de fontes complementares sobre a temática. Além disso, no restante da coleção não localizamos o tema da pré-história do Brasil. Entendemos que assim como em outras obras, o passado pré-colonial do Brasil foi retirado por não receber a devida importância pelos(as) autores(as) ou, talvez, por ser um tema para bastante diálogo com outras áreas de conhecimentos.

Sobre o ensino de história as discussões são calorosas e amplas. Que História deve ser ensinada na Educação Básica? Sabe-se que as memórias coletivas são um amplo espaço de disputas, quem controlar terá a hegemonia sobre essas memórias, por essa razão o debate sobre quais usos do passado a ser priorizados é gigantesco. A construção de uma Base Nacional Curricular Comum sobre o conhecimento histórico foi um amplo de debate em torno de quais memórias coletivas devem ser priorizadas através da disciplina escolar para as novas gerações. A tarefa de construir uma base curricular comum para o conhecimento histórico escolar implicando apresentar ao âmbito do debate público as disputas em torno de ideias quanto ao que, do passado, é válido e legítimo ensinar às novas gerações (CAIMI, 2015, 2016, p. 88).

O passado anterior à chegada dos portugueses deveria ter uma atenção especial pelas editoras e por autores(as) das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas por evidenciar a existência de povos com vastos e múltiplos conhecimentos, embora não tenham deixado narrativas em formatos escritos, a parceria com a Arqueologia e outras áreas do conhecimento é, mais do nunca, ainda mais relevante. O próprio documento da BNCC exaltou essa necessidade para [...] analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço (BRASIL, 2018, p. 563). Diante desse cenário futuro de adaptações e incertezas atinentes a BNCC e como o ensino ocorrerá, a possibilidade de

construção de projetos de Educação Patrimonial se torna ainda mais urgente para que o passado pré-colonial ou pré-histórico brasileiro não seja definitivamente apagado do currículo escolar.

#### **4 ENSINO DA PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO**

A região Nordeste do Brasil reúne a maior quantidade de sítios arqueológicos do Brasil. Esses sítios, a maioria concentrados em locais de passagens humanas pretéritas nos quais encontram-se muitos registros rupestres, ossos animais e humanos provenientes de rituais fúnebres, instrumentos líticos e outros artefatos de cultura material confeccionados por esses povos. Comumente, quando se fala de sítios arqueológicos na Região Nordeste o estado mais lembrado é o Piauí, pelo conhecimento público do Parque Nacional Serra da Capivara, como foi exposto no capítulo 2.

Na Região Nordeste do Brasil existem muitos sítios arqueológicos históricos, mas nossa pesquisa foi direcionada para os chamados sítios arqueológicos Pré-Históricos que são as fontes históricas da anterioridade humana nestas terras antes da chegada dos invasores europeus. Isto é, destacando a chamada Pré-História do Brasil para além da cotidiana invisibilidade curricular nos livros didáticos de História.

Nossa pesquisa buscou enfatizar e revelar alguns sítios arqueológicos localizados na região Agreste Central de Pernambuco como lugares de memórias para serem explorados didaticamente por professores(as) no Ensino Médio da Educação Básica. Em geral, docentes do Ensino Médio da rede Pública estadual de Pernambuco quando lecionam a temática Pré-História do Brasil contam com poucos recursos didáticos, ainda mais quando analisamos os livros didáticos de História dos últimos PNLD's notamos essas lacunas.

O patrimônio arqueológico brasileiro não está tão acessível para as pessoas, pelo contrário, se desconhece bastante quanto a esse tema. Diante disso, localizar geograficamente, conhecer e apresentar sugestões de atividades didáticas a partir desses patrimônios arqueológicos circunscritos na região Agreste de Pernambuco, possibilita na visibilidade e compreensão de que a História da região é muito anterior da qual costumeiramente é narrada e apresentadas nos meios de comunicação. A História relatada sobre a região Agreste Central de Pernambuco é residual do colonialismo, do período chamado tradicionalmente de Brasil Colônia. Estudar a história das primeiras ocupações humanas na região em discussão sob uma perspectiva das sociedades ágrafas, dos povos caçadores-coletores, coletores-caçadores e seus registros gravados nas pedras ou através de seus utensílios, evidencia um passado esquecido pela historiografia tradicional.

#### 4.1 O Ensino da Pré-História do Brasil no Ensino Médio e a Educação Patrimonial

As duas ciências que pesquisam o passado humano são a História e a Arqueologia. Embora tenham metodologias e práticas diferentes, há "pontos de encontros" que as unem, são ciências fundamentais para a compreensão da fase da história humana conhecida como Pré-História. A Arqueologia e a História, assim como todas as ciências, passaram por mudanças de paradigmas para adaptar-se as novas demandas sociais, inclusive, deixaram de ser ciências com foco apenas no passado. Atualmente a Arqueologia e História dialogam com passado/presente, sujeito/objeto e as interpretações do passado são conforme as demandas do presente.

O(a) professor(a) de História leciona todos os demais períodos da História por integrar sua formação acadêmica, mas quanto a Pré-História, objeto de estudo sistemático da Arqueologia, os(as) docentes apresentam uma deficiência nessa temática por não ter formação adequada. Culminando, em muitas vezes, num ensino da Pré-História deficitário, fraco e em muitos casos, ausente do currículo da Educação Básica.

[...] embora o período pré-histórico seja o mais longo, o mais antigo, o primeiro da história humana, riquíssimo de contribuições para a cultura humana apenas recentemente tomamos conhecimento de sua existência e começamos a esboçar uma compreensão científica sobre o que nele ocorreu. O primeiro e mais extenso período da história foi o último a ser conhecido e pesquisado (CURI, DÔRES, 2021, p. 197).

Curi e Dôres (2021) teceram excelentes reflexões sobre a omissão do ensino do período mais importante da História da humanidade: a Pré-História. Como é possível ensinar História e desprezar a Primeira História da humanidade? Como é possível ensinar 1% da História humana e negligenciar os 99% anteriores? Por que o período mais longo da História é desprezado pelo currículo atual? São questões pertinentes para tentar minimizar esses efeitos danosos na Educação Básica. O ensino da temática Pré-História assume um grande desafio quando nos referimos ao ensino escolar. Isso vale para a Pré-História do Brasil, fase que ultrapassa milênios de histórias e somente citada em poucas linhas nos livros didáticos de História e materiais de apoio da Educação Básica.

A forma como a Pré-História é ensinada na Educação Básica leva estudantes a empreender uma visão de ruptura da História: de um lado, povos civilizados, do outro, supostamente povos atrasados. Além da ideia de ruptura, o estágio seguinte (Antiguidade) é o período quando ocorreu a expansão e surgiram as primeiras formas de organizações sociopolíticas humanas. Essa prática escolar, educacional, pedagógica e curricular deve ser

problematizada no âmbito escolar, mas para isso, a Pré-História estudada na graduação, situação cada vez mais rara na atualidade.

Um meio de atenuar esses problemas ocorrendo no ensino da Pré-História do Brasil, principalmente no Ensino Médio, é possibilitar o acesso de estudantes aos patrimônios arqueológicos nas regiões onde habitam, como no Agreste de Pernambuco. Os sítios arqueológicos são patrimônios socioculturais e o estudo desses locais no Ensino Médio por meio da Educação Patrimonial possibilita outros métodos, recursos pedagógicos e didáticas mais inclusivas. Para isso, “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade”. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 05)

Como destacado no Capítulo 2, comumente os livros didáticos de História, em muitas escolas é o único recurso pedagógico, os sítios arqueológicos apresentados são distantes evidenciando a ideia de não existência noutras regiões do Brasil. A Educação Patrimonial consiste em promover situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 08)

A Educação Patrimonial, para as citadas autoras, é “uma alfabetização cultural”. Embora essa definição receba várias críticas, ela é importante no sentido de evidenciar conteúdos/informações ainda desconhecidas por uma parcela de pessoas. Isso não quer dizer apenas que esses conhecimentos sejam apresentados por pesquisadores(as) para não-pesquisadores(as), mas a constituição de parcerias gerando conhecimentos para todas as partes envolvidas: poderes políticos locais, professores(as), comunidades e agentes para dar continuidade das pesquisas, divulgação e preservação dos patrimônios arqueológicos.

Carmem Gil (2021) reforça a importância de aproximar a Memória da História, cita como argumento o filósofo francês Paul Ricoeur. A memória como "lupa" para acessar os acontecimentos do passado, como um meio de interpretação no presente. Como o objetivo da História é entender e compreender eventos do passado, as memórias contribuem por colocar o presente em diálogo com o passado.

Além de ensinar História com bens culturais, a educação patrimonial associa o currículo às diferentes leituras das cidades. Trata possibilitar-se, portanto, de ensinar e aprender História no encontro sociocultural, onde cultura e educação são mobilizadas para construir aulas de História correlacionando pautas históricas, sociais e identitárias (GIL, 2020). Implica, sim, ampliar o acesso dos e das estudantes aos bens culturais, de forma que tanto a escola como a universidade se constituam mais abertas ao seu entorno cultural. (GIL, 2021, p. 03)

Os monumentos históricos e arqueológicos são importantes para a afirmação das memórias e das identidades socioculturais. A ausência de memórias promove o esquecimento e, conseqüentemente, uma crise sobre as origens e a identidade. Salientando que os sítios arqueológicos são espaços de memórias, locais evidenciando a permanência e passagens de povos indígenas noutros tempos históricos e precisam ser melhor conhecidos para que essas memórias não se apaguem.

Não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também” (Ballart 1997: 43). Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2007, p. 60)

O ensino de História sobre Educação Patrimonial não pode ficar restrito a descrições e classificações dos bens socioculturais, sendo necessário ampliar o acesso de estudantes aos bens culturais através de um ensino que enfatizando o pensar histórico, a Aprendizagem Histórica e Consciência Histórica ante o descritivo e reprodução mecânica.

Carmem Gil (2021) problematiza o conceito de "conhecer", em geral, assumindo uma forma de conhecimento padrão, correta e única. Em outras palavras, colonialista. Um outro caminho é usar conhecer para desconstruir! Isso mesmo, conhecer para decolonizar, despir e se libertar de uma única matriz de conhecimentos. Os patrimônios não podem ser narrados por uma única ótica, mas lido por diversas camadas de história, através dos bens socioculturais locais, pois nenhum conhecimento é desqualificado e nenhum saber é padrão. Portanto, conhecer pode desconstruir, decolonizar e reconhecer a partir de outras matrizes socioculturais.

Mudar a perspectiva "conhecer para valorizar" dos patrimônios culturais no ensino de História é um grande desafio. Uma possibilidade é desnaturalizar os patrimônios socioculturais "consagrados" pelas políticas públicas problematizando-os como narrativas construídas como base para uma elite socioeconômica branca. Cabendo a atribuição de outros olhares, para dar acento a outros sujeitos históricos invisibilizados, sobretudo a História dos povos indígenas que viveram na região Agreste de Pernambuco antes da chegada dos colonizadores. A sala de aula deve ser *locus* de desconstrução, desnaturalização, decolonialidade e re-conhecimento de conhecimentos, não espaço de reprodução de conhecimentos padrão, único e colonialista.

A ideia de que para preservar é necessário conhecer não se aplica atualmente, pois é uma ideia fora do tempo. Os patrimônios socioculturais para serem reconhecidos como tais não requer – equivocadamente – uma campanha educativa para a população. Os diversos

movimentos sociais, comunidades e pessoas reconhecem por si sós seus patrimônios socioculturais.

Isso posto, esclarece-se aqui qual é o papel da educação patrimonial. Educação como formação ampla, crítica e humanística, que rejeita a prática bancária de transmitir informação, que anestesia e impede o poder criador dos educandos, como afirma Paulo Freire (2011). Educação como lugar de construção de um novo conhecimento a partir do diálogo e, portanto, de uma relação horizontal que valoriza os saberes populares e o outro. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (FREIRE, 2001, p. 96 *apud* SCIFONE, 2019, p. 29).

A Educação Patrimonial priorizando a empatia pelo outro, considerando a vontade maior de aprender que de ensinar. Valorizando os conhecimentos múltiplos, conhecimentos outros, conhecimentos populares e comunitários como construção de conhecimentos. A educação patrimonial não pode ser preparada para apresentar “conhecimentos”, informações ou depositar nos(as) educandos(as), pois se assumir essa práxis perde o seu sentido, a sua empatia e escuta do outro.

Uma parte fundamental do trabalho de Educação Patrimonial consiste no processo formativo dos agentes para atuar nos diversos segmentos sociais. Essas formações ocorrendo de forma coordenada pelas pessoas com maiores experiências nesses segmentos construindo a muitas mãos as metodologias que serão implementadas nos contextos da Educação Básica e nas comunidades. Algumas sugestões de trabalhos de Educação Patrimonial são sob o formato de oficinas com metodologias próprias e específicas para o segmento proposto, como sítios históricos, arqueológicos ou naturais. A finalidade é contribuir para as pessoas, nas mais variadas faixas etárias, uma sensibilização promovendo uma valorização do bem sociocultural a partir de suas próprias percepções, sensibilidades e vínculos com os lugares.

Qualquer narrativa circunscrevendo a população de um país em uma universalidade, totalidade e nacionalidade camufla o interesse que priorizando somente os aspectos socioculturais das elites econômicas e políticas. Qualquer ação pautada por esses caminhos é a manipulação de um patrimônio específico sobre as camadas populares, que, geralmente, não são abraçadas por esse movimento, mas vistas como inferiores e um problema a ser combatido através da educação. A Educação Patrimonial que se pretenda inclusiva, considera a multiplicidade sociocultural que há em nosso país e tornar esses agentes socioculturais como sujeitos históricos do processo, como protagonistas e participantes na construção dos patrimônios socioculturais.

## 4.2 O início das pesquisas arqueológicas na região Agreste Central de Pernambuco

O início da arqueologia brasileira com pesquisadores(as) inclinadas na busca por evidências de supostas grandes civilizações africanas e do chamado velho mundo perdidas no Brasil. Para isso, buscava-se achar tais vestígios e associá-los com egípcios, fenícios, gregos e outros povos.

Nessa perspectiva, os primeiros relatos sobre os restos pré-históricos procuravam associar suas crenças, majoritariamente religiosas, com os achados da região Nordeste do Brasil. Consistia numa busca por legitimação da narrativa bíblica diluviana e pós-diluviana, onde muitos desses relatos coadunaram os registros rupestres e outros achados arqueológicos com expressões socioculturais viking, grega e fenícia. Percebe-se uma "Arqueologia" mais inclinada aos anseios fantasiosos que científicos.

A Região Nordeste começou a ser citada pela Arqueologia pré-científica como *locus* de vestígios de passagens dos fenícios. Ladislau Netto por ser um discípulo de Enerst Renan, atribuía tais inscrições rupestres como uma evidência da passagem fenícia pelo Nordeste do Brasil. As famosas inscrições fenícias eram, na verdade, as itaquatiaras do Ingá/PB. Essas ideias se ancoravam na teoria difusionista pregando a formação sociocultural dos povos nativos na América a partir de deslocamentos de grupos humanos andinos e as chamadas civilizações de origem europeia. A professora Gabriela Martin (2013) destaca as origens dessas informações.

As informações sobre pinturas e gravuras rupestres tão abundantes no Nordeste brasileiro assim como outros restos pré-históricos, misturam-se aos poucos com notícias fantásticas sobre fenícios, gregos e vikings e tanto na historiografia do século XIX como na dos começos do atual, há especial preferência pelos fenícios. (MARTIN, 2013, p. 16)

Não podemos negar a relevância das primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil realizadas por Ladislau Netto. Mas, como escreveu Martin (2013, p. 23), “via os objetos conforme queria que eles fossem, e não como eles eram”. O trabalho de Ladislau foi importante por reunir um considerável acervo arqueológico, mas muito ausente de cientificidade nas leituras e interpretações por enxergar caracteres e similitudes com a cultura fenícia. O mais fértil e pitoresco de todos os defensores do mito fenício foi sem dúvida Ludwig Schwennhagen, austríaco excêntrico e visionário que percorreu os sertões nordestinos nas décadas de 10 a 20 deste século [XX] (MARTIN, 2013, p. 23). As proto-pesquisas realizadas por Schwennhagen pelo interior piauiense encontraram inúmeras inscrições rupestres, mas sua visão era guiada pelo imaginário da presença fenícia no Brasil. Os únicos povos possíveis realizadores de tais

inscrições só poderiam ser fenícios, pois os indígenas brasileiros estavam em regressão sociocultural.

Apesar da Região Nordeste reunir o maior número de sítios arqueológicos das Américas, as pesquisas nessa região somente iniciaram a partir do final das décadas de 1950/60. Explicando as pesquisas científicas tardias com olhar específico para a região amazônica, mineira e os sítios arqueológicos do litoral brasileiro. A arqueóloga Gabriela Martin apresenta as razões que tornaram as pesquisas arqueológicas na Região Nordeste do Brasil mais tardias.

O Nordeste ficou à margem da pesquisa científica quando esta dava seus primeiros passos no Brasil, nas décadas de 40 e 50. O interesse inicial despertado pela Pré-história do Nordeste entre historiadores, eruditos e pesquisadores estrangeiros dos fins do século XIX, sofreu, entretanto, notável queda naquelas décadas, quando noutras regiões (Amazônia, Sul e Sudeste) se acelera, especialmente em relação aos sambaquis do litoral sul, em Minas Gerais, e repetem-se missões estrangeiras na Amazônia. Essa letargia na pré-história do Nordeste vai durar até os anos sessenta, [...]. (MARTIN, 2013, p. 29)

Para a citada arqueóloga, Carlos Estevão foi a primeira pessoa a realizar escavações com um mínimo de sistemática na Região Nordeste do Brasil. O pesquisador pernambucano interessado também pela lenda sobre a morte do Padre<sup>22</sup> constatou que as cinzas presentes eram resultado de enterramentos pretéritos. Além da escavação, o resultado da pesquisa foi publicada em 1937 e 1943. Após a iniciativa de Carlos Estevão, somente nos anos 1960 iniciaram as pesquisas arqueológicas sistemáticas.

Antes dos anos 1950 não houve qualquer intervenção de pesquisas arqueológicas na Região Nordeste do Brasil. Nem mesmo na fase do PRONAPA, a Região Nordeste não recebeu a mesma atenção pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Portanto, as pesquisas arqueológicas na Região Nordeste foram tardias, se comparadas as realizadas noutras regiões do Brasil.

As pesquisas sistemáticas no estado de Pernambuco só têm início a partir dos trabalhos de levantamento dos sítios de arte rupestre realizados pelo arqueólogo Marcus Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco (LIMA, 2012; MARTIN, 2013).

Numa região tão extensa como o Nordeste, não existia à época quem realizasse pesquisas arqueológicas sistemáticas, com exceção de Marcos Albuquerque que em colaboração com Veleida Lucena, havia instalado um Laboratório de Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco. (MARTIN, 2013, p. 32)

---

<sup>22</sup> Segundo essa lenda, há muitos anos, um padre raptara uma moça no Piauí. Perseguidos, ambos fugiram para o Vale do São Francisco e chegando a Itaparica, esconderam-se na gruta. Descobertos, os familiares da jovem taparam com lenha a entrada da gruta e atearam fogo. Não podendo fugir, ali morreram, queimados, o padre e sua companheira. (MARTIN, 2013, p. 31)

As pesquisas arqueológicas na região Agreste Central de Pernambuco foram intensificadas com a descoberta do Sítio Furna do Estrago, localizado no município de Brejo da Madre de Deus. O primeiro a detectar restos arqueológicos na região foi o jornalista Mário Melo. Em 1937, o escritor Paulo Cavalcanti escrevia para *O Diário da Manhã*, um artigo sobre a Pedra da Lua [...] (AGUIAR, 1986, p. 19). A Furna do Estrago foi localizado por Marcus Albuquerque, [...] e retomado por Jeannette Maria Dias de Lima, da Universidade Católica de Pernambuco, a qual percorria o sertão em busca de sítios arqueológicos e pinturas rupestres. (SCHMITZ, 2012, p. 07)

Ainda nos anos 1980, Alice Aguiar foi outra pesquisadora cujo objeto de trabalho foi reunir um inventário dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres em Pernambuco. A intenção da pesquisa era realizar um levantamento completo dos sítios pré-históricos com registros rupestres no estado. À medida que o inventário foi se realizando, foi percebido que não seria possível se consumir pela enorme quantidade de sítios identificados. Então, delimitou-se uma área para pesquisa por acreditar-se que os registros rupestres apresentavam uma padronização, traços comuns e semelhanças socioculturais.

Resolvemos, então, delimitar uma área menor, onde a acumulação de sítios era densa e apresentava características geográficas, morfológicas e estéticas semelhantes e que, numa primeira hipótese, poderiam ter pertencido a grupos humanos com estrutura cultural comum. Foram, assim, selecionados vinte sítios, suficientes para amostragem, situados no agreste pernambucano e pertencentes aos municípios de Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Venturosa, Pedra, São Bento do Una, Passira, Brejinho, Paranatama [...]. (AGUIAR, 1986, p. 08)

O projeto de pesquisa coordenado por Alice Aguiar fez parte do Projeto Agreste do NEA – Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse projeto pretendia levantar e identificar os sítios arqueológicos de Tradição Agreste e compreender sua dispersão em direção ao Vale do São Francisco. Outro objetivo da pesquisa se referia em relacionar as pinturas com materiais arqueológicos, provenientes de escavações, de forma a estabelecer sequência de assentamentos de grupos humanos, conhecer seus recursos técnicos, fontes de alimentos e através da sua arte rupestre, penetrar no seu universo mágico-espiritual. (AGUIAR, 1986, p. 12)

A sistematização das pesquisas arqueológicas realizadas na região Agreste de Pernambuco desde os anos 1960 revelou uma área com muitos sítios arqueológicos, especialmente locais com grafismos rupestres, tornando-se muito importante para a Pré-História do Brasil. A continuação dessas pesquisas nos sítios arqueológicos por meio de identificação, registros, escavações e mapeamento de sítios com registros rupestres possibilitou

para a Arqueologia Brasileira a caracterização de uma classificação de registros rupestres, a chamada Tradição Agreste, que será detalhada adiante.

Portanto, a região Agreste de Pernambuco possui uma relevância para a Pré-História do Brasil por abrigar sítios arqueológicos funerários, líticos, cerâmicos e de grafismos rupestres. No Agreste pernambucano, foram identificados 184 sítios, sendo a maioria rupestres. (PESSIS et al; 2017, p. 169) O sítio arqueológico Furna do Estrago, no município de Brejo da Madre de Deus sendo um local de sepultamentos, inclusive é considerado um dos sítios arqueológicos dessa natureza mais importantes para a Arqueologia Brasil. Porém, a região Agreste de Pernambuco é um destaque nacional pela quantidade expressiva de sítios arqueológicos com registros rupestres.

Na região alguns sítios têm datações expressivas para conhecimento do povoamento do país e da região cujo marco se aproxima do início do Holoceno, entre 11.000 e 9.000 AP anos (GASPAR, 2003; LIMA, 2012; MARTIN, 2013) e para conhecer melhor o modo de vida, fontes de alimentação, exploração dos ambientes, rituais e crenças desses caçadores-coletores são necessárias a continuidade das pesquisas arqueológicas na região.

#### **4.3 Os sítios arqueológicos com registros rupestres e suas caracterizações na região Agreste de Pernambuco**

Ao que parece, os primeiros relatos sobre a existência de registros rupestres no Brasil são do século XVI. (AGUIAR, 1986; GASPAR, 2003; MARTIN, 2013). Madu Gaspar (2003) aponta Alfredo Mendonça de Souza como uma das pessoas a se referir à obra *Lamentações Brasileiras* do padre Francisco Teles escrita entre 1799 e 1817, registrando 274 sítios arqueológicos com gravações e pinturas no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Outros autores atribuem o pioneirismo à Feliciano Coelho de Carvalho, à época Capitão-Mor da então Capitania da Paraíba, relatando a presença de gravuras no Rio Araçuaigipe. Na Capitania da Paraíba, em 1641, Elias Herckman também mencionou a presença de inscrições rupestres (MARTIN, 2013 *apud* FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 40).

Apenas nos anos 1970 Valentin Calderón financiado pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) na Bahia, e Niède Guidon com a Missão franco-

brasileira no Sudeste do Piauí realizaram as primeiras pesquisas arqueológicas sobre os registros rupestres na Região Nordeste do Brasil. As primeiras pesquisas sobre os registros rupestres no Brasil foram difíceis em razão do pouco conhecimento acerca da temática. Inicialmente as pesquisas se concentraram em separar os registros rupestres em duas partes: pinturas e gravuras. Posteriormente com o avanço das pesquisas foi possível estabelecer outra delimitação ou separação entre registros rupestres em reconhecíveis e não reconhecíveis.

Madu Gaspar (2003) enfatiza que as sinalações rupestres ocorreram no passado e ainda ocorrem na atualidade com diversas finalidades: expressões socioculturais, delimitação de poder territorial, comunicação e outras finalidades. Como característica humana, o ato de sinalar grafismos nas paredes não é uma conduta unicamente Pré-Histórica, mas acompanha os seres humanos no curso da História.

Ao longo da história, muitas formas distintas de perceber os registros rupestres foram elaboradas. Inicialmente acreditava-se que as pinturas rupestres eram uma representação de arte ou "arte pela arte". Com a descoberta de painéis em locais de difícil acesso foram aparecendo novas teorias, como a magia pela caça e fertilidade. Posteriormente totemismo e decoração dos suportes como algo isolado sendo outras formas de perceber as representações pictográficas Pré-Históricas. No mais, qual o sentido das representações é uma das tarefas mais difíceis da Arqueologia e demais Ciências Sociais.

Arte rupestre consiste em manifestações gráficas realizadas em abrigos, grutas, paredões, blocos e lajes feitas através da técnica de pintura e gravura. As gravuras podem ser elaboradas através de picoteamento ou incisão; já as pinturas foram realizadas por meio de diversas técnicas: algumas, com a fricção de um bloco de pigmento seco e duro na pedra; outras, com o uso de um pincel feito de galhos de árvore; em outros casos, a pintura foi feita com o próprio dedo ou o pigmento foi transformado em pó e soprado na rocha. (GASPAR, 2003, p. 15)

Valentin Calderón foi o primeiro a estabelecer o conceito de “Tradição” para ordenar os registros rupestres na Região Nordeste do Brasil. (AGUIAR, 1986; FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018) O conceito de tradição já era bastante utilizado nos estudos etnográficos e na classificação das indústrias líticas e cerâmicas. Valentin Calderón entendia o conceito Tradição como “O conjunto de características que se refletem em diferentes sítios associados de maneira similar, atribuindo cada uma delas ao complexo cultural de grupos étnicos diferentes, que as transmitiam e difundiam, gradualmente modificadas, através do tempo e do espaço”. (AGUIAR, 1986, p. 11) O que se procura estabelecendo tradições é a integração de obras gráficas pertencentes a um mesmo grupo cultural, independentemente de unidade cronológica, e identificar as características dos registros próprias do meio cultural ao

qual os autores pertenciam. (PESSIS, 1992 *apud* FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 41)

A sistematização das pesquisas atinentes aos registros rupestres na Região Nordeste culminou na classificação e ordenação dos grafismos em quatro tradições: Tradição Nordeste, Tradição Agreste, Tradição Geométrica e Tradição Itacoatiara. Na Região há quatro grandes áreas com concentração de pinturas e gravuras rupestres: Serra da Capivara (PI), Seridó (RN, PB), Central e Lençóis (BA) e a região Agreste e o Sertão pernambucano. Portanto, a região Agreste de Pernambuco está entre as áreas arqueológicas com registros rupestres mais importantes não apenas da Região Nordeste, mas do país.

As pinturas rupestres classificadas como Tradição Nordeste ocorrem nos estados do Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, parte de Bahia, Ceará e Norte de Minas Gerais. Segundo Martin (2013) os grafismos da Tradição Nordeste surgiram na região Sudeste do Piauí há 12.000 anos e se dispersam geograficamente para outras regiões do país.

A Tradição Nordeste é facilmente identificável pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, indicadores, seguramente, de diversas hierarquias e diferentes tribos. As figuras humanas são de pequeno tamanho, entre 5 e 15 cm, sempre em movimento, às vezes possuídas de grande agitação, com o rosto de perfil e como se gritassem. A luta, a caça, a dança e o sexo são habilmente representados com grande riqueza de interpretações, utilizando-se uma técnica de traço leve e seguro (MARTIN, 2013, p. 246 *apud* FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 42).

Pesquisadores da temática comumente atribuem como as características das pinturas da Tradição Nordeste a composição de cenas (figuras 03 e 04), a representação de figuras humanas e animais em movimento e raramente temas isolados. Quem observa os painéis rupestres com essas características sente-se tentado(a) a notar cenas com narrativas. Madu Gaspar (2003) teve impressão semelhante, as cenas são tão bem organizadas que se revelando uma tentação para o(a) observador(a), que tem a nítida impressão de poder decodificar as mensagens veiculadas pelos pintores.

A origem do nome Tradição Agreste vem da maior concentração de sítios arqueológicos com essas caracterizações de grafismos na região Agreste de Pernambuco. “É originária da região agreste de Pernambuco, sendo suas manifestações mais antigas datadas de 11 mil anos AP”. Com grande dispersão em todo o Nordeste (GASPAR, 2003, p. 70). Alice Aguiar (1986) e Gabriela Martin (2013) foram pioneiras nas pesquisas dos sítios arqueológicos com registros rupestres da Tradição Agreste. A Tradição Agreste recebe o nome da área arqueológica homônima de Pernambuco e também é encontrada no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. As características gerais da Tradição Agreste são grafismos de grande

Figura 3 - Pedra da Concha, registros rupestres da Tradição Nordeste, Vale do Catimbau, Buíque/PE.



Fonte: O autor (2008).

Figura 4 - Antropomorfos reunidos, um deles provavelmente com adorno na cabeça, Tradição Nordeste. Imagem com tratamento gráfico. Serra do Caboclo, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

tamanho (figuras 05 e 06), sejam eles de composição ou puros. Os grafismos de ação são raros e quando existem, representam cenas isoladas com poucos indivíduos ou animais (AGUIAR, 1986, p. 13). Os grafismos da Tradição Agreste, comumente, são tratados com qualidade técnica e temática inferior as pinturas da Tradição Nordeste, assim como apresentam cronologias mais recentes. A Tradição Agreste não recebeu em termos de pesquisas a mesma atenção que a Tradição Nordeste, talvez, exatamente, por não possuir a riqueza cenográfica desta e, assim,

não possibilitar tantos dados interpretativos para os(as) pesquisadores(as). (FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 45)

Figura 5 - Antropomorfo de grandes dimensões isolado, Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Sítio Serrote Liso, Cupira/PE.



Fonte: O autor (2022).

Outra característica identificada ou mesmo um padrão estilístico da Tradição Agreste foram os grafismos puros e de composição. Cenas de ação praticamente não existem, zoomorfos e antropomorfos isolados, com grandes dimensões e aparentados com “espantalhos” se sobrepõem. Ausência de identificação de sexo nos grafismos, muitas imagens geométricas, mãos em positivo são algumas figuras emblemáticas da Tradição Agreste. Daniela Cisneiros (2008) reforça a tese de que os registros rupestres na região Nordeste são caracterizados a partir

Figura 6 - Antropomorfos estáticos e com grandes dimensões, Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Serra do Caboclo, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

da percepção de grafismos alusivos a cenas de movimento, como Tradição Nordeste e, cenas estáticas, Tradição Agreste.

Martin (2013) junto com Aguiar identificou e estabeleceu alguns parâmetros caracterizadores para os estudos dos registros rupestres da Tradição Agreste em Pernambuco. Segundo Martin (2013), a Tradição Agreste pode ser individualizada pela coexistência de figuras reconhecíveis e de grafismos puros em um mesmo sítio, pela presença de grafismos de grandes tamanhos e de caráter estático. As figuras com características antropomórficas seriam representadas com aspecto “grotesco”, enquanto as figuras com características zoomórficas seriam representadas com poucos detalhes qualificativos, que dificultaria ou impossibilitaria a definição das espécies a que pertenceriam. Já os grafismos puros seriam simples e elaborados. (FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 47).

Ausência de cenas complexas ou cenas de ação, presença recorrente de grafismos puros (figuras 07 e 08), representações de zoomorfos possibilitou a conclusão para defini-los como animais da fauna atual. Sendo possível estabelecer cronologias nos grafismos pintados da Tradição Agreste. Em geral, os zoomorfos representados possibilitando inferir uma cronologia mais recente, pois não há animais de fauna extinta representados.

A arqueóloga Alice Aguiar (1986) pesquisando os afloramentos rochosos com pinturas da Tradição Agreste percebeu que, geralmente, são sítios não muito elevados e de fácil acesso. Os painéis apresentam grafismos com predominância na cor vermelha em vários tons, além do amarelo, branco e preto, sendo as duas últimas menos frequentes.

Figura 7 - Pedra dos Astros, grafismos puros da Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Vila São Benedito, Toritama/PE.



Fonte: O autor (2021).

As regiões Centro e Norte de Minas Gerais, assim como a área do Parque Nacional da Serra da Capivara são os lugares onde foram realizadas mais pesquisas sistemáticas acerca dos registros rupestres do país. Desde as sequências temporais até a evolução dos traços estilísticos,

temáticos e cenográficos dos painéis rupestres. No entanto, a região Agreste de Pernambuco necessita de uma pesquisa mais sistematizada para se compreender melhor sobre os povos que pintaram as "pedras" da região.

Em geral, os grafismos são datados a partir do material arqueológico retirado do solo e associado aos pintores das paredes. No entanto, é preciso correlacionar o material com os pigmentos de modo incontestável, pois os abrigos, comumente, foram utilizados por vários grupos de caçadores.

Caracterizar os registros rupestres em tradições é uma herança teórica da Antropologia. Historicamente os registros rupestres brasileiros foram definidos, caracterizados e separados por *Tradições* que são distribuídas crono-espacialmente conforme analogias técnicas, estéticas, estilísticas e temáticas pelas diversas regiões do país. Mesmo as representações gráficas sendo classificadas em *Tradições*, na Arqueologia essas classificações não são unanimidade. André Prous, por exemplo divide o universo pictoral pré-histórico brasileiro em oito tradições<sup>23</sup> e Gabriela Martin (2013) e Pessis (1992) classificam para a Região Nordeste do Brasil em tradições, subtradições e estilos.

A Tradição Geométrica é a mais polemizada de todas. Ao contrário das Tradições Nordeste e Agreste com muitas pesquisas e inúmeras publicações a nível nacional e internacional realizadas a partir de sítios prospectados na região Nordeste do Brasil e com uma maior aceitação taxonômica entre os pares da Arqueologia, o mesmo não ocorre com a Tradição

Figura 8 - Serra do Pará, grafismos puros, Tradição Agreste. Imagem do com tratamento gráfico. Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.



Fonte: O autor (2021).

<sup>23</sup> Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco, Amazônica. (GASPAR, 2003, p. 45)

Geométrica. O nome geométrica deriva das representações que sugerindo ilustrar figuras apreensíveis de nosso mundo cognitivo. No entanto, Martin (2013) defende que quando um painel rupestre não se enquadra em nenhuma denominação de tradição conhecida, aplica-se o termo de Tradição Geométrica. Dentro do universo conceitual a que se definiu como "tradição", talvez seja, a mais contestada ou debatida, uma vez que, para alguns(as) pesquisadores(as) o que pode estar representando uma esfera sugerindo o sol, para outros(as) não é um astro, mas uma representação geométrica. Por isso, comumente a Tradição Geométrica também é definida como Tradição Esquemática ou Astronômica. A arqueóloga Gabriela Martin (2013) foi cética em relação a essa classificação,

O que para uns é "tradição geométrica", para outros é "esquemática" ou até "astronômica", pelo fato de certos grafismos lembrarem o sol ou as estrelas, sem levar-se em conta que o fato de tentar reproduzir um firmamento visível, porém inalcançável, pode fazer parte das representações rupestres de grupos étnicos distantes no tempo e no espaço, sem nenhuma participação numa mesma "tradição". Somente a técnica de elaboração e a disposição com que esses possíveis "astros" foram reproduzidos, acompanhados das restantes informações do registro arqueológico, poderiam configurar determinados grafismos como pertencentes a uma tradição. (MARTIN, 2013, p. 225)

A pesquisadora francesa Anne Marie Pessis (1992, p. 44) que foi uma das pioneiras nas pesquisas científicas atinentes aos registros rupestres nordestinos assim define a Tradição Geométrica: é “caracterizada por pinturas que representam uma maioria de grafismos puros, figuras humanas e algumas mãos, pés e répteis extremamente simples e esquematizados”. A pesquisadora enfatiza que é bastante comum algumas pessoas da Arqueologia associar os chamados grafismos puros à Tradição Geométrica.

O arqueólogo André Prous tem uma percepção diferente em relação a Tradição Geométrica, para o pesquisador, os grafismos gravados são denominados de Tradição Geométrica e foram subdivididas em meridional e setentrional. As gravuras próximas à região Nordeste são as setentrionais e tem como características as proximidades aos cursos d’água. Como exemplo, a Pedra do Ingá (figura 09), ele define como pertencente a chamada Tradição Geométrica. As gravuras meridionais não têm correlação com os cursos d’água e muitas delas receberam retoques com pinturas.

Portanto, não há unanimidade no reconhecimento das classificações dos registros rupestres quanto à Tradição Geométrica, gerando diversas conceituações e aportes teóricos, inclusive para Martin (2013, p. 278) “parte do pressuposto de que não existe no Nordeste brasileiro uma tradição de pintura rupestre que possamos chamar Geométrica, com as implicações e os componentes culturais que a definição de uma tradição exige”.

Figura 9 - Para o arqueólogo André Prous, as gravuras rupestres como a Pedra do Ingá, fazem parte da Tradição Geométrica. Ingá/PB.



Fonte: O autor (2009).

A quarta tradição de registros rupestres que é bastante comum na Região Nordeste do Brasil e em outras regiões do país recebe a denominação de Itacoatiaras. As Itacoatiaras<sup>24</sup> são gravuras rupestres (figuras 10 e 11) tendo como uma de suas características a proximidade a cursos d'águas<sup>25</sup>. Itacoatiara deriva da língua Tupi e significa *pedra pintada* ou *pedra lavrada*. Integrada por gravuras representando figuras não possibilitando nenhum reconhecimento cognoscível. Raramente alguma figura reconhecível é representada de maneira isolada. (PESSIS, 1992, p. 44) A arqueóloga Gabriela Martin (2013) defende que essa tradição não pode ser considerada uma prática homogênea, mas deve-se ampliar seu horizonte sociocultural para tradições. Outra peculiaridade das Itacoatiaras é que são a categoria de registros rupestres de onde emanaram as explicações mais fantasiosas e desvairadas possíveis, muitas aberrações narrativas e até associação com povos distantes, como as inscrições sendo de origem grega, fenícia e hebraica. A pesquisadora Gabriela Martin assinala que com a sistematização das pesquisas sobre as gravuras rupestres na Região Nordeste do Brasil a Tradição Itacoatiaras se multiplique em tradições ou subtradições.

<sup>24</sup> É importante frisar que alguns(mas) pesquisadores(as) cujos temas de estudos são os registros rupestres pré-históricos no Brasil optam por chamar de Itaquatiaras, como Martin (2013), mas, em nosso trabalho, escolhemos utilizar a forma grafada por Pessis (1992). Independentemente da forma que a Tradição é grafada o significado não sofre qualquer alteração.

<sup>25</sup> Inicialmente a incidência das Itacoatiaras era vinculada às proximidades de rios e cursos d'água, mas com o avanço das pesquisas foram identificados inúmeros sítios arqueológicos com gravuras rupestres sem relação com recursos hídricos, inclusive, alguns autores optaram por substituir o termo Itacoatiara por petróglifos.

Finalmente, uma "Grande Tradição Itaquatiara" representaria, sistematicamente, as gravuras rupestres do Nordeste do Brasil. Nessa tradição, típica da região nordestina, predominam grafismos puros, porém deve se registrar a presença de antropomorfos, alguns muito elaborados, inclusive com atributos, como os encontrados na beira do São Francisco, em Petrolândia, PE. Há marcas de pés, lagartos e pássaros em grandes paredões, sempre próximos d'água, e também desenhos muito complexos, que, na imensa solidão dos sertões têm-se prestado, muitas vezes, às mais fantásticas interpretações. (MARTIN, 2013, p. 284)

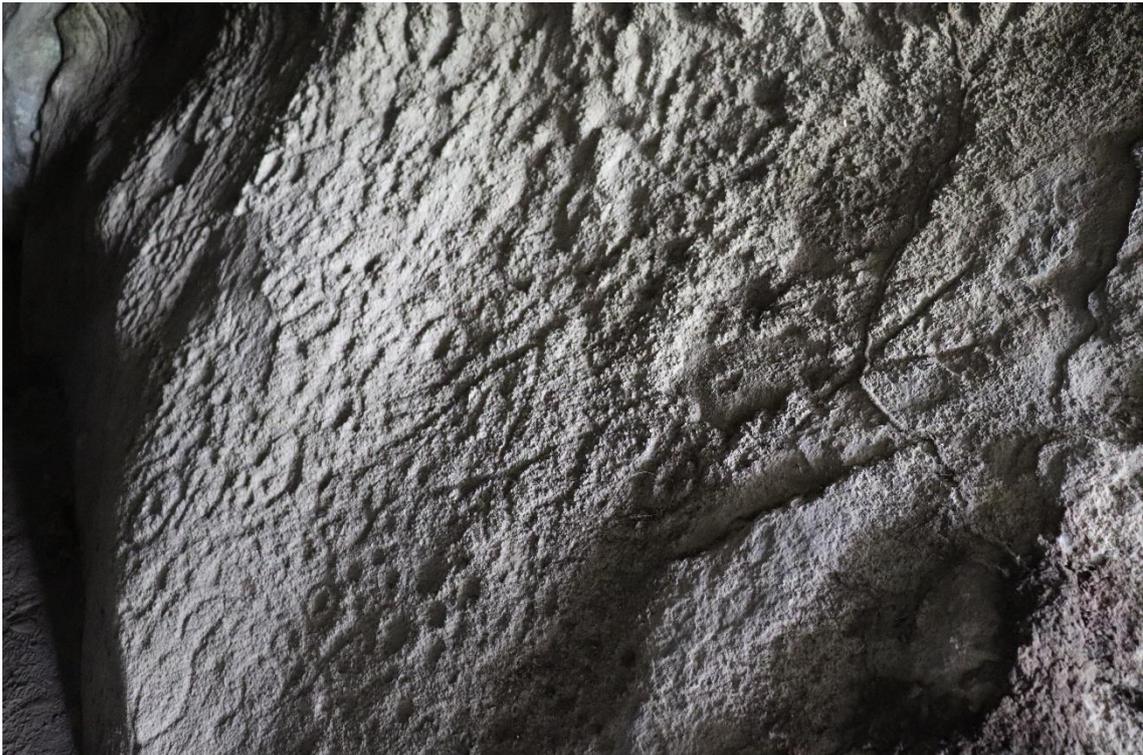
Figura 10 - Painel com gravuras rupestres, algumas possibilitam o reconhecimento, como dois braços. Esse sítio arqueológico localizado no curso do Rio Gaiola, tributário do Rio Una. Sítio São José, Jurema/PE.



Fonte: O autor (2010).

Os estudos das gravuras rupestres na Região Nordeste do Brasil, particularmente as Itacoatiaras, se concentram na identificação tecno-estilísticas, uma vez que os grafismos reconhecíveis são raros e quando existem são representações de zoomorfos e antropomorfos isolados. Praticamente não há cenas, grafismos de composição, mas uma enorme variedade de *grafismos puros* que tornam, segundo Martin (2013), a tradição rupestre mais enigmática de todas. Outra dificuldade é reunir dados e informações a partir dos vestígios de cultura material dos grupos étnicos, que as produziram, uma vez que como estão próximas a cursos d'água, encontrar sedimento propício a intervenções prospectivas se torna muito improvável. Estabelecer cronologias comparadas ou absolutas para os sítios com registros gráficos dessa natureza são muito difíceis, pois depende da existência de sedimentos e vestígios de cultura material nas proximidades do sítio arqueológico. Futuramente com novas tecnologias e outras

Figura 11 - Gravuras rupestres em área bastante elevada e sem qualquer relação de proximidade com cursos d'água. Sítio arqueológico Pedra da Lua, Lagoa dos Gatos/PE.



Fonte: O autor (2022).

abordagens científicas, possivelmente essas gravuras rupestres serão submetidas a novos métodos de datação para o estabelecimento de cronologias e melhor conhecimento dos respectivos grupos que as produziram.

Martin (2013) e Pessis (1992) associaram os registros rupestres da tradição Itacoatiara ao culto das águas. Explicam que em razão do clima semiárido nordestino e fortes períodos de estiagens, esses locais que armazenavam recursos hídricos essenciais à sobrevivência por mais tempo, possivelmente eram adorados e celebrados como locais sagrados. Essas explicações derivam da grande dificuldade para se “gravar” nas rochas, ao contrário da técnica da pintura. Pintar é mais fácil e exige-se o emprego de menor energia física em relação as gravuras rupestres, uma vez que pintar adiciona-se material aos suportes rochosos e insculpir, tira-se matéria rochosa muito dura, exigindo muita energia e tempo de execução.

É evidente que a maioria dos petróglifos ou itaquatiaras do Nordeste do Brasil, estão relacionados com o culto das águas. Muitas dessas gravuras nos fazem pensar em cultos cosmogônicos das forças da natureza e do firmamento. Possíveis representações de astros são frequentes, assim como a existência de linhas onduladas que parecem imitar o movimento das águas. É natural que nos sertões nordestinos, de terríveis estiagens, as fontes d'água fossem consideradas lugares sagrados, mas o significado dos petróglifos e o culto ao qual estavam destinados nos são desconhecidos. (MARTIN, 2013, p. 284 – 285)

Na região Agreste de Pernambuco existem muitos sítios arqueológicos com gravuras rupestres típicas da classificação Itacoatiara. Dentre alguns, dois tem relações com a

proximidade de cursos d'água e outro que foge dessa caracterização é a Pedra da Lua (figura 11), esse sítio é localizado em uma área elevada na área rural do município de Lagoa dos Gatos/PE. O sítio consiste num abrigo sob rocha e tem um painel com pinturas rupestres na área que recebe mais luz solar e no seu interior, área de penumbra com pouca visibilidade, há várias gravuras rupestres, típicas da denominação *grafismos puros*. Isso indica que para essa tradição gráfica são necessárias mais pesquisas, principalmente sobre as escolhas dos suportes rochosos e técnicas de gravar nos rochedos.

As primeiras pesquisas sobre os registros rupestres levaram consideram o implícito de atemporalidade. *A priori*, acreditava-se que os painéis gráficos foram pintados de uma única vez, como identificado através de nossa imediata percepção sensorial. É bastante comum restringir as diversas temporalidades na confecção dos painéis gráficos, dificultando o rigor científico no processo de compreensão de suas feições cronologicamente. Outro empecilho que dificulta no entendimento dos registros rupestres é crer que o estudo dos painéis gráficos fragmentados ou isolados pode ser suficiente para a sua compreensão dos povos executores. Pesquisar os registros rupestres sem coadunar as evidências da escavação arqueológica e os dados advindos de cultura material tornam inviáveis qualquer explicação concernente aos painéis rupestres. “O contexto arqueológico estabelece espaço das possibilidades de explicação fatural ou hipotética. Fora dele todo o resto é pouco aproveitável”. (PESSIS, 1992, p. 41)

Portanto, estudar os sítios arqueológicos com registros rupestres de forma isolada e particular assume uma possibilidade pouco eficaz, em vez disso, estabelecer questionamentos sobre qual a finalidade dos sítios rupestres é uma boa alternativa. Como exemplo, os sítios rupestres europeus que foram pintados no escuro sugerem locais de culto, cerimoniais e sagrados. Mas e na Região Nordeste do Brasil, qual a finalidade desses sítios arqueológicos rupestres? É uma resposta difícil sem uma ampla pesquisa sobre as técnicas, associações com vestígios de cultura material e datações. Sabe-se que muitos sítios arqueológicos foram utilizados para diversas finalidades sendo alguns locais permanentes, outros de passagens, no mais por não saber qual foi a utilidade ou finalidade daquele determinado espaço torna espaço fecundo para estudar e pesquisar mais informações sobre povos distantes cronologicamente.

Os registros rupestres foram elaborados a partir de várias possibilidades, ludicidade, identidade, registro do cotidiano, imaginário religioso, delimitação territorial, enfim, sendo múltiplas as finalidades. Outro detalhe importante é que nem todos os povos registravam em paredes, mas em árvores, no chão e outros suportes, sendo apagados naturalmente. Destarte, os

registros rupestres não aparecem em todo o território brasileiro, pois há regiões com ausência de afloramentos rochosos e quando estes existem em abundância não necessariamente existem grafismos, mas outras evidências.

Estudar os registros rupestres da região Agreste de Pernambuco não é uma tarefa nada fácil, exige-se muita dedicação e rigor científico. Por outro lado, esses registros podem ser estudados a partir da Educação Básica como um meio didático de se obter informações e dados a partir da visita coordenada aos sítios arqueológicos rupestres e espaços museais para análise de artefatos, objetos e manifestações socioculturais. A pré-história do Brasil é um tema que merece ser bastante refletido, pensado e colocado em dúvida, em parceria com outras áreas de conhecimento. O estudo da pré-história não deve se constituir numa aventura pedagógica, uma caça ao tesouro, mas como busca das respostas para a vida humana nesse período.

#### **4.4 Os sítios arqueológicos pré-históricos na região Agreste de Pernambuco**

Como foi enfatizado nas páginas anteriores, a região Agreste de Pernambuco possui vários sítios arqueológicos, a maioria são pré-coloniais de pinturas e gravuras rupestres. Nossa pesquisa, como afirmado no capítulo 2, destacou a ausência desses sítios arqueológicos nos livros didáticos de História destinados aos estudantes da 1ª série do Ensino Médio. Outro tema ausente e muito importante para o conhecimento das primeiras etapas de ocupação humana no interior de Pernambuco é o Parque Nacional do Vale do Catimbau, localizado entre os municípios de Buíque, Tupanatinga, Inajá e Ibirimir. O Vale do Catimbau é o segundo maior Parque Arqueológico do país e desde 2002 foi considerado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, estando e situado na transição entre as regiões Agreste e Sertão.

No interior do estado de Pernambuco existem locais de grande relevância para compreensão da História do Povoamento da América e conseqüentemente do Brasil. É uma História pouco citada pelos manuais de ensino, por profissionais da Educação e, em muitos casos, desconhecida pelas pessoas residindo no entorno onde se localizam os sítios arqueológicos pré-coloniais. Nas próximas páginas serão apresentados alguns sítios arqueológicos pré-coloniais na região Agreste de Pernambuco localizados nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus e Caruaru. Como são muitos sítios, selecionamos alguns cujo acesso aos estudantes no Ensino Médio seja possível para

realização de aulas de campo interdisciplinares entre as Ciências Humanas e outros componentes curriculares.

Toritama é um pequeno<sup>26</sup> município na região Agreste de Pernambuco, está localizada a 170km da capital Recife. Está inserida numa área de fortes atividades econômicas, entre os municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, região caracterizada como Polo de Confeccões, também é conhecida nacionalmente como *A Capital do Jeans*. Apesar de ser um município com diminuta dimensão territorial, possui uma população estimada de 47.088 habitantes<sup>27</sup>, com uma densidade demográfica de 1.383,21 hab/km<sup>2</sup>, sendo o 48º município mais habitado do estado de Pernambuco. Esse detalhamento da geografia e dados econômicos do município são importantes para nuançar ainda mais a necessidade de proteção e inserção curricular dos patrimônios arqueológicos no município pelos poderes públicos, ensino escolar e pelas comunidades.

Toritama faz divisa com o município de Brejo da Madre de Deus que é nacionalmente conhecido pelas inúmeras pesquisas arqueológicas<sup>28</sup> realizadas desde o final dos anos 1960. As atenções dos(as) pesquisadores(as) da arqueologia brasileira recaíram, num primeiro momento, para o município vizinho de Toritama. Até pouco tempo, não se sabia da existência de sítios arqueológicos e moradores locais começaram a relatar<sup>29</sup> algumas *pedras pintadas*, as chamadas *inscrições de índios* para pesquisadores(as).

A partir desses contatos, membros<sup>30</sup> do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem Viver (LAAB/CAA – UFPE) empreenderam pesquisas de campo junto com pessoas das comunidades para identificar, mapear, realizar o cadastro dos sítios arqueológicos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA – IPHAN) e promover ações de Educação Patrimonial. A primeira comunidade visitada foi a Vila São Benedito (figura 12) distante aproximadamente 5 kms na direção Leste do Centro de Toritama. A maioria dos Moradores

---

<sup>26</sup> Dos 185 municípios do estado de Pernambuco, Toritama está na posição 184º em dimensões territoriais, possui uma área total de 25,704km<sup>2</sup>. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama> Acesso em 29/10/2022.

<sup>27</sup> Idem.

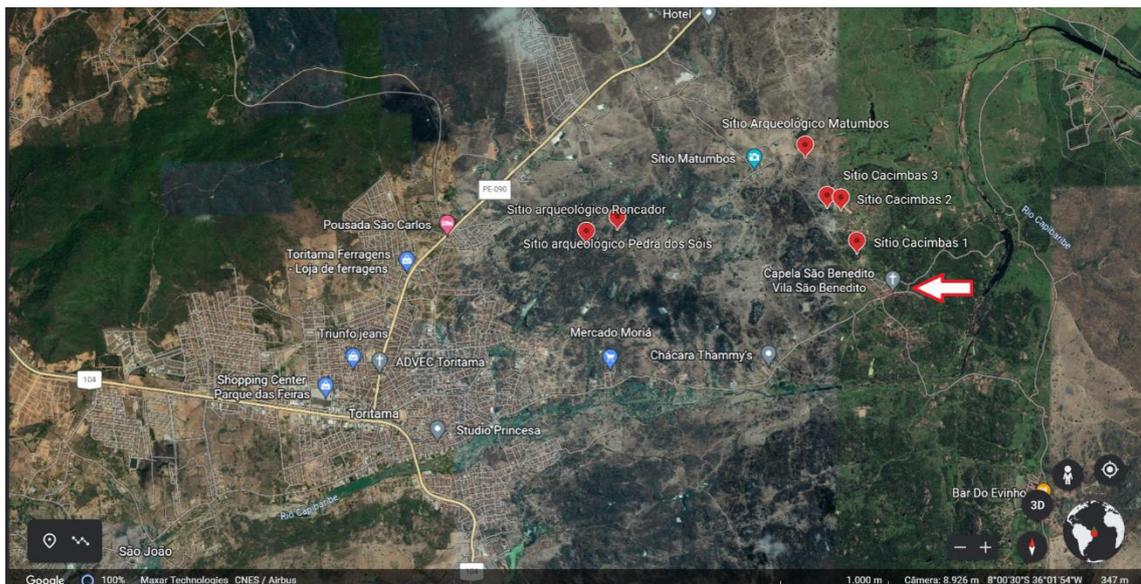
<sup>28</sup> No município de Brejo da Madre de Deus existem 82 sítios arqueológicos, sendo a maioria pré-coloniais e de pinturas rupestres. Informações do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA – IPHAN). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) Acesso em 29/10/2022.

<sup>29</sup> Algumas pessoas entraram em contato com o Professor Sandro Guimarães Salles, Coordenador do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem Viver (LAAB) do Centro Acadêmico do Agreste (CAA – UFPE) para relatar a presença de registros rupestres no município de Toritama. Iniciativa que culminou em 2017 na idealização do Projeto de Pesquisa: Educação Patrimonial e Cartografia Arqueológica da região Agreste de Pernambuco.

<sup>30</sup> O Laboratório é composto por uma equipe multidisciplinar: Antropólogos, Historiadores, Arqueólogos, Biólogos, Geólogo, Museóloga, Pedagogas, Indigenistas etc.

dessa comunidade sobrevivem a partir do fabrico de confecções, trabalham em lavanderias próximas e atividades agrícolas. Ao Norte, a Vila São Benedito faz divisa com o Sítio Cacimbas e ao Noroeste com o Sítio Matumbos. Na área do Sítio Cacimbas existem nas proximidades quatro sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Nas imediações do Sítio Cacimbas há um conglomerado de afloramentos rochosos graníticos que possivelmente foram utilizados como acampamentos provisórios em tempos pretéritos. Os sítios estão em processo de cadastro no CNSA – IPHAN e foram nomeados na seguinte ordem: Sítio Cacimbas 1, Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), Sítio Cacimbas 3 (Pedra do Chapéu) e Sítio Matumbos. Esses sítios estão tão próximos entre si que basta percorrer no raio de um quilômetro para encontrá-los.

Figura 12 - Localização geográfica da Vila São Benedito, município de Toritama/PE.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2022).

Todos os sítios arqueológicos das proximidades da Vila São Benedito e Sítio Cacimbas estão na microrregião do Alto Capibaribe e todos são próximos do Rio Capibaribe que corta o município de Toritama. O Rio Capibaribe fica relativamente perto dos sítios mencionados, nenhum deles fica mais distante que 1,3 km.

O Sítio arqueológico Cacimbas 1 possui as coordenadas geográficas  $7^{\circ}59'39.6''S$   $36^{\circ}01'14.6''W$ , localizado nas proximidades de um campo de futebol da Vila São Benedito num afloramento rochoso granítico elevado (381mts de altitude), onde de cima é possível visualizar panoramicamente parte da região. Possivelmente o local tenha servido como acampamento provisório para grupos, de passagem, uma vez que é um local de altitude, ponto estratégico de proteção contra animais perigosos, outros grupos humanos e refúgio nas estações secas e chuvosas.

O Sítio Cacimbas 1 tem dois painéis com pinturas rupestres com predominância nas cores vermelhas (figura 13). Em um dos suportes rochosos com uma morfologia semelhante a uma concha há uma mancha gráfica (3,5 m) com muitos grafismos, a maioria não identificáveis (conforme o nosso universo cognoscível) e um grafismo isolado de um zoomorfo (figura 14).

Figura 13 - Localização dos painéis com registros rupestres no sítio arqueológico Cacimbas 1.



Fonte: O autor (2021).

Há muitos grafismos em forma de linhas sinuosas, em zigue-zague, traços paralelos e figuras geométricas. Não há nenhuma sobreposição e composição de cenas, possibilitando atribuir essas representações como grafismos puros e da Tradição Agreste. No entanto, há uma pintura de um animal (zoomorfo) que tem dividido a opinião de especialistas, alguns acreditam ser a representação de um tamanduá, outros pensam ser a representação de uma preguiça gigante (animal extinto da megafauna). Essa pintura tem uma característica muito peculiar, a técnica utilizada na sua confecção foi o *grafismo de contorno*, quem fez delineou apenas a morfologia do animal sem preencher com pigmentos o seu corpo. Geralmente essas técnicas nas feitura são classificadas como típicas da Tradição Nordeste, mas como não há composição de cena e consiste numa representação isolada, geralmente tal hipótese é descartada. Portanto, é um painel importante para ampliação do debate sobre a classificação das pinturas rupestres.

O sítio Cacimbas 1 exige uma série de ações das autoridades públicas para sua proteção, preservação e uso como espaço escolar. As pinturas rupestres – até o momento – não foram destruídas, estão num nível de desgaste elevado por agentes naturais, como a amplitude térmica

Figura 14 - Mancha gráfica com possível representação de zoomorfo, sítio arqueológico Cacimbas 1, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2021).

gerada pela exposição solar cujo efeito acelera a degradação dos pigmentos minerais. Atrás do painel principal existe um curral improvisado onde pessoas da localidade criam caprinos, além disso, muitas pessoas transitam pelo sítio para recreação, consumo de alimentos e bebidas. Algumas medidas sendo necessárias: placas de identificação do sítio como área arqueológica, construção de rampas, passarelas e cercas para isolamento dos painéis rupestres, oficinas nas escolas estaduais do município discutindo a importância desses sítios arqueológicos para as próximas gerações.

O Sítio Cacimbas 2 com as coordenadas geográficas  $7^{\circ}59'28.2''S$   $36^{\circ}01'19.4''W$  e localizado relativamente próximo do sítio homônimo 1, distante pouco mais de 400 metros. Diferentemente do Cacimbas 1, o Cacimbas 2 foi nomeado com o complemento de *Pedra dos Astros* por sugerir as representações de astros celestes. Outro aspecto de diferenciação consiste na morfologia não caracterizada como um abrigo sob rocha. Sendo formação rochosa granítica isolada com um formato semelhante a um casco de tartaruga (figura 15).

Esse sítio arqueológico possui alguns grafismos, a maioria não é identificável, o que sugere a aplicação do termo *grafismos puros*, pois são predominantes algumas linhas contínuas paralelas e pontos. Porém, com dois grafismos sugerindo representações de astros celestes,

Figura 15 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), Toritama/PE.



Fonte: O autor (2021).

possivelmente sóis (figuras 16 e 17). Um dos sóis não está representado totalmente (fig. 16), talvez hipoteticamente, as pessoas representaram um sol nascente ou poente. Conjecturas à parte, esse sítio não teve até 2021 intervenções antrópicas, mas assim como o Sítio Cacimbas 1, está com os registros rupestres num estágio elevado de desgaste e tem outros fatores biológicos comprometendo os registros rupestres, como ninhos de insetos sobre boa parte dos grafismos.

Figura 16 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), representação de sol? Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.

Figura 17 - Sítio Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), outra representação de sol? Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2021).

O terceiro sítio arqueológico é o Cacimbas 3 (Pedra do Chapéu) com as coordenadas geográficas  $7^{\circ}59'25''\text{S}$   $36^{\circ}01'23''\text{W}$  e está localizado há 130 metros da *Pedra dos Astros*.

Recebeu essa denominação de pessoas da comunidade por seu formato se parecer muito com um chapéu. Nesse sítio existe apenas uma mancha gráfica com grafismos não identificáveis (figura 18), os chamados pelos especialistas *grafismos puros*. Há duas representações geométricas, uma parece ser de um antropomorfo, mas como está incompleta não é possível afirmar, a outra parece uma forma triangular, também de difícil compreensão. Sendo necessário enfatizar que em todos os sítios pesquisados os painéis rupestres estavam bastante desgastados e só foi possível visualizá-los melhor com uso de tratamento gráfico em programas de computador.

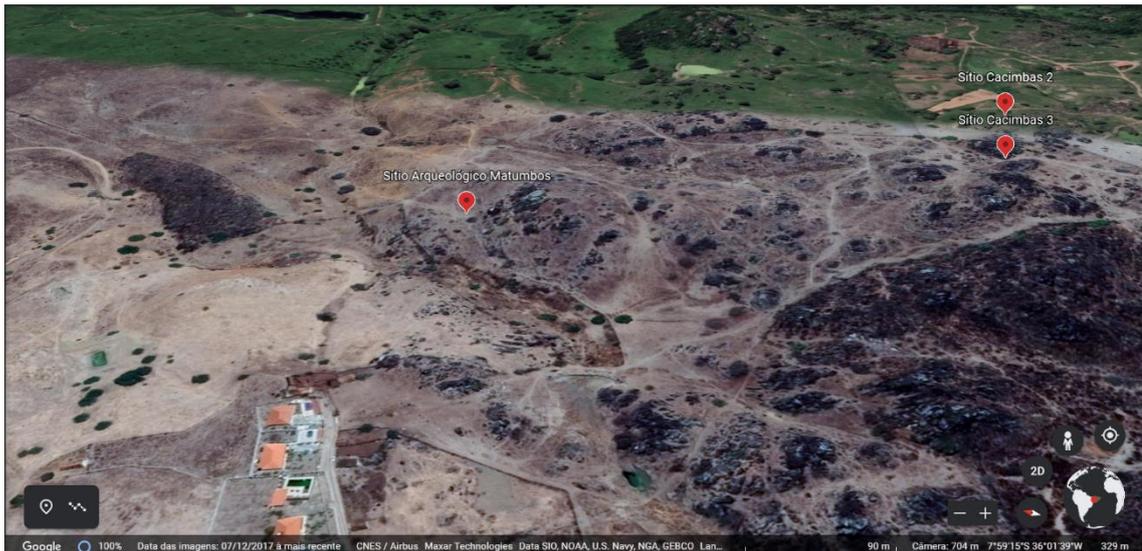
Figura 18 - Sítio Cacimbas 3 (Pedra do Chapéu), grafismos puros, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2021).

O próximo sítio da área é o Matumbos, possui as coordenadas geográficas 7°59'10.9"S 36°01'29.9"W e recebe esse nome a partir da denominação homônima da comunidade rural. Está localizado a aproximadamente um quilômetro do Sítio Cacimbas 1. Sendo um conglomerado de afloramentos rochosos (figura 19) e de todos até aqui descritos é a localidade com a maior variedade de representações gráficas. Os três sítios arqueológicos pesquisados e descritos anteriormente se caracterizaram por ilustrar grafismos puros, linhas sinuosas, paralelas e até um zoomorfo, mas o sítio arqueológico Matumbos com representação de pelo menos três figuras humanas (antropomorfos). Ainda em relação aos três sítios arqueológicos destacados, o Matumbos tem uma área pintada maior, aproximadamente 7,5 mts, com representações diversas: linhas cruzadas, linhas contínuas que delineiam as cavidades do

Figura 19 - Localização do Sítio arqueológico Matumbos, Toritama/PE.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2022).

suporte rochoso, figuras humanas pequenas (figuras 20 e 21), formas geométricas, tridáctilos, representação de astros? e vários grafismos puros.

Figura 20 - Representação de antropomorfo sem os membros superiores, Sítio Arqueológico Matumbos, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Figura 21 - Representação de antropomorfo, Sítio Arqueológico Matumbos, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2021).

Foi difícil identificar composição de cenas no sítio Matumbos, o que caracteriza em grafismos classificados pela Arqueologia brasileira como pertencentes da Tradição Agreste. Mesmo assim, com relevância para a compreensão da Pré-História do Brasil, uma vez que existem registros pintados na pedra de imaginários das pessoas que por ali passaram em tempos pretéritos. Não sendo possível estabelecer uma cronologia para os grafismos rupestres do município de Toritama, pois não ocorreram ainda escavações arqueológicas para datações radio carbônicas<sup>31</sup>. Porém, essa quantidade expressiva de sítios arqueológicos próximos entre si,

<sup>31</sup> Em muitas escavações arqueológicas não foi possível obter materiais para datações radio carbônicas, dificultando de sobremaneira as possibilidades de datações relativas.

possibilita conjecturar esses espaços como um conjunto arqueológico relevante para compreensão dos modos de vida desses grupos caçadores-coletores.

Nas proximidades há mais sítios arqueológicos, no sentido Oeste do Sítio Matumbos existem mais dois sítios arqueológicos relevantes. O Sítio Pedra dos Sóis com as coordenadas geográficas  $7^{\circ}59'32.5''S$   $36^{\circ}02'26.3''W$  está a apenas 1,9 km de distância do Sítio Matumbos, consiste num bloco de rocha granítica isolada com uma cavidade convexa com a representação de algumas figuras geométricas, três delas, aparentemente são sóis (figura 22). Este sítio não teve ações danosas dos seres humanos, mas de agentes naturais e biológicos, como os efeitos

Figura 22 - Pedra dos Sóis, Sítio Roncador, Toritama/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2022).

diretos dos raios solares que incidindo sobre as pinturas, ninhos de insetos e um cupinzeiro que está localizado acima da terceira representação do sol cobrindo-a parcialmente.

Há quatrocentos metros da Pedra dos Sóis tem uma formação rochosa que se destaca na paisagem (figura 23) e com cavidades formadas naturalmente que provavelmente serviram de abrigos para grupos de caçadores-coletores. Esse é o Sítio Arqueológico Roncador, com as coordenadas geográficas  $7^{\circ}59'36''S$   $36^{\circ}02'35''W$ , local com alguns registros rupestres dispersos pelas inúmeras rochas que compõem o afloramento. Nesse sítio existindo uma mancha gráfica maior de figuras geométricas (figura 24), antropomorfo isolado e grafismos puros. Ao que parece, sem qualquer composição de cenas, uma vez que os motivos pintados aparecem, na

Figura 23 - Formações rochosas com registros rupestres da Tradição Agreste, Sítio Arqueológico Roncador, Toritama/PE.



Fonte: O autor (2019).

maioria das vezes, isolados. Assim como nos outros sítios, as pinturas rupestres estão expostas as intempéries, como raios solares, chuvas, ninhos de insetos e salitre.

Toritama é uma cidade com inúmeros sítios arqueológicos com registros rupestres de enorme importância para o estudo e ensino da Pré-História do Brasil. A geografia possibilitou a presença de caçadores-coletores nesses espaços num passado remoto, as evidências pictóricas estão presentes em muitos rochedos. A área pesquisada proporcionava recursos alimentares e hídricos, a relativa proximidade do Rio Capibaribe dos sítios com água e pesca para suprir as necessidades alimentares diárias, os inúmeros afloramentos rochosos graníticos proporcionavam segurança contra possíveis predadores e espaços para descanso.

O cadastro dos Sítios Arqueológicos no CNSA – IPHAN não é ação suficiente para proteger os patrimônios arqueológicos. Como enfatizamos no início desta seção, Toritama é município pequeno e com alta densidade demográfica, ameaçando os afloramentos rochosos cujo tem sido alvo de implosões por mineradoras que fragmentam os granitos para transformar em material destinado à construção civil. Outra ameaça é a crescente expansão imobiliária do avanço urbanístico que – futuramente – pode destruir os sítios com registros rupestres.

As conversas com as comunidades, docentes locais e pessoas vinculadas a órgãos de governo tem avançado no sentido de reformulação do Plano Diretor Municipal para a inclusão dos sítios arqueológicos como bens socioculturais a serem protegidos. Algumas oficinas

Figura 24 - Mancha gráfica com figuras geométricas, Sítio Roncador, Toritama/PE.



Fonte: O autor (2019).

ocorreram no município com estudantes do Ensino Fundamental e palestras para professores(as) da rede municipal de ensino. A soma de esforços tem fomentado o interesse local pelo patrimônio arqueológico de tal forma que uma cineasta da cidade, Valderiza Pereira, em parceria com diversos segmentos sociais, consultou antropólogos, historiadores, professores, comunidades e pessoas zelosas pelo patrimônio arqueológico da cidade resultando na produção de um documentário, Cidade de Pedra (figura 25).

Figura 25 - Cartaz do filme Cidade de Pedra, de Valderiza Pereira.



Fonte: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/03/17/curta-metragem-cidade-de-pedra-estreia-em-toritama.ghtml> Acesso em 17/03/2022.

A cidade vizinha a Toritama, Brejo da Madre de Deus, reúne a maior quantidade de sítios arqueológicos cadastrados da região Agreste de Pernambuco, são mais de 80, a maioria pré-coloniais e de registros rupestres. O Furna do Estrago é, o sítio arqueológico mais visitado, documentado e conhecido da região. Consiste num abrigo sob rocha situado na encosta da Serra da Boa Vista, mas chamada localmente de Serra do Estrago, área onde foram encontrados no final da década de 1970 pelo arqueólogo Marcus Albuquerque ossos humanos aflorando do solo, posteriormente escavados pela arqueóloga Jeannette Lima entre 1982 – 1987. A Serra da Boa Vista faz parte do prolongamento do Maciço da Borborema sendo um dos pontos mais altos do estado de Pernambuco com 1.195 metros. O sítio possui as coordenadas geográficas 8°08'38"S 36°23'01"W e uma altitude de 650 metros em relação ao nível do mar.

O sítio é bastante conhecido pela comunidade científica brasileira pelos achados de cultura material, ritos funerários e quantidade expressiva de sepultamentos. Ao todo foram retirados 83 esqueletos humanos, a maioria deles submetidos a ritos fúnebres, como sepultamentos secundários, colocados em posição fetal, revestidos por esteiras, palhas, cestarias e trançados, alguns ossos foram pintados na cor ocre e acompanhados de objetos simbólicos, instrumentos líticos e de usos cotidianos, como a flauta feita de uma tíbia humana (LIMA, 2012).

Na mesma encosta da Serra do Estrago a um pouco mais de 67 metros a Noroeste do local e com mesma altitude onde ocorreu escavação, existe uma área com algumas inscrições rupestres na cor vermelha. Onde se localizam os registros rupestres a comunidade chama de Pedra do Letreiro<sup>32</sup> e ao contrário do que a maioria das pessoas que visita o sítio Furna do Estrago imagina, consiste, na verdade, noutro sítio arqueológico. No abrigo (figura 26) onde foi efetuada a escavação por Jeannette Lima não há nos paredões a presença de registros rupestres, assim como não há evidências se os mesmos indivíduos que realizaram as inumações foram os autores das inscrições rupestres. A Pedra do Letreiro tem muitos antropomorfos representados, alguns de forma isolada e outros juntos participando de alguma encenação ritual. Pela caracterização e disposição dos motivos representados, esse painel possibilita classificá-lo como pertencentes as tradições de registros rupestres Agreste e Nordeste sugerindo que foram pintados por grupos humanos distintos não sendo possível ainda estabelecer cronologias.

---

<sup>32</sup> É bastante comum na Região Nordeste sítios arqueológicos com registros rupestres serem denominados pelas comunidades de Pedra do Letreiro. Segundo as comunidades, esses letreiros são as “escritas” de povos originários no passado.

Figura 16 - Abrigo sob rocha onde foram realizadas escavações, sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

O sítio foi um dos grandes achados da arqueologia brasileira não somente pela quantidade de indivíduos encontrados sepultadas, mas pelo número de material arqueológico retirado para inferências sobre o modo de vida dessas populações ágrafas. Jeannette Lima (2012) assim enfatiza a deposição e cronologias dos enterramentos

Os corpos eram depositados com seus bens mais apreciados em covas preparadas, onde esqueletos e acompanhamento funerário se encontram extraordinariamente preservados. Poucas sepulturas são deposições secundárias de corpos manipulados. A primeira ocupação dos caçadores coletores está datada de onze mil anos antes do Presente; o cemitério foi usado nos três primeiros séculos de nossa era. (LIMA, 2012, p. 06)

Estes dados revelam ainda mais a importância do sítio arqueológico para compreensão dos primeiros grupos humanos habitando a região Agreste de Pernambuco. Além do mais, a datação de 11 mil anos AP torna as primeiras ocupações como povos contemporâneos do Povo de Luzia, o fóssil humano mais antigo encontrado até essa data no país. O abrigo foi utilizado por séculos como lugar de sepultamentos por grupos humanos distintos, começou inicialmente sendo utilizado por povos caçadores coletores e terminou com horticultores, conforme os materiais arqueológicos coletados examinados posteriormente (LIMA, 2012).

O sítio Pedra do Letreiro está com as inscrições rupestres em estágio avançado de desgaste em razão do esfoliamento da rocha granítica e de ações antrópicas. Neste sítio há um grafismo isolado bastante peculiar (figura 27) no qual a forma como o antropomorfo está representado sugere a posição fetal. Até o momento não existe evidências que os dois sítios foram consequências de passagens dos mesmos grupos humanos, como afirmado. Mas como argumentou Funari (2010), a “História se faz com testemunhos, com objetos, com paisagens, não necessariamente com documentos escritos”, portanto, as primeiras fontes utilizadas foram

os vestígios de cultura material, independentemente de tempo histórico, esses indícios continuam servindo de base para a construção das narrativas sobre a Pré-História brasileira.

Figura 27 - Antropomorfo em posição fletida, sítio arqueológico Pedra do Letreiro, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

A maioria do material arqueológico coletado por meio das escavações arqueológicas organizadas por Jeannette Lima e equipe estão armazenados como parte de reserva técnica e outra para exposição permanente em dois museus no estado de Pernambuco, Museu da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco) no Recife e Museu Histórico Municipal Dulce Pinto<sup>33</sup>, em Brejo da Madre de Deus. A maior parte dos materiais arqueológicos estão sob a guarda do Museu da UNICAP, restando apenas alguns esqueletos (figura 28), artefatos, instrumentos líticos, adornos e demais objetos de cultura material no Museu Histórico Municipal Dulce Pinto. O Museu geralmente realiza ações de Educação Patrimonial com a comunidade e estudantes no município, assim como recebe muitas visitas de estudantes do Ensino Fundamental e Médio de municípios na região que comumente visitam o sítio arqueológico Furna do Estrago e posteriormente o acervo do Museu. Ainda assim, pela ausência e limitação dos materiais didáticos disponíveis nas escolas públicas da região, docentes da Educação Básica desconhecem ou sabem pouco sobre os grupos humanos que deixaram marcas de suas passagens na Furna do Estrago.

Na região Agreste de Pernambuco existe outro local com grande relevância para a Pré-História brasileira por contar com uma quantidade expressiva de registros rupestres, trata-se da Serra do Pará, localizada na vila homônima. A Vila do Pará é um distrito do município de Santa Cruz do Capibaribe e se localiza a 23km de distância do centro dessa cidade. A Serra do Pará é um monumento natural na bacia do Rio Capibaribe que compõe a chamada Serra da Borborema

<sup>33</sup> O Prédio do Museu Histórico do Brejo da Madre de Deus e Acervo Museológico foi declarado Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco através do Decreto 46.145 de 13 de junho de 2018 pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Com a morte da sua fundadora e curadora, Dulce de Souza Pinto, em 2015, pessoa que dedicou parte de sua vida na preservação das memórias, catalogação e manutenção de acervos de cultura material da cidade, a prefeitura de Brejo da Madre de Deus homenageou-a alterando o nome para Museu Histórico Municipal Dulce Pinto.

Figura 28 - Crânio humano ainda com fragmentos de cabelo e esteiras que revestiam seu corpo, sítio arqueológico Furna do Estrago, Museu Histórico Municipal Dulce Pinto, Brejo da Madre de Deus/PE.

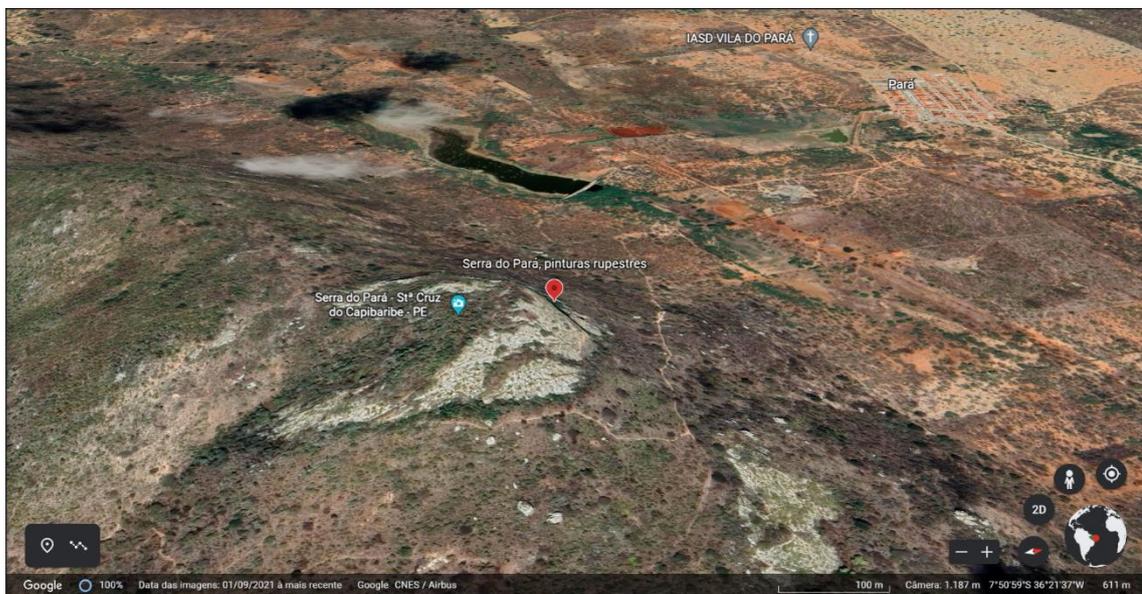


Fonte: O autor (2018).

e se destaca na paisagem local por possibilitar no ponto mais elevado, 725 metros, a visualização em 360 graus da região.

O sítio arqueológico Serra do Pará foi cadastrado sob o número CNSA PE00849 pela pesquisadora Claristela Alves em 2006 quando a pesquisadora fazia inventário de sítios arqueológicos com pinturas rupestres na região. A Serra do Pará (figura 29) possui as coordenadas geográficas 7°51'05.0" S 36°21'48.0" W e localizada a aproximadamente 1,3km

Figura 29 - Localização geográfica da Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2022).

da entrada da Vila do Pará. É um afloramento rochoso granítico com aproximadamente 700 metros de altitude (onde se encontram as pinturas rupestres). Nessa altitude há um paredão com

aproximadamente 100 metros de comprimento por 35 de altura. Nesse suporte rochoso há inúmeros registros rupestres, aproximadamente 50 metros de extensão cobertos por grafismos, tornando-se – até o momento – o segundo sítio arqueológico com maior concentração de grafismos rupestres no estado de Pernambuco, superado apenas pelo sítio Alcobaça, no Parque Nacional Vale do Catimbau, em Buíque.

O monumento natural Serra do Pará tem no seu entorno a predominância do bioma Caatinga, observando-se a presença abundante de vegetação arbustiva, plantas espinhosas e cactáceas. No entorno existem alguns caldeirões, formações rochosas que nas estações chuvosas devido a sua morfologia acumulavam água por alguns meses. O acesso à área com registros rupestres é moderado, exige-se um bom condicionamento físico para enfrentar uma longa caminhada e escalar alguns obstáculos naturais. Além disso, o monumento natural tem uma altitude mais elevada que a Vila homônima, aproximadamente 200 metros. Possivelmente o local em tempos pretéritos foi abrigo contra as diversas estações climáticas, proteção de grupos rivais e predadores. Acreditamos que as formações geológicas da região Agreste de Pernambuco, sobretudo aquelas mais elevadas<sup>34</sup> e que se destacam na paisagem, eram escolhidas por proporcionar um clima mais ameno (microclimas) e brejos de altitude, com maior segurança, visibilidade da aproximação de grupos rivais e locais de sepultamentos de entes queridos.

Os registros rupestres são predominantes na cor vermelha, mas existem alguns grafismos com tonalidade branca<sup>35</sup>. Com pelo menos três painéis (manchas gráficas) contendo maior incidência de representações rupestres. Chama a atenção que alguns temas pintados na rocha são de possível identificação, como alguns zoomorfos (lagartos) e antropomorfos. Inversamente, percebe-se muitos registros incognoscíveis para nossa compreensão, o que comumente a comunidade científica define como registros não identificáveis ou grafismos puros. Não percebemos a composição de cenas nos painéis rupestres, nossas suposições se apoiam na ideia que zoomorfos e antropomorfos foram pintados de modo isolado. No entanto, essas classificações que circunscrevem as pinturas rupestres em ausência de composição de

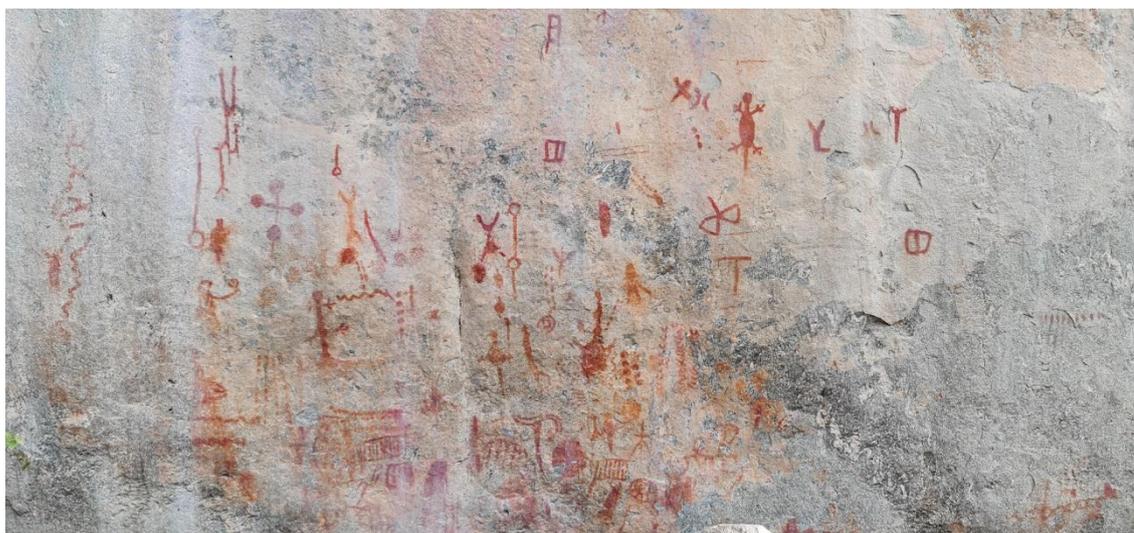
---

<sup>34</sup> Observamos um padrão de escolha pelos Povos Originários da Pré-História que evidenciam locais de sua passagem, como áreas com registros rupestres e funerários, as formações naturais elevadas e que se destacam na paisagem. Essa inferência, pois alguns sítios arqueológicos da região Agreste de Pernambuco correspondendo a esse padrão: Serrote Liso, em Cupira; Serra do Cachorro, Furna do Estrago e Pedra do Letreiro, no Brejo da Madre de Deus; Serra do Pará, em Santa Cruz do Capibaribe; Furna dos Ossos, em Vertentes; Cacimbas 1, em Toritama; Palmatória, em Caruaru.

<sup>35</sup> Em conformidade com pesquisas de arqueologia experimental, a tonalidade branca das pinturas rupestres pode ser obtida através do *caolim* (argila branca) ou feldspato branco (GASPAR, 2003; MARTIN, 2013).

cenas considerando o que é compreensível do nosso universo cognoscível. Provavelmente o que é definido como *grafismos puros* refletia pensamentos, crenças, observações astronômicas e outras representações que ainda não possuímos as chaves de interpretação. Aparentemente, todo o conjunto gráfico se insere na taxonomia da Tradição Agreste (figura 30) e presumivelmente possuem uma cronologia mais recente, pois os animais representados (lagartos) são mais comuns no bioma de Caatinga.

Figura 30 - Pannel rupestre com representações de zoomorfos e figuras não identificáveis. Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE. Imagem com tratamento gráfico.



Fonte: O autor (2021).

Provavelmente a Serra do Pará não foi pintada por apenas um único grupo humano, mas por diversos e sucessivos que estiveram no local. Essa prerrogativa se ancora na existência de inúmeras representações distintas do mesmo animal, como de répteis (maioria lagartos), e tonalidades avermelhadas umas com tons distintos indicando técnicas diferentes no preparo dos pigmentos ou sinais de maior desgaste do suporte rochoso, presumivelmente por serem mais antigas. É preciso ressaltar que na região Agreste de Pernambuco é mais difícil encontrar pelo solo bastões de hematita, a matéria prima principal dos pigmentos vermelhos, fazendo um paralelo e comparando com a região do Parque Nacional Vale do Catimbau, em Buíque, área sedimentar com rochas areníticas, a matéria prima é encontrada por toda parte. Não foi possível ainda estabelecer alguma cronologia para o sítio arqueológico Serra do Pará. Até onde se sabe não foi realizada a escavação arqueológica ou descobertas outras evidências de cultura material para correlacionar com outras culturas conhecidas da região. Contudo, considerando a relativa proximidade com outros sítios arqueológicos mais documentados, como a Furna do Estrago, provavelmente a Serra do Pará tenha uma anterioridade temporal a chegada dos colonizadores europeus.

A partir dos sítios arqueológicos conhecidos da região Agreste de Pernambuco, a Serra do Pará é o sítio arqueológico mais sinalizado por placas informativas (figura 31). Isso ocorre devido à comunidade da Vila do Pará ter criado laços de pertencimento com o monumento natural e sítio arqueológico para receber com muita frequência estudantes de escolas públicas e privadas, além de pessoas interessadas em trilhas ecológicas e esportes radicais. A parceria do Poder Municipal e da Secretaria de Turismo e Lazer do Governo de Pernambuco foi determinante para proteção, conservação e manutenção da área, uma vez que, a Serra do Pará tornou-se Unidade de Conservação na competência da administração municipal com gestor da própria comunidade. Além disso, o Monumento Natural Serra do Pará em seu ponto mais alto alcança os 725 metros recebe muitas visitas de pessoas interessadas em práticas esportivas radicais, como o rapel.

Figura 31 - Placas informativas do Monumento Natural Serra do Pará, Vila do Pará, Santa Cruz do Capibaribe/PE.



Fonte: O autor (2021).

Nas dependências da Universidade Católica de Pernambuco existe o Museu de Arqueologia e Ciências Naturais<sup>36</sup> – MUSARQ, onde estão armazenados a maior parte do material arqueológico retirado do sítio arqueológico Furna do Estrago na década de 1980. É um excelente espaço para ações educativas e pedagógicas no estudo do modo de vida dos grupos humanos que deixaram registros materiais na Pré-História de Pernambuco, embora se limite a região Agreste de Pernambuco, sendo possível ilustrar alguns aspectos cotidianos desses grupos pretéritos, adicionando novas informações para melhor compreensão da Pré-História do Brasil. Apesar da Universidade Católica de Pernambuco estar localizada na capital pernambucana isso não se constitui num obstáculo para estudantes de escolas públicas do interior realizar visitas, uma vez que, mesmo diante dos desafios econômicos e, em muitas situações, com

<sup>36</sup> Inaugurado em 03 de abril de 1987, o Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP – MUSARQ está localizado no Palácio da Soledade, prédio do conhecido e extinto Colégio Nóbrega, uma edificação tombada como Patrimônio Histórico do Recife, onde também iniciou a Universidade Católica de Pernambuco.

indisponibilidade de transporte para deslocamento de estudantes do interior à capital, existe a possibilidade de fazer uma visita virtual<sup>37</sup> pelo Museu.

O Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP possibilita a visita virtual de parte significativa de seu acervo arqueológico e paleontológico. Nesse ambiente virtual é possível ter acesso a um vasto banco de informações acerca de grupos humanos, migrações e teorias de povoamento da América do Sul, fósseis de animais da megafauna, ilustrações e fotografias de etapas de uma escavação arqueológica, textos explicativos e artigos científicos de arqueólogos, reproduções de grafismos rupestres da Região Nordeste do Brasil, ossadas humanas, enxovais fúnebres, instrumentos líticos e muitos artefatos, objetos e peças criadas pelos indivíduos na Furna do Estrago, do povo Xucuru e do povo Kapinawá do Vale do Catimbau. A visita virtual do MUSARQ possibilita uma imersão no tempo histórico dos grupos humanos na Furna do Estrago, visto que, são poucos os recursos disponíveis em nosso país sobre grupos humanos que viveram há 2.000 anos AP.

A Exposição atual *Do Passado ao Presente* expõe, inversamente a História linear e positivista, com muitos aspectos cotidianos de grupos vivendo no período da Pré-História do Brasil através do contato de suas representações materiais e imateriais. Na página da internet<sup>38</sup> do MUSARQ, a relevância de seu acervo para estudo e compreensão da História dos povos ágrafos pré-históricos está assim descrita:

Na nova exposição, "Do passado ao presente", o visitante terá a oportunidade de viajar no tempo, no período dos primeiros homens que habitaram a América do Sul e conhecer o modo de vida de uma comunidade indígena que viveu no Agreste do Estado de Pernambuco há cerca de 2.000 anos do presente, que segundo estudos mais recentes teriam um parentesco próximo a população nordestina atual.

Num cenário onde inexitem documentos e fontes escritas a visita de museus é uma excelente opção para construção de conhecimentos da vida sociocultural de povos distantes temporalmente. Sobretudo, para desmistificar visões de homogeneidade e inferioridade sociocultural acerca dos grupos humanos sensibilizando estudantes para as dificuldades da vida e as construções inteligíveis de instrumentos inerentes a subsistências dos indivíduos. Os museus são espaços “vivos” onde o simples ato de visitá-los (fisicamente ou virtualmente), tocar e interagir com objetos, entrar nesses recintos recria outras dimensões, outros mundos, outros tempos históricos se fazem instantaneamente nas mentes das pessoas. Os museus

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://museu.unicap.br/tourvirtual/> Acesso em 02/01/2023.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://portal.unicap.br/museu/apresentacao> Acesso em 04/01/2023.

continuam sendo relevantes como espaços pedagógicos e ações de Educação Patrimonial. O pesquisador Mário Chagas foi um grande defensor dos museus, pois

Os museus ainda são lugares privilegiados do mistério e da narrativa poética que se constrói com imagens e objetos. O que torna possível essa narrativa, o que fabula esse ar de mistério, é o poder de utilizar coisas como dispositivos de mediação cultural entre mundos e tempos diferentes, significados e funções diversas, indivíduos e grupos sociais distintos. (CHAGAS, 2008, p. 113)

Obviamente, a simples visita ao museu não produz todo um desvelamento de um tempo histórico específico, mas quando problematizado, possibilita a tessitura de imaginações, recriações e pensamentos reflexivos sobre os artefatos analisados. Os artefatos sepultados junto ao corpo do flautista<sup>39</sup> da Furna do Estrago (figura 32), por exemplo, é um excelente material para questões, inferências e atividades pedagógicas para a Educação Básica.

Figura 32 – Crânio do indivíduo chamado flautista e alguns artefatos de seu enxoval funerário. Museu de Arqueologia e Ciência Naturais da UNICAP.



Fonte: <https://www1.unicap.br/assecom1/flautista-de-2-000-anos-tera-o-seu-rosto-revelado-em-abril/> Acesso em 04/01/2023.

Dentre os tantos indivíduos sepultados no mesmo cemitério pré-histórico, apenas um indivíduo portava um instrumento de sopro. A flauta confeccionada a partir de uma tíbia humana tem 33cm e junto com um colar de sementes fazia parte do enxoval funerário em volta do esqueleto. Análises osteológicas determinaram que o *flautista* tinha 45 anos de idade e

<sup>39</sup> Na escavação do sítio arqueológico Furna do Estrago foram retiradas 83 ossadas de pessoas com sinais de rituais fúnebres. Um desses sepultamentos chamou a atenção da equipe, um indivíduo com aproximadamente 45 anos, foi sepultado juntamente com uma flauta feita de osso humano (tíbia), sendo então chamado o flautista.

apresentava uma fratura na bacia que comprometia bastante sua locomoção, suscitando alguns questionamentos: será que a flauta significava um instrumento musical ou de aviso sonoro? A flauta era de seu uso pessoal ou foi colocada apenas como parte do rito funerário? O *flautista* estava sepultado numa camada estratigráfica datada em 1.860 anos AP, e nesse tempo problemas físicos que comprometiam a locomoção dificultavam bastante as migrações e o modo de vida não apenas do indivíduo, mas do próprio grupo.

Enfim, o crânio do *flautista*, em maio de 2018, foi submetido a um estudo multidisciplinar, para elaborar uma reconstituição através de computação gráfica possibilitando uma estimativa forense de como se parecia esse personagem tão importante da Pré-História do Brasil. Estudar a História dos grupos humanos do passado pré-colonial requer análises, interpretações e compreensão da cultura material criada pelos grupos pretéritos, uma vez que, a escrita não era um padrão técnico de grupos caçadores coletores vivendo na região no início do Holoceno. Portanto,

Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade –, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar a existência cotidiana... De qualquer maneira, proporciona-nos um excelente “indicador”. (BRAUDEL, 1952 apud FUNARI, 2010, p. 91)

Compreender a Pré-História do Brasil no Ensino Médio exige-se pôr em contato estudantes, sítios arqueológicos na região Agreste de Pernambuco e espaços museais. Uma vez que, “Cultura espiritual e material revelam-se parte de um mesmo todo, como discursos a serem interpretados pelo historiador. Nunca as fontes arqueológicas foram tão difundidas entre os historiadores e seu êxito só tende a aumentar”. (FUNARI, 2010, p. 94)

Talvez um dos maiores desafios para o historiador é como proceder diante de um tema de pesquisas que não possui fontes escritas ou documentais. Cabendo recorrer as informações através de análise do solo e demais indícios de cultura material. O arqueólogo Pedro Paulo Funari (2010) alerta para romper-se com as ideias positivistas (coisa em si) nas quais os objetos *falam por si*, muito pelo contrário, o historiador deve recorrer às teorias sociais para elaborar métodos de análise cujos resultados possibilitem ler, interpretar e reconstituir o que for possível através das informações materiais.

[...] a evidência não constitui conhecimento histórico disponível e pronto, que pode ser simplesmente engolido e digerido pelo historiador. As fontes tornam-se úteis como fatos históricos apenas quando o historiador as submeter a uma série de conhecimentos contextualizados que ele já possui. (COLLINWOOD apud FUNARI, 2010, p. 94)

Uma prática ou caminho cujo pesquisador e professor do Ensino Médio deve seguir é ler o que já se escreveu sobre a Pré-História do Brasil. A partir dessa primeira fase de análise, a leitura dos achados arqueológicos provavelmente contribuirá para conclusão de novas informações, paradigmas e, talvez, hipóteses sobre os modos de vida, crenças, técnicas e estratégias de sobrevivência, em resumo, novas reflexões e discussões criadas a partir da análise dos vestígios materiais. Entendemos que a região Agreste de Pernambuco tem um excelente acervo a céu aberto e em museus que podem propiciando o pensar e a escrita de novas páginas de História ainda pouco conhecida sobre a Pré-História do Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História dos povos originários no Brasil recebe pouco destaque pelo currículo oficial da Educação Básica. Entendemos que essa omissão, silenciamento e apagamento consiste numa herança colonialista cuja centralidade nos currículos do Ensino Médio ainda é majoritariamente as Histórias do Velho Mundo. A mesma omissão ocorre com os chamados povos ágrafos ou pré-históricos evidenciado por meio desta pesquisa. Sendo inegável que estas práticas deixam marcas, ou melhor, ausências culminando em lacunas na formação de estudantes deste país. No entanto, as pesquisas recentes da Arqueologia e História tem destacado o passado pré-colonial dos primeiros grupos humanos, mesmo assim, as narrativas dos livros didáticos de História para o Ensino Médio continuam com pouca atenção a Pré-História do Brasil. Esses livros para, quem os lê, apontam a existência pretérita de culturas ágrafas apenas em algumas regiões do país, como o Parque da Serra da Capivara, no Piauí, o Povo de Luzia, em Minas Gerais e em alguns sítios arqueológicos da floresta amazônica.

Enfatizando principalmente os sítios arqueológicos considerados mais importantes da Pré-História do Brasil, aparentemente o critério adotado para conferir relevância recai sobre lugares com níveis avançados das pesquisas científicas. Por outro lado, despreza-se ou coloca-se em patamares menores de importância as demais localidades com vestígios de povos pretéritos, subentendendo-se a inexistência de pesquisas arqueológicas.

Ainda é corrente a visão de subalternidade dos povos e culturas ágrafas, uma vez rotulados com termos pejorativos, como primitivos, selvagens e *sem história*. Porém, a própria História realizou o revisionismo e entendeu que povos e culturas ágrafas, os chamados povos pré-históricos fazem parte da História, pois são sujeitos da História.

Nossa pesquisa concentrou-se na região Agreste de Pernambuco, lugar com muitos sítios arqueológicos sendo a maioria deles com pinturas rupestres. Conhecidos, comumente, apenas por pesquisadores(as) estudando essa temática e ao mesmo tempo amplamente desconhecidos pela maioria das pessoas na própria região. Analisamos os livros didáticos para o Ensino Médio destinados aos(as) docentes lecionando na própria região e constatamos pouco espaço e atenção, silenciamento e apagamento da temática Pré-História do Brasil nesses instrumentos didáticos. Como enfatizamos, em muitas unidades educacionais o livro didático é o recurso mais utilizado, muitas vezes, por ser o único acessível a estudantes. Essa carência de

subsídios torna limitante a compreensão sobre a Pré-História do Brasil circunscrevendo-a a poucos lugares no país, como os sítios arqueológicos mencionados anteriormente. Destarte, a invisibilização dos Patrimônios Arqueológicos da região Agreste fora percebida a partir das análises do espaço nos livros didáticos de História para a primeira série do Ensino Médio ocultando, ou melhor, comprovando o desconhecimento desses locais relevantes para estudo da Pré-História do Brasil.

Pesquisando os PNLD's de 2018 e 2021 ficou latente a prioridade da temática Pré-História de outros lugares (como da Europa e África) isso em número de páginas, imagens, sugestões de documentos audiovisuais, suportes para docentes e questões de vestibulares em detrimento da Pré-História local, a brasileira. Com a implementação da BNCC esse tema desaparece drasticamente dos livros didáticos doravante modelados por áreas de conhecimentos. Com esse novo formato, a Pré-História do Brasil teve seu espaço reduzido, noutras obras desapareceu completamente. A proposta da BNCC era unificar um currículo comum e vital para a formação educacional, mas na prática a área das Ciências Humanas foi a mais prejudicada pela redução enorme de seu currículo e a Pré-História do Brasil, como ocorreu em décadas anteriores foi a temática mais prejudicada devido ao seu apagamento.

No decorrer da pesquisa percebemos que possivelmente o problema que a temática decorra da formação de docentes de História, uma vez que, em muitos currículos na graduação, a maioria dos cursos no país não existe uma cadeira dedicada ao estudo da Pré-História do Brasil. Geralmente quem estuda com maior rigor a temática em nosso país é a Arqueologia, mas quem ensina na Educação Básica, são historiadores(as). Obviamente essa limitação gera tanto um ensino inadequado quanto o próprio apagamento dos livros didáticos, pois autores(as) que não tiveram uma formação adequada não constroem boas discussões e, peremptoriamente, não trata sobre o que se incompreende.

A História e a Arqueologia, áreas do conhecimento imprescindíveis para compreensão da existência humana através do tempo, sobretudo um tempo muito distante do presente, precisam dialogar mais para enriquecer com novas informações e conhecimentos acerca dos primeiros povos que habitaram o Brasil. Dissertamos brevemente sobre as primeiras pesquisas arqueológicas no país até a constituição da Arqueologia como componente curricular no Ensino Superior, temática ainda pouco conhecida.

A região Agreste de Pernambuco com centenas de sítios arqueológicos de diferentes contextos, sendo a maioria deles de pinturas rupestres, é muito conhecida pela comunidade

acadêmica que pesquisa a temática, mas ao mesmo tempo, bastante desconhecida por estudantes e profissionais da educação que habitam a região. Vários sítios estão cadastrados no banco de dados do IPHAN (CNSA) e muitos estão sendo identificados e cadastrados. Vários deles foram enfatizados através de nossa pesquisa, talvez a tarefa mais difícil de todas foi escrever algo de um sítio arqueológico “novo”, sem quaisquer textos de referência e por estes não se “encaixar” em nenhuma taxonomia até então conhecida. Outra dificuldade encontrada foi delimitar quais sítios deveriam figurar, pois a quantidade expressiva forçou a essa tomada de decisão, alguns bastante conhecidos, como o Furna do Estrago, em Brejo da Madre de Deus e a Serra do Pará, em Santa Cruz do Capibaribe, outros “novos”, como no município de Toritama.

Sendo a maioria dos sítios de registros rupestres, apresentamos uma discussão teórica atinente aos grafismos, tema crucial para discussões na sala de aula. Embora os povos ágrafos sejam rotulados de *sem escrita*, os registros rupestres se apresentam como representações de mundos desses povos e entender o que se discute acerca disso é necessário. Isso porque nenhum livro didático de História enfatiza, pelo contrário, se abstém. Embora os registros rupestres sejam classificados na seara das tradições, herança da Antropologia e prática comum apenas no Brasil, apresentar outras possibilidades foi uma de nossas propostas. Inclusive, ainda que pareça uma temática mais fácil de compreensão, os registros rupestres é a área mais enigmática em toda a Arqueologia. O que é teorizado consiste numa tentativa lógica de apreensão dessas situações, mas são apenas aproximações sobre as imagens rupestres. Os sítios rupestres da região Agreste Central de Pernambuco apresentam características assimétricas repetindo, assim como, muitas dissonâncias, levando-nos a crer na gigantesca diversidade sociocultural no período da Pré-História do Brasil. Outro detalhe que precisa ser mais bem conhecido pela Educação Básica é o potencial arqueológico da região, muitos sítios funerários e rupestres continuam sendo descobertos gerando expectativas promissoras de pesquisas contínuas no futuro.

Entendemos que esses locais com vestígios de presenças humanas num tempo histórico muito distante devem figurar nos currículos da Educação Básica. Mas como a pesquisa revelou uma omissão preocupante do primeiro capítulo da História do Brasil, a Educação Patrimonial nas aulas de História contribuirão para a divulgação, conhecimento e ações protetivas desses patrimônios arqueológicos. A Educação Patrimonial será fundamental para superar a omissão dos bens socioculturais arqueológicos, mas somando esforços na direção da sensibilização de pessoas da relevância desses locais para entendimento dos modos de vida das primeiras ocupações humanas a habitar a região Agreste Central de Pernambuco. Nestes termos, o

compartilhamento de sítios arqueológicos, acervos de culturas materiais e espaços museais possibilitam visibilidade à Pré-História da região e do Brasil.

Portanto, a região Agreste de Pernambuco é um dos locais cruciais para entendimento da Pré-História do Brasil e existem muitos sítios arqueológicos sem cadastro. Esses lugares de memórias precisam ser tombados e protegidos pelas autoridades, uma vez ocorrerem muitas atividades mineradoras na região. Além disso, alguns sítios arqueológicos têm um difícil acesso e a construção de um ambiente virtual desses espaços será uma ferramenta de grande valia para estudo dos modos de vida dos primeiros povos que habitaram a região.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. A tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **Revista Clio – Série Arqueológica**. n. 3, Recife, UFPE, p. 7–78. 1986.
- ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e Pré-História: investigando os usos desses conceitos nos livros didáticos de história**. (Dissertação de Mestrado em História). Recife: UFRPE, 2019.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente – vol. 1, dos primeiros Humanos ao Renascimento**. São Paulo: Editora Ática, 2016.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- BORGES, Cláudia Cristina do L.; LEITE, Priscilla Gontijo. Ensino de pré-história e antiguidade: relato de uma atividade interdisciplinar. In: ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo Costa (orgs.). **Caminhos da aprendizagem histórica: ensino de Pré-História e Antiguidade**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio, vol. 1**. 4ª edição – São Paulo: Moderna, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia digital PNLD 2021 – Projetos Integradores e Projetos de Vida: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Brasília, DF: Ministério da Educação Básica, 2021.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania, 1º ano**. 2ª edição – São Paulo: FTD, 2016.
- CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Comum Curricular Nacional: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num. 4, vol. 3, jan/jun. 2016.

CHAGAS, Mário. A radiosa aventura dos museus. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa/UFRJ, 2008.

COTRIM, Gilberto. **História Global 1**. 3ª edição – São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

CURI, Luciano Marcos; DÔRES, Ana Carolina Pires das. Ensino de pré-história: singularidades e aspectos fundamentais. In: ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo Costa (orgs.). **Caminhos da aprendizagem histórica: ensino de Pré-História e Antiguidade**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021.

ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

FARIAS FILHO, A.; CISNEIROS, D.; PERAZZO, M. Caracterização das figuras antropomórficas da Tradição Agreste em Pernambuco. **Revista Noctua: Arqueologia e Patrimônio**, v. 2, p. 39-62, 2018.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 3ª edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim/RS: Habilis Editora, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 65, nº 2, p. 23-25, apr./June 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Como se tornar arqueólogo no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 74-85, dezembro/fevereiro 1999-2000.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª edição – São Paulo: Contexto, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Educação Patrimonial no Ensino de História: reconhecer, valorizar e reparar. **Palavras ABEHrtas**, n. 4, out. 2021.

GOSDEN, Chris. **Pré-História – uma breve introdução**. Porto Alegre: LP&M, 2019.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **A Pré-História – uma abordagem ecológica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

HARARI, Yuval Noah. **Implacáveis: como nós conquistamos o mundo**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2022, v. 1.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História sociedade e cidadania, 1º ano**. 2ª edição – São Paulo: Editora FTD, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª edição – Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEROI-GOURHAN, André. Os caminhos da história antes da escrita. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIMA, Jeannette Maria dias de. **A Furna do Estrago no Brejo da Madre de Deus, PE**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

LIMA, Tania Andrade; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. 1898 – 1998: A pré-história brasileira em cem anos de livros didáticos. **Fronteiras: revista de História**, Campo Grande, MS, 3(6): 91-134, jul./dez., 1999.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5ª edição – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NEVES, Eduardo Góes. O velho e o novo na arqueologia amazônica. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 86-111, dezembro/fevereiro 1999-2000.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; ANDRADE, Juliana Alves de; ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. O conceito de Pré-história nos livros didáticos de História no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.47, p. 277 - 302, set./dez. 2020.

PESSIS, Anne-Marie *et al.* Caracterização dos sítios pré-históricos com grafismos rupestres no Estado de Pernambuco, Brasil. **Clio Arqueológica** 2017, V32, N1, p. 165-188.

PESSIS, Anne-Marie. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil. **CLIO, UFPE** - Recife, v. 1, n.8, 1992.

PROUS, André. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a Pré-História de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 10-31, dezembro/fevereiro 1999-2000.

SCIFONE, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª edição – São Paulo: Editora Contexto, 2009.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

**APÊNDICE A – ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS A PARTIR DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO.**

**SUMÁRIO**

Carta para docentes.....	115
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>117</b>
<b>2 A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL .....</b>	<b>120</b>
2.1 Quem eram os primeiros seres humanos a habitar o território brasileiro? .....	121
2.2 Os registros rupestres .....	123
<b>3 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO AGRESTE DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>127</b>
3.1 Como identificar sítios arqueológicos na minha região? .....	128
3.2 Cadastrando um sítio arqueológico.....	130
3.3 O que devo fazer e não fazer diante de um sítio arqueológico .....	132
<b>4 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO, ALGUMAS PROPOSIÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>138</b>
4.1 Os sítios rupestres em Toritama.....	139
4.2 O(s) grupo(s) humanos na Furna do Estrago.....	142
4.3 Tour virtual pelo Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP.....	145
Palavras finais .....	150
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>

## Carta para docentes

Mestres e mestras lecionando na Educação Básica, sei o quanto é desafiador lecionar a temática Pré-História do Brasil no Ensino Médio, sobretudo quando a fonte usual de pesquisa é o livro didático de História. Comumente, os livros didáticos de História apresentam uma Pré-História distante da nossa, a brasileira. A maior parte das fontes de pesquisa se resumem a sítios arqueológicos de fora do Brasil e quando estes se inserem no território brasileiro são sempre os mesmos, gerando a impressão de sua escassez.

Os povos habitando na África, Oriente Médio e Europa apresentavam padrões culturais bastante distintos dos povos pré-coloniais na América. Porém, por que se estuda mais os nossos ancestrais e as mudanças física, biológica e sociocultural em detrimento dos primeiros habitantes no Brasil? Existe alternativa para os locais mais conhecidos da Pré-História brasileira, como a Serra da Capivara? Mesmo a Região Nordeste do Brasil figurando entre os locais com maiores concentrações de sítios arqueológicos com registros rupestres do mundo, mas o que essas marcas nas pedras significam? Como a Arqueologia e a História interpretam esses vestígios do passado?

Apresentaremos adiante algumas fontes históricas, sobretudo oriundas da cultura material deixadas por grupos humanos antepassados, como vestígios e que contribuam no entendimento dos patrimônios arqueológicos na região Agreste Central de Pernambuco. Região peculiar para estudo da Pré-História do Brasil por abrigar lugares apropriados outrora como espaços de sepultamentos e passagem dos povos pré-históricos num tempo histórico distante do presente. Discutir esses sítios arqueológicos no currículo do Ensino Médio e a diversidade sociocultural através dos vestígios nesses espaços possibilita uma excelente opção para estudo das crenças, ritos, alimentação, instrumentos para caça, modos de vida e suas diversas estratégias de sobrevivência para conhecer povos que habitaram em tempos antepassados na região.

Portanto, conhecer as discussões mais recentes da Arqueologia e História sobre os povos que viveram no período da Pré-História contribui com o debate sobre os chamados povos pré-históricos. O que significa povos *caçadores coletores*? O que são as pinturas rupestres? O que significa sepultamentos primários e secundários? Essas e outras temáticas serão enfatizadas

nesse espaço e ao final sugerimos algumas atividades destinadas para as turmas no 1º ano do Ensino Médio.

## 1 INTRODUÇÃO

Na Educação Básica o ensino de Pré-História comumente aborda o aparecimento dos primeiros ancestrais humanos no Continente africano e sua diáspora para outras partes do planeta em busca por alimento e locais seguros para a sua sobrevivência. A Pré-História do Brasil, por outro lado, contempla de modo sucinto e reduzido, as teorias sobre o povoamento do Continente americano e um conjunto de sítios arqueológicos mais conhecidos pela população brasileira: os sambaquis na região costeira, as culturas Marajoara e Tapajônica da Amazônia, o Povo de Luzia e seus sepultamentos peculiares e o mais notório de todos, o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Professores(as) e estudantes se limitam no Ensino Médio a esses repertórios parcialmente documentados em alguns livros didáticos de História.

Percebe-se uma falta de diálogo entre as duas ciências mais interessadas no estudo e compreensão dos vestígios de nossos ancestrais: Arqueologia e História. A Arqueologia continua empregando o termo Pré-História em suas pesquisas enquanto a História emprega outras definições por entender não haver uma ruptura entre os povos ágrafos e povos com uso da escrita. Essa lacuna curricular provoca a invisibilização da existência de sítios arqueológicos fora dos consagrados locais de pesquisa. Isto é, a ausência de uma melhor compreensão sobre o passado pré-colonial, anterior à chegada dos europeus, tem levado essa parte da História para o esquecimento, apagamento e silenciamento de outras localidades com a mesma importância social. Quando a Pré-História do Brasil é citada em alguns livros didáticos apresenta resultados de pesquisas defasados e uma explicação genérica sobre os povos que habitaram o território brasileiro antes da chegada dos colonizadores europeus ao nosso país.

A Região Nordeste do Brasil reúne o maior número de sítios arqueológicos documentados e cadastrados pelo IPHAN no país. O material arqueológico retirado de vários sítios estão abrigados em diversas instituições de pesquisa: museus, universidades públicas e instituições de guarda. Esses materiais e os resultados das pesquisas deveriam chegar mais cedo nas escolas da Educação Básica integrando o currículo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O ensino de História pode e tem condições de fazer essa ponte através da interdisciplinaridade com outros componentes curriculares, como Geografia, Filosofia, Sociologia, Física, Química, Biologia e demais áreas de conhecimentos mediados pela Educação Patrimonial.

No estado de Pernambuco existem centenas de sítios arqueológicos, segundo o IPHAN são mais de setecentos sítios cadastrados. Sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos<sup>40</sup> com várias características e vestígios específicos: funerários (com sepultamentos humanos e enxoval fúnebre), cerâmicos, artefatos líticos e em sua maioria, com registros rupestres (pinturas e gravuras). Muito embora o número de sítios arqueológicos seja expressivo em Pernambuco, a maioria das pessoas do estado conhecem parcialmente ou mais de outras áreas arqueológicas pelos diversos meios de comunicação: TV, estações de rádio, internet, redes sociais e, principalmente, pelo Youtube.

A área arqueológica mais conhecida e visitada em Pernambuco é o Parque Nacional Vale do Catimbau. Área com 65 mil hectares entre os municípios de Buíque, Tupanatinga, Inajá e Ibimirim. O Vale do Catimbau recebe visita de muitas pessoas, turistas brasileiros e estrangeiros, assim como muitas caravanas com estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior. O Vale do Catimbau não figura em nenhum livro didático de História analisado por nossa pesquisa como *locus* de vestígios humanos do período pré-colonial, apesar de sua notoriedade para arqueólogos(as), historiadores(as), geógrafos(as) e outras áreas de conhecimento.

Na região Agreste Central de Pernambuco é coberta por muitos afloramentos rochosos e essa geologia foi fundamental para abrigar grupos humanos no passado pré-colonial. O sítio arqueológico Furna do Estrago (figura 1), localizado no município de Brejo da Madre de Deus,

Figura 1 - Sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

é o sítio mais documentado de todo o estado. Este sítio não é único e nem isolado, pois por toda região Agreste Central de Pernambuco existe sítios arqueológicos, a maioria com presença de registros rupestres. Serra do Pará, Serra do Medo, Sítio Cacimbas, Cacimbas 2, Pedra dos Astros entre outros são lugares

excelentes para realização de pesquisas, aulas de campo e complemento de estudos de diversos componentes curriculares sobre o passado pré-colonial do Brasil. Se antes a única alternativa para se vislumbrar um local habitado há bastante tempo por seres humanos era o Vale do

<sup>40</sup> Compreende-se por sítios arqueológicos pré-coloniais os vestígios de cultura material de grupos humanos no Brasil anteriores à chegada dos colonizadores europeus. Consequentemente, os sítios arqueológicos históricos fazem parte dos acervos materiais posteriores.

Catimbau, na região Agreste Central de Pernambuco existem numerosos sítios arqueológicos potenciais para se estudar estratégias e modos de vida, contemplar e imaginar os sentidos e manifestações expressivas dos registros rupestres, o contexto ambiental, faunístico e o porquê da escolhas desses lugares como moradias, acampamentos e lugares escolhidos para registro de memórias de grupos humanos antepassados.

Nossa proposta consiste na divulgação do Patrimônio Arqueológico da região Agreste Central de Pernambuco como possibilidades e subsídios para professores(as) e estudantes do Ensino Médio além de proporcionar discussões em torno de uma temática bastante ausente do currículo da Educação Básica. Visibilizar, revelar suas localizações dos sítios e os potenciais pedagógicos a partir da Educação Patrimonial são meios fundamentais para compreensão de um “capítulo” tão importante da História da Humanidade, as primeiras ocupações no interior do Brasil. Revelar sítios arqueológicos em uma região interiorana do Brasil e mais informações, conteúdos para o ensino, mais uma possibilidade de subsídios para contribuir com o debate sobre as origens do povoamento do Continente americano.

## 2 A PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL

A área de atuação da História é bastante ampla, com várias possibilidades de pesquisas. A Pré-História, por exemplo, precisa ser delimitada geograficamente e temporalmente, em outras palavras, de qual pré-história estamos falando? Quando falamos de Pré-História, geralmente essa definição remete a “Pré-História Geral”, a história de nossos ancestrais, a evolução humana, o povoamento dos continentes do planeta Terra. Cronologicamente, o tempo compreendido se inicia em 7 milhões de anos e se encerra com a invenção da escrita por volta de 4.000 a.C. Nesses termos, essa divisão floresce “no século XIX que surgiu o conceito de História como uma ciência voltada para o estudo do passado a partir dos documentos escritos. Definindo que a História se faz com documentos escritos, convencionou-se que a invenção da escrita seria o início da História”. (FUNARI, NOELLI, 2002, p. 12)

Um ponto importante para ser destacado é o emprego do termo Pré-História. Na Europa se refere ao período desde as origens dos primeiros ancestrais humanos até a invenção da escrita. Na América se refere ao período anterior à invasão dos europeus. Portanto, a palavra Pré-História embora soando como algo universal, não pode ser usada da mesma forma em todos os lugares. A Pré-História do Brasil tem como recorte geográfico os vestígios dos primeiros humanos no território nacional e a cronologia não é consensual, vai desde as datações da Serra da Capivara cujo achados ultrapassam 50 mil anos até a invasão dos europeus em 1500.

Portanto, a temática Pré-História do Brasil tratará dos primeiros seres humanos no território brasileiro. Assim, “no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais” (BARRETO, 2000, p. 33).

Tentando responder a algumas questões pertinentes: Quem eram, como e quando chegaram ao Brasil? quais as tecnologias foram criadas para sobreviver nos diversos ambientes? Como eram povos ágrafos (sem escrita), essas respostas só podem ser obtidas através das análises dos inúmeros vestígios de cultura material e marcos deixados por nossos ancestrais onde passaram.

## 2.1 Quem eram os primeiros seres humanos a habitar o território brasileiro?

Eram *Homo Sapiens*. Embora pareça uma questão óbvia, algumas pessoas têm dúvidas sobre qual ancestral humano foi o primeiro a entrar no território brasileiro. No continente africano, europeu e asiático os *Sapiens* coexistiram com muitos outros homínídeos, como *Erectus*, *Heidelbergensis*, *Neandertais*, *Denisovanos* e *Homo Floresiensis*. Porém, em toda extensão do continente americano, até a presente pesquisa, jamais foi encontrado qualquer ancestral humano que não fosse *Sapiens*. Essas evidências reforçam o argumento, a explicação de que a América foi o último continente a ser povoado.

A questão do tipo humano que penetrou inicialmente no continente americano e posteriormente no Brasil está – aparentemente – resolvida. No entanto, o que divide especialistas no assunto é a cronologia dessa travessia e por qual via de acesso chegaram os primeiros seres humanos. A teoria de povoamento do continente americano via Estreito de Bering ainda é a mais aceita por parte da comunidade acadêmica. Segundo essa teoria, os seres humanos há 20.000 anos atravessaram uma “ponte” – faixa de terra – que soergueu com o Era glacial, período no qual os níveis dos oceanos recuaram em mais de cem metros, surgindo uma região seca, a Beríngia (figura 2), ponte cuja extensão ligava o Nordeste da Sibéria e o Noroeste do Alasca, possibilitando a travessia terrestre de animais e seres humanos para a América.

Figura 2 - Ilustração da Beríngia, faixa territorial que possibilitou a ligação terrestre entre os continentes asiático e americano há 20.000 mil anos.



Fonte: <https://super.abril.com.br/ciencia/beringia-o-verdadeiro-continente-perdido/> Acesso em 20/01/2023.

Por outro lado, alguns sítios arqueológicos na América do Sul possibilitam novas teorias, como os achados da Serra da Capivara estimados em 50.000 anos, o sítio arqueológico Santa Elina, no estado do Mato Grosso, com uma cronologia de 20.000 anos e Monte Verde, no Chile, escavado por Tom Dillehay onde o mesmo obteve uma datação de 33.000 anos. Especialistas sugerem que os primeiros seres humanos passaram pela Beríngia num tempo mais recuado, outros(as) pesquisadores(as) afirmam que foram vários grupos humanos ou existiram outras rotas migratórias, inclusive marítimas.

Outra questão emanada sobre as primeiras pessoas que entraram inicialmente no território brasileiro é como nomeá-las? Não há consenso entre estudiosos(as) nem tampouco em autores(as) dos livros didáticos de História. *Povos ágrafos, grupos pré-históricos, paleoamericanos* etc. são os termos mais adotados. Todavia, arqueólogos(as) historicizaram e situaram o uso do termo paleoíndio como um indicador de grupos humanos que vivendo entre 12 e 5 mil AP, final do Pleistoceno e início do Holoceno<sup>41</sup> (FUNARI, NOELLI, 2002; PROUS, 2006). Mas, como todo conceito há uma história sobre o mesmo. Encontrar um termo, palavra e conceito para classificar, nomear povos em tempos remotos no Brasil não é uma tarefa fácil. Outra característica do termo é a associação dos paleoíndios aos povos com morfologia mongoloide<sup>42</sup>.

A seguir apresentamos algumas referências importantes para melhor compreensão sobre o período da Pré-História brasileira.

### Sugestões de vídeos:



Série documental sobre a Pré-história do Brasil com 6 episódios:

- 1 - Amazônia 10 milhões
- 2 - Caçadores coletores
- 3 - Arte
- 4 - Engenheiros
- 5 - Sambaquis
- 6 - O Verão de 1500.

<sup>41</sup> Pleistoceno é um dos períodos geológicos cujo final está situado entre 15 e 11 mil anos atrás, quando se inicia o Holoceno, que é o período atual (GASPAR, 2003, p. 41).

<sup>42</sup> Próprio ou característico da etnia mongol, das pessoas que nasceram na Mongólia, país que faz fronteira ao Norte com a Rússia, e com a China ao Sul (DICIO, dicionário digital). Termo utilizado na Arqueologia e História para se referir as feições físicas de pessoas do Continente asiático.

**Sugestões de leituras:**

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

**Sugestões para ouvir:**

a) Os diálogos entre a História e a Arqueologia. Prof. Dr. Pedro Paulo Funari.

b) Quão antigo é o povoamento da América – Pré-clovis[zinho] ou pré-clovis[zão]? Prof. Dr. André Strauss.

**2.2 Os registros rupestres**

Ao longo da história, muitas formas distintas de perceber os registros rupestres foram elaboradas. Inicialmente acreditava-se que as pinturas rupestres eram uma representação de arte ou "arte pela arte". Com a descoberta de painéis em locais de difícil acesso foram surgindo novas teorias, como a magia pela caça e fertilidade. Posteriormente totemismo e decoração dos suportes rochosos como algo isolado são outras formas de perceber as representações pictográficas Pré-Históricas. No mais, qual o sentido das representações verdadeiramente é uma das tarefas mais difíceis para a Arqueologia e demais Ciências Sociais.

Arte rupestre consiste em manifestações gráficas realizadas em abrigos, grutas, paredões, blocos e lajes feitas através da técnica de pintura e gravura. As gravuras podem ser elaboradas através de picoteamento ou incisão; já as pinturas foram realizadas por meio de diversas técnicas: algumas, com a fricção de um bloco de pigmento seco e duro na pedra; outras, com o uso de um pincel feito de galhos de árvore; em outros casos, a pintura foi feita com o próprio dedo ou o pigmento foi transformado em pó e soprado na rocha. (GASPAR, 2003, p. 15)

Os registros rupestres foram feitos a partir de várias possibilidades, ludicidade, identidade étnica, registro do cotidiano, imaginário religioso, delimitação territorial, enfim, são múltiplas as finalidades. Outro detalhe importante é que nem todos os povos registravam em paredes, mas em árvores, no chão e outros suportes, sendo apagados naturalmente. Destarte, os registros rupestres não existem em todo o território brasileiro, pois há regiões com ausência de afloramentos rochosos e quando estes existem em abundância não necessariamente existem grafismos, mas outras evidências de grupos humanos antepassados.

O arqueólogo Valentin Calderón foi quem inicialmente estabeleceu o conceito de “Tradição” para ordenar os registros rupestres na região Nordeste do Brasil. (AGUIAR, 1986; FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018) O conceito de tradição já era bastante utilizado nos estudos etnográficos e na classificação das indústrias líticas e cerâmicas. E Valentin Calderón entendia o conceito Tradição como “O conjunto de características que se refletem em diferentes sítios associados de maneira similar, atribuindo cada uma delas ao complexo cultural de grupos étnicos diferentes, que as transmitiam e difundiam, gradualmente modificadas, através do tempo e do espaço”. (AGUIAR, 1986, p. 11) O que se procura estabelecendo tradições é a integração de obras gráficas pertencentes a um mesmo grupo cultural, independentemente de unidade cronológica, e identificar as características dos registros próprias do meio cultural ao qual os autores pertenciam (PESSIS, 1992 *apud* FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 41).

A sistematização das pesquisas atinentes aos registros rupestres na Região Nordeste

Figura 3 - Pedra da Concha, registros rupestres da Tradição Nordeste, Vale do Catimbau, Buíque/PE. Foto do autor.



Fonte: O autor (2008).

culminou na classificação e ordenação dos grafismos em quatro tradições: Tradição Nordeste (figura 3), Tradição Agreste (figura 4), Tradição Geométrica e Tradição Itacoatiara. No Nordeste do Brasil há quatro grandes áreas com concentração de pinturas e gravuras rupestres: a Serra da Capivara (PI), Seridó (RN, PB), Central e Lençóis (BA) e a região Agreste e o Sertão

pernambucano. Portanto, a região Agreste de Pernambuco está entre as áreas arqueológicas com registros rupestres mais importantes não apenas da região Nordeste, mas do Brasil.

Figura 4 - Antropomorfos estáticos e com grandes dimensões, Tradição Agreste. Imagem com tratamento gráfico. Serra do Caboclo, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

## **BOX – AS TRADIÇÕES RUPESTRES DO BRASIL**

### **Tradição Nordeste**

A Tradição Nordeste é facilmente identificável pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, indicadores, seguramente, de diversas hierarquias e diferentes tribos. As figuras humanas são de pequeno tamanho, entre 5 e 15 cm, sempre em movimento, às vezes possuídas de grande agitação, com o rosto de perfil e como se gritassem. A luta, a caça, a dança e o sexo são habilmente representados com grande riqueza de interpretações, utilizando-se uma técnica de traço leve e seguro (Martin, 2013: 246 *apud* FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 42).

### **Tradição Agreste**

Martin (2013) junto com Aguiar identificou e estabeleceu alguns parâmetros caracterizadores para os estudos dos registros rupestres da Tradição Agreste em Pernambuco. Segundo Martin (2013), a Tradição Agreste pode ser individualizada pela coexistência de figuras reconhecíveis e de grafismos puros em um mesmo sítio, pela presença de grafismos de grandes tamanhos e de caráter estático. As figuras com características antropomórficas seriam representadas com aspecto “grotesco”, enquanto as figuras com características zoomórficas seriam representadas com poucos detalhes qualificativos, que dificultaria ou impossibilitaria a definição das espécies a que pertenceriam. Já os grafismos puros seriam simples e elaborados. (FARIAS FILHO, CISNEIROS, PERAZZO, 2018, p. 47).

### **Tradição Itacoatiara**

Finalmente, uma "Grande Tradição Itaquiara" representaria, sistematicamente, as gravuras rupestres do Nordeste do Brasil. Nessa tradição, típica da região nordestina, predominam grafismos puros, porém deve se registrar a presença de antropomorfos, alguns muito elaborados, inclusive com atributos, como os encontrados na beira do São Francisco, em Petrolândia, PE. Há marcas de pés, lagartos e pássaros em grandes paredões, sempre próximos d'água, e também desenhos muito complexos, que, na imensa solidão dos sertões têm-se prestado, muitas vezes, às mais fantásticas interpretações. (MARTIN, 2013, p. 284)

Na região Agreste Central de Pernambuco existe um número vasto de sítios arqueológicos com registros rupestres. Como a arqueologia brasileira caracteriza esses espaços de memórias em tradições, o box abaixo reúne informações fundamentais sobre as três tradições de grafismos rupestres encontradas nessa região. Estudar os registros rupestres na região Agreste de Pernambuco não é uma tarefa nada fácil, exige-se muita dedicação e rigor científico. Por outro lado, esses registros podem ser estudados a partir da Educação Básica como um meio didático para informações a partir da visitação coordenada aos sítios arqueológicos rupestres e espaços museais para análise de artefatos, objetos e manifestações socioculturais. A pré-história do Brasil é um tema que merece ser bastante refletido, pensado e colocado em dúvida, em parceria com outras áreas de conhecimento. O estudo da pré-história não deve se constituir numa aventura pedagógica, uma caça ao tesouro, mas o prêmio é encontrar as respostas para a vida humana nesse período.

#### Sugestões de filmes:

**O Ateliê de Luzia, arte rupestre no Brasil.** Dirigido por Marcos Jorge. Brasil, Zencrane Filmes, 2003.

**Os Croods.** Dirigido por Chris Sanders, Kirk De Micco. EUA, DreamWorks, 2013.



#### Sugestões de leituras:

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

JORGE, Marco (et. alli). **Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira.** Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História.** Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM, 2003.

PROUS, André. **Arte pré-histórica do Brasil.** Belo Horizonte: C / Arte, 2007.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos.** São Paulo: Editora Globo, 2008.

### 3 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO AGRESTE DE PERNAMBUCO

A ideia de patrimônio, como demonstrou o arqueólogo Pedro Paulo Funari, na etimologia *moneo*, significa "levar a pensar" como uma referência à lembrança. Talvez a definição mais conhecida da palavra seja *herança*, legado ou algo deixado por *nostros ancestrais*. Patrimônio remete a uma lembrança em comum de um povo, comunidade, grupo, país etc., algo que seja importante e significativo para as memórias individuais e coletivas.

Os monumentos históricos e arqueológicos são importantes para a afirmação das memórias e identidades socioculturais. A ausência de memórias promove o esquecimento e a crise sobre as origens e das identidades dos povos pretéritos. Historicamente, o currículo na Educação Básica enfatiza muito as narrativas vinculadas aos valores da elite econômica do país, tentando destituir a maioria da população de suas memórias e identidades. A forma como as políticas públicas têm sido conduzidas no país, geralmente, apresenta os patrimônios socioculturais distantes da maioria da população brasileira, como se fosse um país estrangeiro. Os grupos sociais não se identificam ou não se sentem representados nos patrimônios socioculturais definidos por órgãos de governo.

Falta zelo, cuidado, manutenção e estratégias de ampliação turística e educativa, como consequência, difundindo para a sociedade memórias do colonialismo, das estruturas físicas da elite por meio de suas casas, igrejas, casas de detenção e edifícios em detrimento de uma parcela social esmagada pela estrutura colonialista, as favelas como senzalas e os bairros operários. Tudo isso reflete o divórcio entre as políticas públicas e a sociedade civil, essa última na maioria das vezes, alheia às memórias de sua própria identidade em nome do emprego de um patrimônio forjado conforme os anseios da elite política e econômica do país.

A Arqueologia é um conhecimento sério e não pode ser confundida com uma mera *caça ao tesouro*. Sendo preciso desnaturalizar e realizar a desmistificação da visão do(a) arqueólogo(a) como alguém buscando apenas tesouros, como no filme de *Indiana Jones*, mas que realiza pesquisas e apresenta para o mundo contemporâneo faces de *mundos* desconhecidos. Foi creditada a Arqueologia como uma ciência meramente informativa e auxiliar da História, Antropologia e Sociologia por produzir *atos arqueológicos*. Portanto, a Arqueologia não se limita a informar as outras Ciências Humanas, mas emitir sua própria interpretação a partir dos vestígios de cultura material produzindo sua própria documentação que será compartilhada com

outras áreas de conhecimento. Nesse panorama, a Arqueologia deixa de ser uma ciência auxiliar para se apresentar como autônoma. Além disso, examinando com detalhes minuciosos os fragmentos de expressões socioculturais, estabelecendo cronologias, as relações com o ambiente e toda uma possibilidade de explicações advindas das materialidades e imaterialidades vividas pelos seres humanos.

O patrimônio arqueológico brasileiro seria os vestígios materiais e imateriais recolhidos a partir da Arqueologia. Como o patrimônio é algo relacionado às lembranças e legado sociocultural de um povo para as gerações posteriores, conhecer esse legado recorrendo às memórias materializadas ou não é uma grande contribuição para apresentar aspectos socioculturais esquecidos, silenciados e invisibilizados pelas políticas públicas atuais. A Lei nº 3.924, de 16 de julho de 1961 estabelece medidas de proteção e salvaguarda do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, assim como a Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 216 dispõe sobre o que compõe o Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Independentemente de existir leis protetivas e de definição do que se entende por patrimônio arqueológico, é necessário ampliar a visibilização dos acervos arqueológicos na Educação Básica, sob a forma de currículo e no ensino. Estudar o patrimônio arqueológico brasileiro na Educação Básica possibilita ampliar a compreensão sobre as memórias individuais e coletivas de grupos sociais rechaçados pelo ensino de uma História ancorada no eurocentrismo. As memórias dos povos originários e afrodescendentes também são (re)conhecidas com a aproximação do componente curricular História com as pesquisas realizadas pela Arqueologia.

Figura 5 - Registros rupestres (antropomorfo), sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

### 3.1 Como identificar sítios arqueológicos na minha região?

Uma dúvida muito comum entre a maioria das pessoas é como proceder para saber se na sua região existem sítios arqueológicos. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão do Governo Federal responsável pelo armazenamento do banco de dados dos sítios arqueológicos de todo território brasileiro. O CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos aloca todos os sítios arqueológicos pré-históricos e históricos cadastrados por arqueólogos(as) desde 1998.

Atualmente o acesso às informações é mais célere, basta apenas ter um dispositivo conectado à internet. Neste caso, docentes e estudantes precisam apenas acessar o link ou QR Code disponibilizado abaixo:



<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>

Ao acessar o link será exibida a tela inicial (figura 6) do Portal de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

Figura 6 - Site do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

The screenshot shows the website interface for the Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) / SGPA. The page title is "Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA". Below the title, there is a brief description of the system and instructions for users. A search form is visible with the following fields and options:

- Município:** Text input field.
- Estado\*:** Dropdown menu.
- Nome do sítio:** Text input field.
- Responsável:** Text input field.
- Histórico:** Radio button.
- Pré-Colonial:** Radio button.
- De Contato:** Radio button.
- Buttons:** "ok" and "limpar" buttons.

At the bottom of the page, there are statistics: "Quantidade de acessos a partir do dia 26/11/2009 : 301286" and "Quantidade de consultas efetuadas a partir do dia 26/11/2009 : 2370898".

Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) Acesso em 16/01/2023.

Na página inicial há várias opções de preenchimento, como informação de localização: *Município*, *Estado*, *Nome do sítio*, *Responsável* e informações cronológicas, se o sítio é: *Histórico*, *Pré-Colonial* ou de *De Contato*. Somente é necessário preencher os dois primeiros

campos: *Município* e *Estado* e clicar em ok. Caso exista algum dado cadastrado no município pesquisado será listado a quantidade de sítios (figura 7) conforme exemplo abaixo:

Figura 7 – Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA.

**Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA**

Preencha obrigatoriamente o estado:

Município:  Histórico:

Estado\*:  Pré-Colonial:

Nome do sítio:  De Contato:

Responsável:

A consulta retornou 11 registro(s) de 27582 cadastrados.

CNSA	Nome	Município	UF
PE00013	PE 21 - Ca	Caruaru	PE
PE00014	PE 24 - Ca	Caruaru	PE
PE00015	PE 25 - Ca	Caruaru	PE
PE00019	PE 23 Ca	Caruaru	PE
PE00136	Sítio PE 21 Ca (Atualização CNSA PE00013)	Caruaru	PE
PE00137	PE 22-Ca	Caruaru	PE
PE00199	Pedra da Caveira	Caruaru	PE
PE00200	Pedra da Figura	Caruaru	PE
PE00222	Cachorro I	Caruaru	PE
PE00822	Pedra da Caveira	Caruaru	PE
PE00823	Pedra da Figura	Caruaru	PE

Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) Acesso em 16/01/2023.

Cada sítio arqueológico recebe a sigla correspondente de seu Estado acompanhado de uma ordem de numeração definida pelo IPHAN, significando o número de cadastro. Geralmente o nome do sítio arqueológico é definido pela pessoa responsável pelo preenchimento da ficha de cadastro e usualmente coloca-se o nome da localidade. Após a sigla do Estado (seta em destaque) está a ficha com todas as informações do sítio arqueológico. Para acessar a todos os dados referentes ao sítio arqueológico basta clicar na ficha de cadastro.

### 3.2 Cadastrando um sítio arqueológico

Atualmente em nosso país existem 33.736 sítios arqueológicos<sup>43</sup> cadastrados na base de dados do IPHAN. Por outro lado, ainda existem muitos sítios desconhecidos e não identificados de diversas naturezas: cerâmicos, líticos, a céu aberto, funerários e de registros rupestres, apenas para citar algumas especificidades. Comumente, arqueólogos(as) são as pessoas mais indicadas

<sup>43</sup> Informações de 22/12/2022, conforme o IPHAN. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos> Acesso em 16/01/2023.

para fazer o cadastro de um sítio arqueológico. No entanto, na ausência destes(as) profissionais na região, qualquer pessoa pode preencher a *Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos*. O próprio IPHAN orienta dessa forma:

O Cadastro de sítios arqueológicos ocorre a partir do envio da Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos por arqueólogos(as) devidamente autorizados ou por demais cidadãos que, a partir da descoberta de bens arqueológicos, devem comunicar sua descrição e localização, por qualquer via, à superintendência do Iphan do estado de origem do achado<sup>44</sup>.

Após a identificação do sítio arqueológico é muito importante a realização do processo de preenchimento da sua Ficha de Registro, iniciativa que assegura a existência do referido bem sociocultural e que seja doravante protegido pelos poderes públicos. As informações necessárias para preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico foram definidas pela Portaria do IPHAN nº 241, de 19 de novembro de 1998. Abaixo (tabela 1) apresentamos as informações exigidas pelo IPHAN. Aparentemente são muitas informações e algumas até parecem confusas na primeira atividade de cadastramento, mas para facilitar, estamos apresentando o link e QR Code do *Manual Para Preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico* com cada informação crucial e necessária a ser inserida na ficha. Outro detalhe importante, a ficha está hospedada no programa Microsoft Office ACCESS e só funciona em computadores ou notebooks. O programa também está sendo disponibilizado por link e QR Code.

Tabela 1- Informações solicitadas para Preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico conforme o IPHAN.

<b>Manual para Preenchimento da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico</b>			
<b>01</b>	Nome do sítio	<b>34</b>	Propriedade da terra
<b>02</b>	Número do Sítio no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) – reservado ao IPHAN	<b>35</b>	Proteção legal
<b>03</b>	Outras designações/siglas	<b>36</b>	Categoria
<b>04</b>	Município	<b>37</b>	Exposição
<b>05</b>	UF	<b>38</b>	Contexto de deposição
<b>06</b>	Localidade	<b>39</b>	Tipo
<b>07</b>	Outras designações da localidade	<b>40</b>	Forma
<b>08</b>	Descrição sumária	<b>41</b>	Tipo de solo
<b>09</b>	Sítios relacionados	<b>42</b>	Estratigrafia

<sup>44</sup> IPHAN, **Cadastro de sítios arqueológicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos> Acesso em 16/01/2023.

<b>10</b>	Proprietário do terreno/Nome	<b>43</b>	Artefatos
<b>11</b>	Endereço	<b>44</b>	Estruturas
<b>12</b>	Ocupante	<b>45</b>	Outros vestígios líticos
<b>13</b>	Acesso ao sítio	<b>46</b>	Material histórico
<b>14</b>	Comprimento	<b>47</b>	Outros vestígios orgânicos
<b>15</b>	Largura	<b>48</b>	Outros vestígios inorgânicos
<b>16</b>	Altura máxima	<b>49</b>	Acervo
<b>17</b>	Área	<b>50</b>	Arte rupestre
<b>18</b>	Medição	<b>51</b>	Filiação cultural
<b>19</b>	Nome e sigla do documento cartográfico	<b>52</b>	Datações absolutas
<b>20</b>	Órgão editor	<b>53</b>	Datações relativas
<b>21</b>	Ano de edição	<b>54</b>	Grau de integridade
<b>22</b>	Escala	<b>55</b>	Fatores de destruição
<b>23</b>	Delimitação da área/Coordenadas UTM	<b>56</b>	Possibilidades de destruição
<b>24</b>	Unidade geomorfológica	<b>57</b>	Medidas de preservação
<b>25</b>	Compartimento topográfico	<b>58</b>	Relevância do sítio
<b>26</b>	Altitude	<b>59</b>	Atividades
<b>27</b>	Água mais próxima	<b>60</b>	Responsável pelo registro do sítio
<b>28</b>	Distância	<b>61</b>	Nome do projeto
<b>29</b>	Rio	<b>62</b>	Instituição
<b>30</b>	Bacia	<b>63</b>	Documentação produzida
<b>31</b>	Outras referências de localização	<b>64</b>	Bibliografia
<b>32</b>	Vegetação atual	<b>65</b>	Observações gerais sobre o sítio
<b>33</b>	Uso atual da área do sítio	<b>66</b>	Atualização

Fonte: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos> Acesso em 16/01/2023.



<https://me-l.co/d95b4>



<https://me-l.co/aab5e>

Antes de preencher a Ficha de Cadastro, as informações precisam ser obtidas a partir de uma pesquisa de campo no sítio arqueológico e, para isso, sendo necessário organização, planejamento prévio e definição de equipe para coleta de informações. Por exemplo, uma pessoa faz o registro fotográfico, outra a medição da área e geoposicionamento do sítio arqueológico, alguém preenche o rascunho da *Ficha de Cadastro de Sítios Arqueológicos* e assim por diante. Alguns equipamentos, instrumentos e dispositivos eletrônicos são imprescindíveis para captação dessas informações e dados técnicos:

- a) Câmera fotográfica DSLR (figura 8) ou Smartphone com boa qualidade de imagem;
- b) Escala (figura 9);
- c) Aparelho de GPS (figura 10) ou aplicativo semelhante de Smartphone que realize a função;
- d) Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos (em branco);
- e) Trena para medição das dimensões do sítio arqueológico;
- f) Bússola;

Figura 8 - Exemplo de câmera DSLR.



Figura 9 - Escala de 5cm.

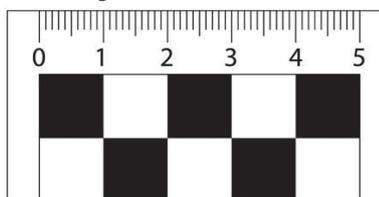


Figura 10 - Aparelho GPS.



Os objetos de cultura material, como instrumentos líticos, peças de cerâmica ou madeira, ossos humanos e de animais, ruínas, registros rupestres etc. precisam ser registrados fotograficamente (em JPEG e RAW<sup>45</sup>) com escalas. O registro através de escalas é fundamental para análises posteriores, assim como as fotografias especificamente em RAW para posteriores tratamentos gráficos.

<sup>45</sup> É um formato de arquivo cru, em outras palavras, consiste na imagem digital sem compressão de tamanho preservando a profundidade de cores, melhor definição e fidelidade da imagem captada. Esse tipo de arquivo é excelente para edição e melhoramento das imagens sem perda de sua qualidade.

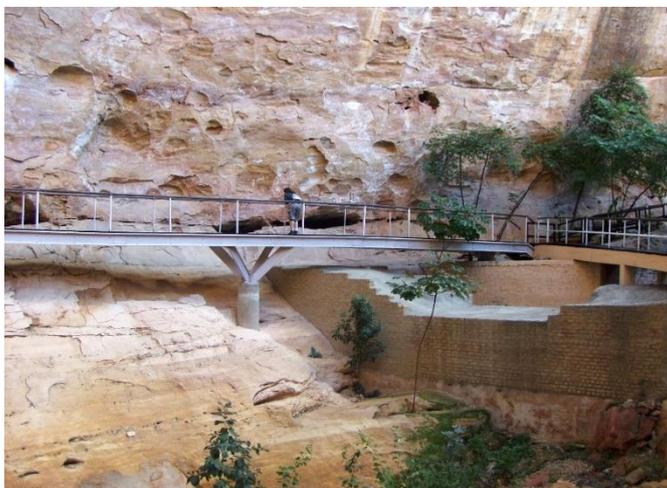
A bússola é outro instrumento importante para direcionamento e identificação da localização do sítio arqueológico. O mapeamento das coordenadas geográficas não pode faltar de forma hipótese alguma. Esses dados obtidos pelo aparelho de GPS ou aplicativo de smartphone. Possibilitando a compreensão de sua geolocalização, cruzamento de dados e relacionamento espacial entre os sítios arqueológicos espalhados pela região.

Após a equipe coletar as informações necessárias e importantes para cadastramento de um determinado sítio arqueológico em Fichas de Registro (rascunhos), esse conjunto de dados deve ser transferido para o programa Microsoft Office ACCESS e o arquivo salvo no PC ou *desktop*. Posteriormente, esse arquivo deve ser enviado com algumas fotografias do sítio arqueológico para o e-mail do IPHAN [registroarqueologico@iphan.gov.br](mailto:registroarqueologico@iphan.gov.br) e aguardar que o sítio citado após alguns dias na página de internet indicada.

### 3.3 O que devo fazer e não fazer diante de um sítio arqueológico

O Parque Nacional da Serra da Capivara é o lugar com a melhor estrutura de acessibilidade aos sítios arqueológicos do Brasil (figura 11). Os sítios arqueológicos desse parque possuem placas com orientações, passarelas, escadarias, corrimãos e barras de proteção limitando a área de visitação de turistas. Essas ações são imprescindíveis para manutenção, proteção e cuidados com o bem sociocultural da humanidade. Noutros lugares existem cuidados

Figura 11 - Passarelas que permitem visitação e simultaneamente a proteção do sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, São Raimundo Nonato, PI.



Fonte: O autor (2009).

semelhantes para salvaguarda desses patrimônios arqueológicos, mas com menor intensidade. Utilizamos essas referências para exemplificar práticas que deveriam ser corriqueiras em todo o país, mas no geral, não é o que ocorre.

Em muitos sítios arqueológicos nas diversas regiões do Brasil, não existe a mínima estrutura necessária para proteção, salvaguarda e manutenção desses patrimônios

arqueológicos. Ainda é comum sítios arqueológicos serem destruídos de algum modo, principalmente sítios rupestres e, em muitos casos, a recuperação dos painéis gráficos é irreparável.

Ações de destruição, depredação e depredação (figura 12) de um bem público ocorrem, muitas vezes, conduzidas por desconhecimento de seu valor sociocultural, pelo não entendimento de sua importância histórica e outras por má-fé. Inúmeros sítios arqueológicos com registros rupestres foram pichados com carvões, corretivos e tinta a óleo. No que diz

Figura 12 - Pessoas atearam fogo em ossos humanos pintados de ocre, que provavelmente, foram submetidos a um ritual funerário pré-histórico. Sítio arqueológico Furna dos Ossos, Vertentes, PE.



Fonte: O autor (2022).

respeito ao patrimônio arqueológico, há um conjunto de Leis, Ofícios, Decretos e Portarias que endossam a proteção a esses bens socioculturais. Nunca é tarde reforçar a relevância desses patrimônios para compreensão da História da Humanidade:

O patrimônio arqueológico é bem cultural acautelado em âmbito federal, faz parte do patrimônio cultural material e engloba os vestígios e os lugares relacionados a grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, representado por sítios arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que podendo ser classificado em bens móveis e imóveis.

Esse patrimônio, objeto de estudo da Arqueologia, é formado pelos vestígios materiais e suas informações associadas, como, por exemplo, a disposição desses vestígios, as formas adotadas para ocupação do espaço, as relações e os contextos ambientais selecionados para tal, sendo que o conjunto dessas informações formam o sítio arqueológico<sup>46</sup>.

Diante de todo esse aparato jurídico (disponibilizamos QR Code e link abaixo com toda a legislação atinente aos patrimônios arqueológicos, até a presente pesquisa), a proteção e conservação dos sítios arqueológicos no Brasil nunca foram assuntos prioritários, fazendo analogias com outros países latinos e europeus que exploram turisticamente e pedagogicamente

<sup>46</sup> IPHAN, **Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico> Acesso em 16/01/2023.

essas áreas. Porém, *a priori*, entendemos que ações educativas as escolas da Educação Básica são excelentes espaços para educar-se o olhar e despertar a sensibilidade para os patrimônios arqueológicos deste país.



<https://me-l.co/04c1a>

A seguir apresentaremos uma série de medidas para professores, estudantes e demais pessoas interessadas em visitar um sítio arqueológico. Como a região Agreste Central de Pernambuco existe um número expressivo de sítios arqueológicos rupestres, direcionamos prioritariamente, esse olhar para esse tipo de patrimônio arqueológico.

- a) Limitar o número de pessoas para visitação aos sítios arqueológicos, isto é, cada sítio apresenta uma determinada área e muitas vezes o espaço é diminuto. Reduzir o número de estudantes, por exemplo, facilita o processo de ensino e aprendizagem e degrada menos a área arqueológica;
- b) Ter cuidado onde colocar os pés. Se o sítio arqueológico ainda não foi submetido à escavação e tiver sedimento propício para isso, evitar alterar as camadas estratigráficas. Como dizem os pesquisadores *um sítio arqueológico é a cena de um crime a ser investigada*;
- c) Evitar registro fotográfico dos registros rupestres com flash, uma vez que a luminosidade pode acelerar o processo de degradação dos pigmentos do suporte rochoso. Outra prática comum na região é jogar água nos painéis rupestres para facilitar o registro fotográfico (acender mais as pinturas), o que também danifica, desgasta e altera a coloração dos pigmentos;
- d) Não tocar nas pinturas rupestres. Em lajedos com gravuras não pisotear os grafismos;
- e) Como os sítios arqueológicos, em geral, estão em áreas da Caatinga é fundamental ter o máximo de cautela quando percorrer as trilhas, fazendo silêncio, não jogar lixo e, principalmente, observar a presença de animais e insetos. Comumente, entre as rochas onde estão os registros rupestres há presença de répteis, roedores (mocó) e ninhos de insetos, como maribondos;

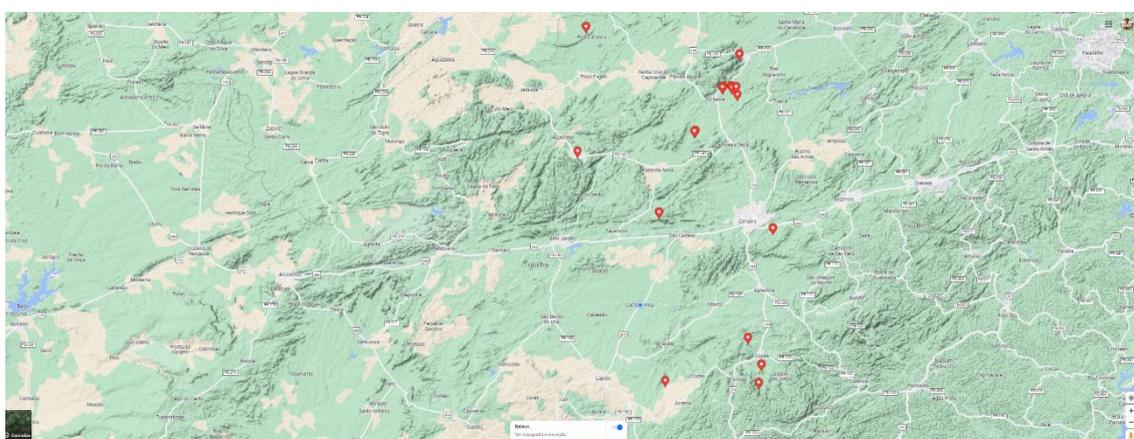
- f) Explorar a multiplicidade de conhecimentos, convidar pessoas das comunidades onde existem sítios arqueológicos para partilharem seus conhecimentos sobre a área, a vegetação da região e como enxergam àqueles patrimônios socioculturais.

#### 4 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO, ALGUMAS PROPOSIÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO

A região Agreste de Pernambuco tem grande relevância para a Pré-História do Brasil por abrigar sítios arqueológicos funerários, líticos, cerâmicos e de grafismos rupestres. No Agreste pernambucano, foram identificados 184 sítios, sendo a maioria rupestres. (PESSIS et al; 2017, p. 169) O sítio arqueológico Furna do Estrago, no município de Brejo da Madre de Deus é um local de sepultamentos, inclusive é considerado um dos sítios arqueológicos dessa natureza mais importantes para a Arqueologia Brasil. Porém, a região Agreste de Pernambuco<sup>47</sup> é um destaque nacional pela quantidade expressiva de sítios arqueológicos com registros rupestres.

Na região alguns sítios têm datações expressivas para conhecimento do povoamento do país e da região cujo marco se aproxima do início do Holoceno, entre 11.000 e 9.000 AP anos (GASPAR, 2003; LIMA, 2012; MARTIN, 2013) e para conhecer melhor o modo de vida, fontes de alimentação, exploração dos ambientes, rituais e crenças desses caçadores-coletores necessita-se da continuidade das pesquisas arqueológicas na região. Dependemos, portanto, exclusivamente dos vestígios materiais deixados por povos pretéritos, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores nem antropólogos estão acostumados a tratar. (PROUS, 2006, p. 08).

Figura 13 - Localização de alguns sítios arqueológicos distribuídos pela região Agreste Central de Pernambuco.



Fonte: Google Maps adaptado pelo autor (2022).

<sup>47</sup> Na região existe um grande número de sítios arqueológicos ainda sem cadastro no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA). Compartilhamos a localização de alguns sítios relacionados pelo LAAB/CAA/UFPE: <https://goo.gl/maps/zP3gc55mzR1tcX8X9>

O arqueólogo Pedro Paulo Funari (2010), afirmou “a História se faz com testemunhos, com objetos, com paisagens, não necessariamente com documentos escritos”, portanto, as primeiras fontes utilizadas foram os vestígios de cultura material, independentemente de tempo histórico, esses indícios continuam servindo de base para a construção das narrativas históricas sobre a Pré-História brasileira.

Nessa perspectiva, propomos algumas atividades para serem vivenciadas em visitação *in loco* de alguns sítios arqueológicos e virtualmente. Além disso, sugerimos a integração dessas atividades com parcerias de outras áreas de conhecimento e em sintonia com as Competências e Habilidades da BNCC e do Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio.

#### 4.1 Os sítios rupestres em Toritama

**Objetivos:** Identificar os patrimônios socioculturais rupestres no município de Toritama a partir do georreferenciamento e cadastro no CNSA do IPHAN. Compreender a partir das análises dos painéis rupestres dos sítios arqueológicos Cacimbas 1, Cacimbas 2 e Matumbos os motivos pintados nas pedras e refletir sobre as temáticas registradas.

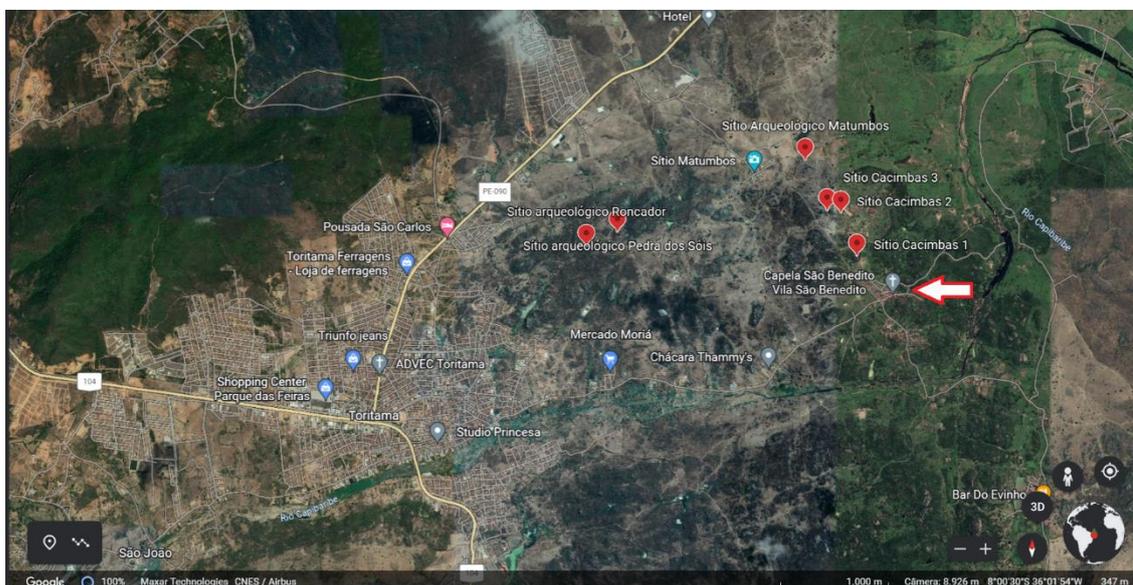
<b>Competências Gerais da BNCC para o Novo Ensino Médio</b>	
2 – Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	
<b>Habilidades:</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Currículo de Pernambuco para Ensino Médio</b>
(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.	(EM13CHS104HI04PE) Compreender o significado histórico dos patrimônios culturais materiais e imateriais e sua função identitária na constituição de diferentes grupos em variados tempos e espaços, destacando o patrimônio cultural material e imaterial pernambucano.

Toritama é município de vários sítios arqueológicos com registros rupestres e de grande importância para o estudo e ensino da Pré-História do Brasil. A geografia possibilitou a vida dos povos caçadores-coletores habitando aqueles espaços num passado remoto, as evidências pictóricas estão presentes em muitos rochedos. A área pesquisada proporcionava recursos alimentares e hídricos, a relativa proximidade do Rio Capibaribe dos sítios, com água e pesca para suprir as necessidades alimentares diárias, os inúmeros afloramentos rochosos graníticos proporcionavam segurança contra possíveis predadores e espaços para descanso.

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2007, p. 60)

A Vila São Benedito (figura 14) é distante aproximadamente 5 kms na direção leste do Centro de Toritama. A maioria dos Moradores dessa comunidade vivem a partir do fabrico de confecções, trabalham em lavanderias próximas e em atividades agrícolas. Ao Norte, a Vila São Benedito faz divisa com o Sítio Cacimbas e ao noroeste com o Sítio Matumbos. Na área do Sítio Cacimbas existem nas proximidades quatro sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Nas imediações do Sítio Cacimbas há um conglomerado de afloramentos rochosos graníticos que possivelmente foram utilizados como acampamentos provisórios em tempos pretéritos. Os sítios estão em processo de cadastro no CNSA – IPHAN e foram nomeados na seguinte ordem: Sítio Cacimbas 1, Cacimbas 2 (Pedra dos Astros), Sítio Cacimbas 3 (Pedra do Chapéu) e Sítio Matumbos. Esses sítios estão tão próximos entre si que basta percorrer no raio de um quilômetro para encontrá-los.

Figura 14 - Localização geográfica da Vila São Benedito, município de Toritama/PE.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2022).

Todos os sítios arqueológicos das proximidades da Vila São Benedito e Sítio Cacimbas estão na microrregião do Alto Capibaribe e todos são próximos do Rio Capibaribe que corta o município de Toritama. O Rio Capibaribe está relativamente perto dos sítios mencionados, nenhum deles fica mais distante que 1,3 km.

Sugerimos aos(as) docentes um roteiro para a pesquisa de campo dos sítios arqueológicos próximos da Vila São Benedito, na zona rural de Toritama:

- a) Convidem professores(as) de outras áreas de conhecimentos, como de Geografia, Biologia e Química para compreender as especificidades geográficas da região, como geologia etc., a fauna, flora e, especialmente os animais na Caatinga e os componentes químicos dos pigmentos dos registros rupestres;
- b) Orientar estudantes para preencher a Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos do IPHAN em grupos;
- c) Pedir aos(as) estudantes utilizarem seus smartphones para acessar as coordenadas geográficas dos referidos sítios arqueológicos através do aplicativo Google Maps, promovendo uma procura aos grafismos rupestres;
- d) Pesquisar o box sobre as Tradições Rupestres e refletir se as classificações dos registros rupestres brasileiros devem nortear os sítios arqueológicos em Toritama;
- e) Assistir o documentário Cidade de Pedra, da cineasta Valderiza Pereira (figura 14).

Geolocalização dos sítios arqueológicos		
Nome do sítio	Coordenadas geográficas	Código Google Maps
Cacimbas 1	7°59'39.6"S 36°01'14.6"W	2X4H+7P6 Toritama, PE
Cacimbas 2 (Pedra dos Astros)	7°59'28.2"S 36°01'19.4"W	2X5H+G5P Toritama, PE
Sítio Matumbos	7°59'10.9"S 36°01'29.9"W	2X7G+F22 Toritama, PE

A partir da análise de informações coletadas na pesquisa de campo sobre os sítios arqueológicos rupestres estimular os(as) alunos a pensar a partir de alguns questionamentos:

- 1º) Por que os povos pré-históricos escolhiam esses locais?
- 2º) Por que representavam esses tipos de registros rupestres?

3º) A partir do que foi observado nesses sítios arqueológicos, foi possível perceber se foi o mesmo grupo que fez os registros ou foram vários grupos?

Figura 15 - Cartaz do filme Cidade de Pedra, de Valderiza Pereira.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=6iyWlFZWky8> Acesso em 17/03/2022.

#### 4.2 O(s) grupo(s) humanos na Furna do Estrago

O Furna do Estrago é o sítio arqueológico mais visitado, documentado e conhecido da região. Consiste num abrigo sob rocha situado na encosta da Serra da Boa Vista, mas chamada localmente de Serra do Estrago (figura 16), área onde foram encontrados no final da década de 1970 pelo arqueólogo Marcus Albuquerque ossos humanos aflorando do solo, posteriormente escavados pela arqueóloga Jeannette Lima entre 1982 – 1987. A Serra da Boa Vista faz parte

Figura 16 - Localização geográfica do sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2022).

do prolongamento do Maciço da Borborema sendo um dos pontos mais altos do estado de Pernambuco com 1.195 metros. O sítio possui as coordenadas geográficas 8°08'38"S 36°23'01"W e uma altitude de 650 metros em relação ao nível do mar.

As escavações no sítio foram realizadas em três etapas – como citado acima –, mas o material arqueológico recolhido motivou a continuidade das pesquisas: em 1982 foram encontrados 30 indivíduos sepultados, 1983, 27 e em 1987, 23. Totalizando 80 sepultamentos. As escavações revelaram ocupações diversas do abrigo. A mais antiga com 11 mil anos AP e o material encontrado foram cinzas (GASPAR, 2003; LIMA, 2012; MARTIN, 2013). Na segunda não mencionada uma datação e a terceira é referente aos três primeiros séculos de nossa era e o sítio foi utilizado como cemitério. As duas primeiras ocupações foram de povos caçadores coletores e a terceira, provavelmente, foi por grupos em transição para agricultura.

Dos 80 esqueletos escavados no cemitério, sempre excluído o cremado, 58 indivíduos (72%) puderam ser classificados por idade e sexo; para os demais, os elementos recuperados eram insuficientes para tal caracterização. O resultado geral é o seguinte: **20 crianças**: 25% do total dos esqueletos escavados, 34,50% dos indivíduos identificados, **13 adultos femininos**: 16,25% do total dos esqueletos escavados, 22,41% dos indivíduos identificados, **25 adultos masculinos**: 31,25% do total dos esqueletos escavados, 43,10% dos indivíduos identificados. (LIMA, 2012, p. 09, grifo nosso)

O sítio é bastante conhecido pela comunidade científica brasileira pelos achados de cultura material, ritos funerários e quantidade expressiva de sepultamentos. Ao todo foram retirados 83 esqueletos humanos, a maioria deles submetidos a ritos fúnebres, como sepultamentos secundários, colocados em posição fetal, revestidos por esteiras, palhas, cestarias e trançados, alguns ossos foram pintados na cor ocre e acompanhados de objetos simbólicos, instrumentos líticos e de usos cotidianos, como a flauta feita de uma tíbia humana.

Na mesma encosta da Serra do Estrago a um pouco mais de 67 metros a noroeste do local e com mesma altitude onde ocorreu escavação, existe uma área com algumas inscrições rupestres na cor vermelha. Onde se localizam os registros rupestres a comunidade chama de Pedra do Letreiro e ao contrário do que a maioria das pessoas que visita o sítio Furna do Estrago imagina, consiste, na verdade, noutro sítio arqueológico. No abrigo onde foi efetuada a escavação por Jeannette Lima não há nos paredões a presença de registros rupestres, assim como não há evidências que as inumações realizadas são dos mesmos autores das inscrições rupestres. A Pedra do Letreiro tem muitos antropomorfos representados, alguns de forma isolada e outros juntos participando de alguma encenação ritual. Pela caracterização e disposição dos motivos representados, esse painel possibilitando classificá-lo como tradições de registros rupestres Agreste e Nordeste sugerindo que foram pintados por grupos humanos distintos, mas não sendo possível ainda estabelecer cronologias.

Segundo a pesquisa da arqueóloga Jeannette Lima, alguns carvões retirados da escavação apresentaram datação radio carbônica de 11.000 anos. Essa cronologia é uma das

mais antigas em todo o estado de Pernambuco indicando a importância deste sítio para compreensão da História dos povos ágrafos.

**Objetivos:** Entender a partir da análise dos objetos de cultura material aspectos cotidianos de grupos humanos que deixaram vestígios nos sítios arqueológicos Furna do Estrago, Pedra do Letreiro e disponibilizados no Museu Histórico Municipal Dulce Pinto.

**Problematizações:**

1 – Quem eram e como viviam as pessoas que passaram pelo sítio arqueológico Furna do Estrago?

2 – Como eram os rituais funerários dos enterramentos no sítio Furna do Estrago? Havia crenças pós-morte desses grupos?

3 – A partir da análise dos artefatos, instrumentos líticos, ossadas humanas (figura 17) e diversos objetos de cultura material coletados no sítio arqueológico Furna do Estrago, quais leituras podem ser feitas desses grupos humanos?

Figura 17 - Crânio humano ainda com fragmentos de cabelo e esteiras que revestiam seu corpo, sítio arqueológico Furna do Estrago, Museu Histórico Municipal Dulce Pinto, Brejo da Madre de Deus/PE.



Fonte: O autor (2018).

### 4.3 Tour virtual pelo Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP

Nas dependências da Universidade Católica de Pernambuco existe o Museu de Arqueologia e Ciências Naturais<sup>48</sup> – MUSARQ, onde estão armazenados a maior parte do material arqueológico retirado do sítio arqueológico Furna do Estrago na década de 1980. É um excelente espaço para ações educativas e pedagógicas no estudo do modo de vida dos grupos humanos que deixaram registros materiais na Pré-História de Pernambuco, embora se limite a região Agreste de Pernambuco, sendo possível ilustrar alguns aspectos cotidianos desses grupos pretéritos, adicionando novas informações para melhor compreensão da Pré-História do Brasil. Apesar da Universidade Católica de Pernambuco estar localizada na capital pernambucana isso não se constitui num obstáculo para estudantes de escolas públicas do interior realizar visitas, uma vez que, mesmo diante dos desafios econômicos e, em muitas situações, com indisponibilidade de transporte para deslocamento de estudantes do interior à capital, existe a possibilidade de fazer uma visita virtual pelo Museu através do QR Code abaixo.



<https://museu.unicap.br/tourvirtual/>

O Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP possibilita a visita virtual (figuras 18 e 19) de parte significativa de seu acervo arqueológico e paleontológico. Nesse ambiente virtual é possível ter acesso a um vasto banco de informações acerca de grupos humanos, migrações e teorias de povoamento da América do Sul, fósseis de animais da megafauna, ilustrações e fotografias de etapas de uma escavação arqueológica, textos explicativos e artigos científicos de arqueólogos, reproduções de grafismos rupestres da Região Nordeste do Brasil, ossadas humanas, enxovais fúnebres, instrumentos líticos e muitos artefatos, objetos e peças criadas pelos indivíduos na Furna do Estrago, do povo Xucuru e do povo Kapinawá do Vale do Catimbau. A visita virtual do MUSARQ possibilita uma imersão

---

<sup>48</sup> Inaugurado em 03 de abril de 1987, o Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP – MUSARQ está localizado no Palácio da Soledade, prédio do conhecido e extinto Colégio Nóbrega, uma edificação tombada como Patrimônio Histórico do Recife, onde também iniciou a Universidade Católica de Pernambuco.

no tempo histórico dos grupos humanos na Furna do Estrago, visto que, são poucos os recursos disponíveis em nosso país sobre grupos humanos que viveram há 2.000 anos AP.

Figura 18 – Museu de Arqueologia e Ciências Naturais, tour virtual. Ao clicar no centro da imagem, docentes e estudantes podem acessar o acervo material sobre a Pré-História brasileira.

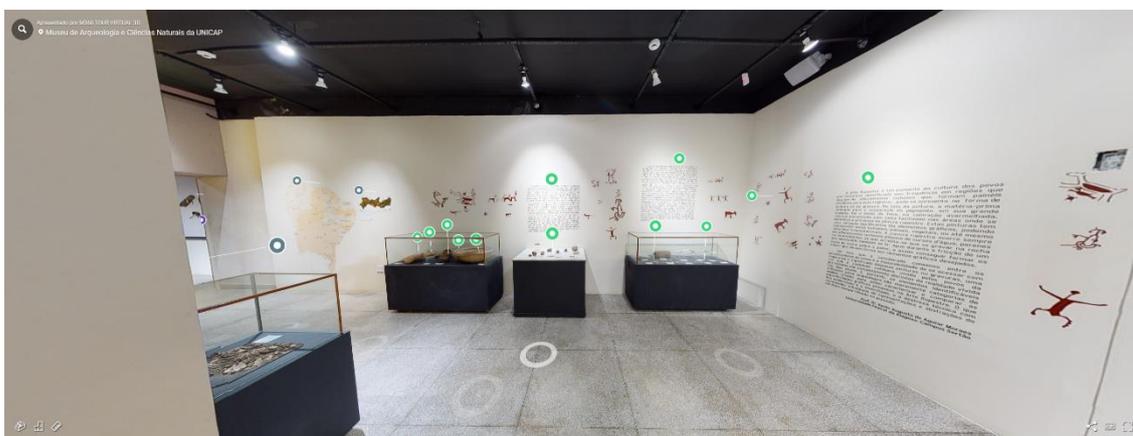


Fonte: <https://museu.unicap.br/tourvirtual/> Acesso em 27/02/2023.

A Exposição atual *Do Passado ao Presente* expõe, inversamente a História linear e positivista, com muitos aspectos cotidianos de grupos vivendo no período da Pré-História do Brasil através do contato de suas representações materiais e imateriais. Na página da internet<sup>49</sup> do MUSARQ, a relevância de seu acervo para estudo e compreensão da História dos povos ágrafos pré-históricos está assim descrita:

Na nova exposição, "Do passado ao presente", o visitante terá a oportunidade de viajar no tempo, no período dos primeiros homens que habitaram a América do Sul e conhecer o modo de vida de uma comunidade indígena que viveu no Agreste do Estado de Pernambuco há cerca de 2.000 anos do presente, que segundo estudos mais recentes teriam um parentesco próximo a população nordestina atual.

Figura 19 – Museu de Arqueologia e Ciências Naturais, tour virtual. Parte do acervo de cultural material sobre a Pré-História brasileira.



Fonte: <https://museu.unicap.br/tourvirtual/> Acesso em 27/02/2023.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://portal.unicap.br/museu/apresentacao> Acesso em 04/01/2023.

Num cenário onde inexistem documentos e fontes escritas a visitação de museus é uma excelente opção para construção de conhecimentos da vida sociocultural de povos distantes temporalmente. Sobretudo, para desmistificar visões de homogeneidade e inferioridade sociocultural acerca dos grupos humanos sensibilizando estudantes para as dificuldades da vida e as construções inteligíveis de instrumentos inerentes a subsistências dos indivíduos. Os museus são espaços “vivos” onde o simples ato de visitá-los (fisicamente ou virtualmente), tocar e interagir com objetos, entrar nesses recintos recria outras dimensões, outros mundos, outros tempos históricos se fazem instantaneamente nas mentes das pessoas. Os museus continuam sendo relevantes como espaços pedagógicos e ações de Educação Patrimonial.

**Objetivos:** Pesquisar grupos humanos pré-históricos que viveram no Agreste Pernambucano antes da chegada dos colonizadores portugueses através de tour virtual pelo Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

<b>Competências Gerais da BNCC para o Novo Ensino Médio</b>	
2 – Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	
<b>Habilidades:</b>	
<b>BNCC</b>	<b>Currículo de Pernambuco para Ensino Médio</b>
(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	(EM13CHS104HI08PE) Compreender a historicidade de experiências socioculturais do cotidiano: costumes, hábitos, tradições, valores, modos de viver, conviver e trabalhar característicos dos diferentes grupos, considerando as suas peculiaridades.

## Problematizações:

1 – A pesquisadora Jeannette Lima e colaboradores encontraram vestígios de grupos humanos que, em tempos pretéritos, deixaram vestígios materiais no sítio arqueológico Furna do Estrago, no município de Brejo da Madre de Deus/PE. A partir do que foi pesquisado e apreendido pelo tour virtual, qual a relevância desses achados para a compreensão da Pré-História brasileira?

2 – O sítio arqueológico Furna do Estrago serviu como cemitério por grupos humanos pretéritos em períodos distintos. Analisando parte do enxoval funerário que acompanhava esses indivíduos (figuras 20 e 21) reflita escrevendo um texto dissertativo sobre quais eram suas finalidades e representações para aqueles grupos humanos pré-históricos.

Figura 20 – Museu de Arqueologia e Ciências Naturais, tour virtual. Enxoval funerário retirado do sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.

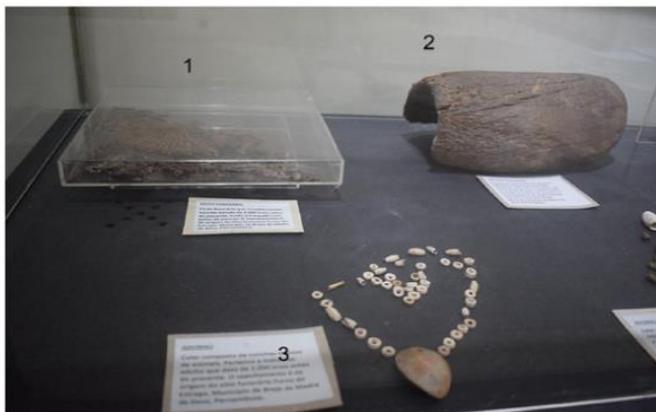
- 1.
2. Encontrado no sepultamento de um indivíduo masculino adulto, datado de 2.000 anos antes do presente, 7 contas de amazonita e uma espátula de osso de veado como pingente. Acompanhava com ele também vestígios de palha. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
- 3.
4. Adorno feito com bico de papagaio. Encontrado junto ao indivíduo. Indivíduo data de 2.000 anos antes do presente. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
5. Agulha polida feita com ossos de animais. Encontrado no sepultamento de um indivíduo adulto masculino. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, datado de 2.000 anos antes do presente, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
6. Ossos da perna de Ave (Passeriforme) entalhada em padrão geométrico. Material de origem do Sítio Funerário Furna do Estrago, datado de 2.000 anos antes do presente, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.



Fonte: <https://museu.unicap.br/tourvirtual/> Acesso em 27/02/2023.

Figura 21 – Museu de Arqueologia e Ciências Naturais, tour virtual. Enxoval funerário retirado do sítio arqueológico Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus/PE.

1. Cesto funerário que envolvia recém-nascido datado de 2.000 anos antes do presente. Cesto é trançado com palha de ouricuri. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
2. Encosto de cabeça feito de seção de palmeira. Encontrado enterrado abaixo do crânio de indivíduo masculino com cerca de 25-30 anos. Indivíduo data de 2.000 anos antes do presente. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.
3. Colar composto de conchas e ossos de animais. Pertence a indivíduo adulto que data de 2.000 anos antes do presente. O sepultamento é de origem do sítio funerário Furna do Estrago, Município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.



Fonte: <https://museu.unicap.br/tourvirtual/> Acesso em 27/02/2023.

## **Palavras finais**

Escrever sobre povos pretéritos que não deixaram registros escritos para a posteridade é uma tarefa de muita responsabilidade. Os povos ágrafos, nem sempre receberam a merecida atenção pelo ensino de História. Conhecer melhor a Pré-História do Brasil com os resultados mais recente das pesquisas arqueológicas e as novas abordagens historiográficas, evidencia grupos étnicos invisibilizados através de um currículo escolar ainda eurocêntrico.

Professores(as), esse material não encerra ou pretende resolver em definitivo as lacunas da História dos Povos Originários anteriores à chegada dos invasores europeus ao Brasil no século XVI. Esse material é uma contribuição para discussões a partir dos sítios arqueológicos inseridos na região Agreste Central de Pernambuco. Um espaço importante e fundamental para a História e Arqueologia, áreas do conhecimento possibilitando leituras dos vestígios de cultura material de grupos humanos pretéritos. Assim, as proposições didáticas são apenas pontos de partida cuja direção pode ser alterada conforme seus planejamentos e metodologias.

Dessa forma, esperamos que esse recorte da História do Brasil possa contribuir com essa lacuna historiográfica alimentando o desejo para conhecer melhor os patrimônios arqueológicos no Agreste Pernambucano.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. A tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **Revista Clio – Série Arqueológica**. n. 3, Recife, UFPE, p. 7–78. 1986.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- BRASIL, TV. **Arqueologias: em busca dos primeiros brasileiros**. Disponível em: <https://play.ebc.com.br/programas/401/arqueologias-em-busca-dos-primeiros-brasileiros>  
Acesso em 30/01/2023.
- FARIAS FILHO, A.; CISNEIROS, D.; PERAZZO, M. Caracterização das figuras antropomórficas da Tradição Agreste em Pernambuco. **Revista Noctua: Arqueologia e Patrimônio**, v. 2, p. 39-62, 2018.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim/RS: Habilis Editora, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- IPHAN. **Cadastro de sítios arqueológicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos> Acesso em 16/01/2023.
- \_\_\_\_\_. **Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico> Acesso em 16/01/2023.
- LIMA, Jeannette Maria dias de. **A Furna do Estrago no Brejo da Madre de Deus, PE**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5ª edição – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.